



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E NA UFRRJ:
QUANDO E COMO ESTAS HISTÓRIAS SE ENTRELAÇAM**

RENATA CORRÊA SOARES

Sob a orientação da Professora
Celia Regina Otranto

Dissertação de Mestrado apresentado à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Linha de pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais. Área de concentração: Educação.

**Seropédica, RJ
Fevereiro de 2017**



UFRRJ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares (PPGEduc)

RENATA CORRÊA SOARES

**“EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E NA UFRRJ:
quando e como estas histórias se entrelaçam”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em
Educação.

Linha de Pesquisa: **Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais**

Dissertação aprovada em 21/02/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^(a). Dr.^(a). CÉLIA REGINA OTRANTO - UFRRJ - Orientador(a)

Prof.^(a). Dr.^(a). LANA CLÁUDIA DE SOUZA FONSECA - UFRRJ

Prof.^(a). Dr.^(a). ANA PAULA DE ABREU COSTA DE MOURA - UFRJ

Seropédica (RJ)
Fevereiro/2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S676e Soares, Renata Corrêa, 1979-
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E NA UFRRJ:
QUANDO E COMO ESTAS HISTÓRIAS SE ENTRELAÇAM / Renata
Corrêa Soares. - 2017.
138 f.

Orientadora: Celia Regina Otranto.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES, 2017.

1. extensão universitária . 2. UFRRJ. 3.
historiografia. I. Otranto, Celia Regina , 1947-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES III.
Título.

Dedico esta dissertação ao meu filho, Renato José, que desde o meu ventre, foi inspiração para que eu nunca desistisse dos meus objetivos e sonhos. Foi ele quem me impulsionou a ser o melhor exemplo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e aos amigos espirituais de luz, que sempre me iluminam e me dão forças para que possa seguir sempre a caminho da evolução espiritual.

A minha querida orientadora Prof^a. Dr^a. Celia Regina Otranto, por ter me proposto o desafio desta pesquisa. Pela atenção sempre dispensada em todos os momentos, pela compreensão em muitos outros e principalmente por acreditar em mim e me motivar a seguir.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Ana Paula Moura e Prof^a. Dr^a Lana Claudia Fonseca, que se prontificaram a participar desta banca com tanto entusiasmo e foram peça fundamental no momento da qualificação e para a continuidade da pesquisa desde então.

Aos meus pais, porque sem eles não estaria aqui, responsáveis por minha vida e formação, nunca deixaram de me dar forças para lutar por tudo que almejei.

Agradeço enormemente a toda equipe do Programa Integrado da UFRJ para Educação de Jovens e Adultos, que foram peça fundamental neste trabalho, pois sempre, mesmo quando eu estava distante, me motivaram e incentivaram torcendo pelo meu sucesso nessa caminhada. Muito obrigada por me ajudarem a crescer, não só como profissional, mas também como pessoa.

Agradeço muito aos meus amigos e familiares que a todo o momento me trouxeram palavras de incentivo e que não me abandonaram nem nas minhas ausências.

Em especial, agradeço às amigas: Alcicléa Santos, Camila Borges, Fabiana Dias, Jacqueline Ferreira e Natália Ferreira, que fizeram parte de momentos de desespero nesta caminhada e me fizeram fugir um pouco, mas sempre me fazendo voltar com mais força. Vocês são PODEROSAS!

Às amigas de curso Célia Veiga, Daniele Araújo, Marcela Braga, Marcela Lima e Martha Valente, pelas caronas e comilanças, que proporcionaram momentos de incentivo, descontração e força neste desafio.

A todas e todos os (as) colegas de curso da turma 2015 do PPGeduc, nós formamos um elo de cooperação e amizade, que levarei para minha vida toda.

A todos os professores do PPGeduc, que foram de fundamental importância na construção não só da pesquisa, com suas aulas maravilhosas e enriquecedoras, mas muitas vezes pelas palavras de incentivo.

À Coordenação do PPGeduc, pelo empenho em nos orientar a sempre zelar pela qualidade do nosso Programa, e sempre se colocou a disposição para nos auxiliar em qualquer dificuldade. As servidoras da secretaria do PPGeduc, que sempre se colocaram dispostas a nos atender com toda dedicação.

Agradeço às minhas amigas da Divisão de Integração Universidade Comunidade (DIUC) da UFRJ: Bárbara Haanwinckel, Érika Jennifer, Solange Rodrigues e Valéria Silva, por serem as primeiras torcedoras para que tudo desse certo, desde o processo seletivo para ingresso ao PPGeduc. Especialmente à Solzinha, que se fez sempre presente em todos os momentos importantes do curso.

E para finalizar, o agradecimento a todas e todos os educandos que já tive a oportunidade de dialogar e aprender a ser a educadora que sou hoje. Com esses sujeitos, aprendi a buscar sempre a minha melhor versão e a contribuir para que nossa educação seja mais valorizada.

A todas e todos,

Muito Obrigada.

RESUMO

SOARES, Renata Corrêa Soares. Extensão Universitária no Brasil e na UFRRJ: quando e como estas histórias se entrelaçam. Seropédica (RJ): 2017. 137p. Dissertação [Curso de Mestrado Acadêmico] – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

A presente pesquisa desenvolvida no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) traz como tema a Extensão Universitária, seu percurso no Brasil e na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Buscou registrar a trajetória histórica da extensão na UFRRJ, comparando-a com diretrizes traçadas nacionalmente. O objetivo geral foi: contextualizar e conceituar historicamente a extensão universitária no Brasil e na UFRRJ no bojo das políticas públicas de educação superior. Foram identificadas algumas ações de extensão propostas na UFRRJ ao longo dos anos, investigando os registros nos documentos localizados. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, básica e descritiva. Os procedimentos metodológicos partiram da busca em fontes primárias, que incluíram os livros de registros e demais documentos localizados na Pró-Reitoria de Extensão, na Secretaria dos Órgãos Colegiados e no Auditório Gustavo Dutra (Gustavão). Optamos por fazer um recorte das propostas que tivessem relação com a linha temática “Educação”, e analisamos a partir de três das cinco diretrizes apontadas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX): a) interação dialógica, b) interdisciplinaridade e interprofissionalidade e c) indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Adotamos como referenciais teórico-metodológico: o registro historiográfico, abordando a importância do campo da história para a pesquisa educacional e o paradigma indiciário, método interpretativo que busca as pistas pelo caminho e faz a leitura levando em consideração detalhes muitas vezes desprezados, mas que escondem a chave para a interpretação de um contexto social. Dialogamos com autores e documentos oficiais que proporcionaram a reflexão sobre a trajetória da Extensão no Brasil, resgatando aspectos relevantes da história e memória da UFRRJ, de forma contextualizada e fundamentada. Comparamos com documentos oficiais que trazem as políticas de Extensão Universitária elaborados pelo FORPROEX e, ainda, com legislações e diretrizes nacionais e institucionais que tratam não só a extensão universitária, mas também da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Como resultados, podemos apontar que a sistematização de informações a respeito da extensão universitária na UFRRJ, acabou se transformando em grande desafio, uma vez que os documentos localizados não estavam organizados e ainda apresentavam descontinuidade e lacunas nos registros. Pudemos distinguir que a cada gestão de abrangência do estudo houve práticas diferentes de sistematização das informações, demonstrando que as anotações sobre as diversas atividades de extensão não seguem um modelo institucionalizado, cabendo ao pesquisador que desejar fazer um levantamento histórico, o trabalho de “garimpagem” em livros, atas, deliberações, relatórios e demais fontes primárias que possa lhe auxiliar no registro da memória institucional. O caminho percorrido nos permitiu constatar que a história da UFRRJ apresenta características peculiares e, diante das dificuldades de localização e sistematização das fontes, tivemos a certeza de que este é somente o passo inicial que abrirá caminhos para outras pesquisas voltadas para a reconstrução histórica e registro da historiografia da extensão universitária na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: extensão universitária; UFRRJ; historiografia.

ABSTRACT

SOARES, Renata Corrêa Soares. University Extension in Brazil and UFRRJ: when and how these stories intertwine. Seropédica (RJ): 2017. 137p. Dissertation [Academic Master's Course] - Postgraduate Program in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands, Federal Rural University of Rio de Janeiro.

The present research developed in the Master Course of the Postgraduate Program in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands (PPGEduc) of the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ) brings as a theme the University Extension, its course in Brazil and in the University Federal Rural of Rio de Janeiro (UFRRJ). It sought to record the historical trajectory of the extension in UFRRJ, comparing it with guidelines drawn nationally. The general objective was: to contextualize and conceptualize historically the university extension in Brazil and UFRRJ in the context of public higher education policies. Some extension actions proposed in UFRRJ have been identified over the years, investigating the records in the localized documents. As for the methodology, it is a qualitative, basic and descriptive research. The methodological procedures were based on the search of primary sources, which included the records books and other documents located in the Extension Office, the Secretariat of the Collegiate Organs and the Gustavo Dutra Auditorium (Gustavo). We opted to cut proposals related to the "Education" theme, and analyzed from three of the five guidelines pointed out by the Pro-Rectors Forum of Extension of Brazilian Public Universities (FORPROEX): a) dialogic interaction, b) Interdisciplinarity and interprofessionality and c) teaching-research-extension indissociability. We adopt as a theoretical-methodological reference: the historiographic record, addressing the importance of the field of history for educational research and the indiciary paradigm, an interpretative method that searches the clues along the way and makes the reading taking into account details often despised but hiding The key to the interpretation of a social context. We spoke with authors and official documents that provided the reflection on the trajectory of the Extension in Brazil, rescuing relevant aspects of the history and memory of the UFRRJ, in a contextualized and grounded way. We compare with official documents that include the University Extension policies elaborated by FORPROEX and also with national and institutional legislations and guidelines that deal not only with university extension, but also with teaching-research-extension indissociability. As results, we can point out that the systematization of information regarding university extension in UFRRJ, became a great challenge, since the documents located were not organized and still presented discontinuities and gaps in the records. We were able to distinguish that each management of the scope of the study had different practices of systematization of information, demonstrating that the notes on the various extension activities do not follow an institutionalized model, it being the responsibility of the researcher who wishes to make a historical survey, the work of " In books, minutes, deliberations, reports and other primary sources that can assist in the recording of institutional memory. The path taken has allowed us to verify that the history of the UFRRJ has peculiar characteristics and, given the difficulties of locating and systematizing the sources, we have been sure that this is only the initial step that will open the way to other research aimed at the historical reconstruction and registration Of the historiography of university extension at the Federal Rural University of Rio de Janeiro.

Keywords: university extension; UFRRJ; historiography.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação das Ações de Extensão	55
Tabela 2- Diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, pactuados no FORPROEX	63
Tabela 3- Registros localizados na PROEX.....	75
Tabela 4- Registros localizados na SOC	76
Tabela 5- Registros localizados no Gustavão.....	77

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Disposição dos documentos encontrados no Gustavão	79
Foto 2 - Imagem do Livrão de Registro de Atividades de Extensão.....	86
Foto 3 - Trecho do Relatório de Extensão 1997 sobre a finalidade da extensão.....	89
Foto 4 - Trecho do Relatório de Extensão 1997 sobre aumento de atividades de extensão.....	89
Foto 5 - Trecho do Relatório de Extensão 1997 sobre o Programa Alfabetização Solidária ...	90
Foto 6 - Trecho do Relatório de Extensão 1998 sobre aumento de atividade e registro	90
Foto 7 - Trecho do Relatório de Extensão com referência à II Mostra e Seminário de Extensão	91
Foto 8 - Trecho do Relatório de extensão de 1998.....	92
Foto 9 - Trecho do Relatório de Extensão 1998 sobre superação das dificuldades	93
Foto 10 - Trecho do Relatório de Extensão de 1999 com registro de ampliação das ações de extensão	94
Foto 11 - Trecho do Relatório de Extensão de 1999 sobre o empenho na superação das dificuldades.....	94
Foto 12 - Quadro comparativo apresentado no Relatório de Extensão de 1999	95
Foto 13 - 1ª Atividade de Extensão analisada (Projeto)	96
Foto 14 - 2ª Atividade de Extensão analisada (Curso)	97
Foto 15 - 3ª Atividade de Extensão analisada (Projeto)	98
Foto 16 - 4ª Atividade de Extensão analisada (Projeto)	99
Foto 17 - Introdução do Boletim de Extensão de 1999	101
Foto 18 - Boletim de Extensão de 1999, preocupação em formalizar esses registros.....	102
Foto 19 - Trecho da Apresentação do Caderno de Resumos da III Mostra e Seminário de Extensão da UFFRJ 2000	103
Foto 20 - 1ª Resumo analisado: “Afiml, o que é Extensão Universitária?”	104
Foto 21 - 2º Resumo analisado: “Apoio ao trabalho de professores do ensino fundamental do CIEP 155 Nelson Antelo Romar nas áreas de Ciências e de Matemática”	106
Foto 22 - 3º Resumo analisado: “Grupo de Estudos em Ciências (GECI): desafio do trabalho interdisciplinar”	108

Foto 23 - 4º Resumo analisado: “Prática de ensino: uma tentativa de aproximação com a realidade escolar”	110
Foto 24 - índice dos resumos nos cadernos da III Mostra e Seminário de Extensão de 2000	112
Foto 25 - 5º Resumo analisado: “O processo de Alfabetização de Jovens e Adultos: impactos no Programa Alfabetização Solidária na Universidade e na Comunidade”	113
Foto 26 - 6º Resumo analisado: “Apresentação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e dos cursos oferecidos para os alunos da 3ª série do Ensino Médio”	115
Foto 27 - 7º Resumo analisado: “Integrando Ensino Médio com Superior: uma contribuição da prática de ensino de Matemática”	117
Foto 28 - Apresentação do Catálogo de Extensão 2006	119
Foto 29 - Introdução do Catálogo de Extensão 2006	120
Foto 30 - Características dos Grupos de Extensão da UFFRJ, presentes no Catálogo de Extensão 2006	121
Foto 31 - Índice dos Grupos de extensão da área	122
Foto 32 - 1º Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação analisado: Grupo de estudos Amazônico (GEA)	122
Foto 33 - 2º Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação analisado: Laboratório de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares (LEPTRANS)	123
Foto 34 - Manuseio de material encontrado do Gustavão	124
Foto 35 - Deliberação nº 62 de 17 de dezembro de 1985 (UFRRJ, 1985a), Foto nº 34, CEPE	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIEX – Bolsas Institucionais de Extensão

CAC – Centro de Memória da UFRRJ, e do Centro de Arte e Cultura

CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança e Adolescente

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPE – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão

CONCUR – Conselho de Curadores

CONSU – Conselho Universitário

COPLAN – Coordenadoria de Planejamento e orçamento

DAC – Departamento de Arte e Cultura

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DED – Departamento de Economia Doméstica

DEL – Departamento de Esportes e Lazer

DLI – Departamento de Logística e Infraestrutura

DPPEX – Departamento de Programas e Projetos de Extensão

DRCI – Departamento de Relações Comunitárias e Interinstitucionais

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ESAMV – Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária

FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

GEPHUR – Grupo de Estudos e Pesquisas da História da Universidade Rural

ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais

IES – Instituições de Educação Superior

JUC – Juventude Universitária Católica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LEPTRANS – Laboratório de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares

MAIC – Ministério da Agricultura Indústria e Comércio

MEC – Ministério da Educação

NIEDEF – Núcleo Interdisciplinar da Economia, Doméstica e Ensino Fundamental

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNE – Plano Nacional de Educação

PPGeduc – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares

ProExt – Programa de Extensão Universitária

Proext – Pró-Reitoria de Extensão

PROEXTE – Programa de Fomento à Extensão

RENEX – Rede Nacional de Extensão

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SESu – Secretaria de Educação Superior

SOC – Secretaria dos órgãos colegiados

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	28
SOCIEDADE, UNIVERSIDADE E INDISSOCIABILIDADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO	28
1.1 Sociedade Brasileira e Educação	28
1.2 A criação da Universidade e o papel da extensão universitária	29
1.3 A indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão	34
CAPÍTULO II.....	41
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL.....	41
2.1 A Trajetória da Extensão Universitária no Brasil.....	41
2.2 O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras – FORPROEX	44
CAPÍTULO III	70
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.	70
3.1 UFRRJ: Um pouco de História e Memória	70
3.2 A Extensão Universitária na UFRRJ: os resultados da pesquisa de campo	74
3.3 Análise dos Relatórios de Extensão	88
3.4 Análise do Boletim de Extensão.....	100
3.5 Análise dos Cadernos de Resumos das II e III Mostra e Seminário de Extensão Universitária.....	102
3.6 Análise do Catálogo de Extensão.....	118
3.7 Análise das fontes encontradas no Auditório Gustavo Dutra (Gustavão).....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
BIBLIOGRAFIA	133

INTRODUÇÃO

Este estudo está diretamente vinculado à minha trajetória pessoal e profissional. Representa um movimento necessário de pesquisa e, conseqüentemente, revitalização da prática educativa, para alguém que cotidianamente reflete, pratica e vive intensamente ações formativas vinculadas à Educação de Jovens e Adultos, à Formação Inicial dos Docentes e à Extensão Universitária.

Minha primeira experiência docente foi como bolsista de extensão universitária, quando surgiram as inquietações iniciais sobre esta pesquisa mesmo sem, naquele momento, ter consciência e conhecimento do que era realmente a extensão universitária, a sua importância dentro da universidade e do impacto que exerceria em minha formação.

A extensão Universitária não é apresentada aos alunos de graduação no seu percurso acadêmico. Os graduandos ao ingressarem na universidade têm a possibilidade do contato com grupos de iniciação científica de pesquisa e os estágios obrigatórios, porém a extensão universitária poucas vezes chega ao conhecimento dos estudantes por não ser divulgada e valorizada de forma mais abrangente dentro da universidade.

No meu caso, apenas no último ano de graduação pude ter contato com a extensão universitária, porque tive uma professora que estava envolvida no programa de extensão universitária e selecionando bolsistas para atuarem na Educação de Jovens e Adultos. O fato chamou minha atenção, principalmente porque eu não tinha consciência de que a atividade que estava sendo proposta se tratava de extensão universitária. Para mim seria apenas mais um estágio como outro qualquer.

Foi quando atuei como alfabetizadora do Programa de Alfabetização da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para Jovens e Adultos do Bairro Maré¹, no ano de 2004, que passei a entender melhor a importância da extensão universitária. O Programa foi motivado pela solicitação de apoio à UFRJ de uma Organização Não Governamental do Bairro Maré, que havia promovido o “Censo Maré” em 2001, no qual foi constatado o alto

¹ Posteriormente, no ano de 2006, o Programa ampliou suas ações para outros espaços e com isto modificou seu nome para Programa de Alfabetização para Jovens e Adultos de Espaços Populares. Em 2011, a partir da ampliação de suas ações teve seu nome novamente modificado para Programa Integrado da UFRJ para Educação de Jovens e Adultos.

índice de analfabetismo no Complexo de Favelas, localizado ao lado de um dos *campi* da UFRJ.

Diante do fato, a UFRJ decidiu desenvolver uma atividade de extensão, envolvendo a Pró-reitora de Extensão, Faculdade de Educação, Faculdade de Letras, Instituto de Matemática e Escola de Serviço Social, tendo como objetivo inicial oportunizar ações extensionistas na área de Educação de Jovens e Adultos – EJA – e atender à solicitação da comunidade do Complexo de Favelas da Maré, que faz parte do entorno da UFRJ de maior atuação da universidade em atividades educativas.

Durante o período em que fui alfabetizadora, mesmo com minha pouca experiência, sempre estive atenta aos “sinais” dos alunos, tentando estar o mais próximo possível e fazendo o que Paulo Freire chama de leitura de sala de aula como texto: “A jovem professora deve estar atenta a tudo, aos mais inocentes movimentos dos alunos, à inquietação de seus corpos, ao olhar surpreso, à reação mais agressiva ou mais tímida destes alunos ou alunas.” (Freire, 1993. 67).

Esse movimento só foi possível porque o programa de extensão universitária trazia para nós uma formação de alfabetizadores baseada na filosofia do autor acima citado. O processo alfabetizador era refletido a partir do que Paulo Freire nos traz sobre as especificidades que a educação de jovens e adultos necessita. Por isso posso afirmar, hoje, que a experiência com extensão universitária foi fundamental para minha formação docente.

No curso de graduação tive minhas limitações, mas a extensão universitária colocou-se diante de mim como uma experiência que me ensinou muito, complementando minha formação acadêmica. Aprendi a não ter medo de expor minhas dúvidas nem vergonha de perguntar o que não sabia. Foi maravilhoso, enriquecedor, desafiador, gratificante e formador. Tive a oportunidade de entrar em contato com uma realidade que nunca foi a minha. Entrar numa favela pela primeira vez, conhecer pessoas adultas e jovens, não alfabetizados, com histórias de vida riquíssimas e saberes que vão muito além do que a escola ensina ou pretende ensinar. Pude refletir, então, com maior propriedade, sobre a questão do direito à educação que foi negado a essas pessoas.

Logo após o término da graduação, passei no concurso para professora das séries iniciais no município de Japeri e lá fiquei por um tempo, formando os educandos que ali estavam e, ao mesmo tempo, complementava minha formação com a prática educativa.

A experiência extensionista me mostrou na prática que não há um saber mais importante do que outros, mas que os saberes se complementam, dialogam, se constroem e transformam vidas. Esse foi o primeiro momento em que percebi de fato o quanto a experiência extensionista contribuiu para a minha formação inicial.

Em agosto do ano de 2006, comecei a atuar como pedagoga no CEFET-RJ. Senti-me desafiada, pois nunca havia exercido o cargo de Orientadora Educacional e em minha graduação não recebi tal formação, já que o currículo em que me formei era com habilitação apenas para Magistério nas Séries Iniciais. Estava temerosa, mas, enfim, sou uma pedagoga e tinha esse desafio a cumprir. Afinal, como nos diz Paulo Freire (1993, p. 47):

Podemos concorrer com nossa incompetência, má preparação, irresponsabilidade, para o seu fracasso (do educando). Porém, podemos também, com nossa responsabilidade, preparo científico e gosto do ensino, com nossa seriedade e testemunho de luta contra as injustiças, contribuir para que os educandos vão se tornando presenças marcantes no mundo.

Em setembro de 2007 fui convidada a retornar ao Programa de Alfabetização da UFRJ para atuar como supervisora pedagógica, o que me deu uma alegria imensa, pois sentia muita falta de trabalhar com a EJA e, naquele momento, me sentia mais fortalecida, tinha mais experiência com o cotidiano de sala de aula.

Durante algum tempo vivi em dois mundos distintos da educação: formação profissional de nível médio regular e alfabetização de jovens e adultos. Vi nessa experiência uma grande riqueza e possibilidade de um aprendizado maior. Às vezes, nós é que não percebemos “o ‘parentesco’ entre os tempos vividos e perdemos assim a possibilidade de ‘soldar’ conhecimentos desligados e, ao fazê-lo, iluminar com os segundos a precária claridade dos primeiros” (FREIRE, 1992, 19).

Foi então que surgiu a oportunidade de fazer um curso de especialização, na área de EJA, na própria UFRJ. Assim o fiz. Apesar de ter escolhido, de início, fazer a pesquisa na pós-graduação sobre o processo de alfabetização de jovens e adultos, a questão da extensão universitária continuava muito latente nos meus questionamentos. Tinha consciência do desconhecimento do era que realmente a extensão universitária e qual a sua importância dentro da Universidade. Essas dúvidas e indagações deram origem à vontade de continuar minha busca por respostas para as questões referentes a esse tema.

Desde maio de 2010, quando fui aprovada em concurso público para o cargo de pedagoga da UFRJ, tenho a oportunidade de me dedicar exclusivamente à Educação de

Jovens e Adultos e à Extensão Universitária, contribuindo agora para a formação de educadores para EJA, como Pedagoga da UFRJ e Coordenadora Pedagógica do Programa Integrado da UFRJ para Educação de Jovens e Adultos. Nesse último, venho atuando como formadora no curso de extensão “Formação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos”, oferecido pela UFRJ e participando da orientação de bolsistas em trabalhos de pesquisa e extensão a partir de suas inserções em sala de aula.

Desta maneira, senti cada vez mais forte a necessidade de continuar minha procura por novos conhecimentos, enriquecendo minha atuação profissional e me impulsionando de forma atuante a contribuir para que a extensão universitária seja cada vez mais entendida e valorizada dentro das Universidades.

A opção por estudar a extensão universitária na UFRRJ aconteceu exatamente a partir desta necessidade de continuar os estudos e pesquisas sobre esse tema em espaços diferentes de atuação, para conseguir ter um outro olhar sobre as práticas extensionistas em diferentes contextos.

A relevância deste estudo reside no fato de que são, ou, pelo menos, deveriam ser, os futuros profissionais da educação, formados pelas Universidades Públicas alguns dos principais protagonistas da extensão universitária em seus contatos diretos nas escolas públicas, onde os educandos oriundos de classes populares estarão presentes, pulsando o interior da escola com seus dilemas, conflitos e contradições.

No caso dos cursos de graduação voltados para área de educação, venho percebendo que a universidade tem ainda um longo caminho a percorrer para consolidar em seu currículo, a inclusão da extensão universitária como parte integrante e fundamental na formação de conhecimentos e práticas educacionais, mesmo reconhecendo que, muitas vezes, o primeiro contato que o graduando tem com a vivência docente se faz na extensão universitária.

A universidade pública tem como função contribuir de forma ampla com a formação desse professor, através de sua autonomia acadêmica, pois o profissional da educação encontrará em seu cotidiano questões sociais, econômicas e culturais, que o obriga a ter uma formação inicial e continuada que proporcione as ferramentas necessárias para lidar de forma autônoma com esses dilemas. Por isso, a relevância deste estudo se dá pela possibilidade de trazer subsídios para se pensar a extensão universitária em diálogo com o ensino e a pesquisa, além de propiciar a pesquisa sobre como a universidade tem colocado isso em prática.

O presente estudo surgiu do interesse em investigar como as experiências de extensão universitária vêm sendo construídas no interior da Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro, uma realidade diferente de extensão universitária da qual eu já estou inserida, pois cada universidade se constitui de forma distinta a partir de sua história de criação, contexto e sujeitos envolvidos.

O Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) traz a conceituação definida atualmente pelo coletivo da seguinte forma: “A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”. (FORPROEX, Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001, p.1).

Tal conceituação deve estar atrelada a algumas reflexões: Qual o percurso? Qual o caminho? Quais as reflexões que a extensão universitária perpassou até chegar a esse conceito atual? Nosso foco de estudo é a extensão universitária na UFRRJ. Para entender o presente, precisaremos refletir sobre o caminho que a extensão universitária tem percorrido ao longo de sua história, para que possamos nesta pesquisa analisar qual a real concepção e conceituação de extensão nessa Instituição, ou seja, se ela se aproxima, ou não, da conceituação legal, estabelecida pelo FORPROEX, e se esta reflete de fato a forma como a extensão se materializa dentro da universidade.

Ao chegarmos à Pró-Reitoria de Extensão da UFRRJ constatamos que os registros necessários à nossa análise não estavam todos arquivados de forma a possibilitar a pesquisa, e que não havia naquele setor uma historiografia a respeito do trabalho desenvolvido na extensão ao longo dos anos. Percebemos então, que o registro historiográfico da extensão universitária da Universidade poderia contribuir significativamente para a memória da UFRRJ e com os estudos já consolidados da Prof.^a Dra. Célia Regina Otranto a respeito da história dessa instituição.

Ao levarmos em conta o histórico de surgimento da primeira universidade brasileira, que se concretiza tardiamente, podemos analisar o contexto da institucionalização da extensão universitária num caminho muito similar. Mais de seis décadas após a criação da primeira universidade, se intensificaram as discussões e surgiram de forma mais sistemática as políticas de extensão a partir da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão em 1987. No entanto, podemos admitir que os primeiros indícios de extensão universitária, ainda de forma embrionária, tenham surgido a partir da criação das Universidades Populares e também

através do movimento estudantil, no ano de 1912 (ROCHA, 1986). Os estudantes, organizados pela União Nacional dos Estudantes – UNE, buscavam a formação de lideranças intelectuais e promoviam movimentos culturais e políticos, que colocaram em pauta questões que o país carecia de discutir. Mesmo ainda sem ser denominado como tal, surgiam as primeiras ações extensionistas no Brasil. (FORPROEX, Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001).

As reflexões, discussões e pesquisas sobre a extensão universitária no Brasil se intensificaram e disseminaram a partir da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras em 1987 e do surgimento do Programa de Fomento à Extensão Universitária por parte do Ministério da Educação (MEC), em 1995. Esse movimento fortaleceu as práticas extensionistas nas universidades propondo, por iniciativa de algumas instituições, a criação de seminários de discussão e a definição de uma metodologia participativa, conforme destaca Thiollent (2003, p. 58).

De acordo com uma visão compromissada, os organizadores de projetos buscam a participação dos atores sociais. Na formulação dos objetivos de projetos sociais procura-se atender demandas não restritas às que se manifestam no mercado, como no caso de necessidades de populações “distantes” (periferias de grandes cidades, interior, campo e florestas, etc.).

Nessa perspectiva, a extensão torna-se uma importante fonte de informação para o mundo acadêmico, difícil de obter por outros meios. Com ela, estabelece-se uma riqueza de contatos, com grande variedade de interlocutores. Anima-se a vida cultural dos *campi* e de seu entorno; e potencializam-se ações transformadoras na sociedade.

A extensão universitária ainda tem um caminho muito árduo a percorrer nas universidades para que avance no reconhecimento de sua importância na formação inicial de profissionais. Ela passou e passa por diversos entraves, pois há uma grande dificuldade por parte de toda a comunidade acadêmica de identificar na prática o que é fazer extensão e quais ações podem ser consideradas como tal. Essa discussão até hoje perpassa a universidade, colocando em questionamento o real lugar da extensão dentro das universidades brasileiras.

Nesse sentido, para subsidiar esta pesquisa, apresentamos as seguintes questões de estudo: O que é extensão universitária? Como ela surgiu nas universidades brasileiras? Como as experiências de Extensão Universitária vêm se constituindo na historiografia da UFRRJ? Há, na prática, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão?

Esta pesquisa pretende contribuir para registrar historicamente o percurso da extensão universitária no Brasil e na UFRRJ. Relendo a história da Universidade Federal Rural do Rio

de Janeiro, em livros e artigos publicados por Otranto (2005; 2009; 2010; 2012) pudemos constatar a carência de informações sobre extensão universitária nessa Instituição e optamos por estudá-la com o intuito de inserir o tema na historiografia da UFRRJ, contribuindo, desta forma, para as pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisas da História da Universidade Rural (GEPHUR), coordenado pela Prof.^a Dra. Célia Regina Otranto.

Como as universidades devem se amparar no tripé ensino-pesquisa-extensão e a última tende a ser menos valorizada nas práticas acadêmicas institucionais do que as demais, apesar de sua grande importância decidimos então priorizá-la nesta dissertação, por termos a certeza de que uma extensão desenvolvida e reconhecida dentro da instituição, em consonância com as necessidades de seu entorno social, valoriza o trabalho da universidade na sociedade na qual está inserida e contribui significativamente para a integração entre elas. Partimos do pressuposto que universidade e sociedade se complementam, se retroalimentam, principalmente através da extensão. Por esse motivo, optamos estudá-la mais profundamente.

A pesquisa tem como objetivo geral: Contextualizar e conceituar historicamente a extensão universitária na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, comparando-a com o percurso nacional e as políticas públicas de educação superior.

Como objetivos específicos, definimos:

- Contextualizar e conceituar historicamente a extensão universitária no Brasil;
- Analisar os instrumentos legais como: Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Planos Nacionais de Educação, Diretrizes de Extensão Universitária, Plano Nacional de Extensão Universitária, dentre outros, que vêm norteando a extensão universitária no Brasil e influenciando sua concepção através dos tempos;
- Investigar as ações de extensão universitária registradas nos documentos da UFRRJ, fazendo o recorte na linha temática: Educação;
- Pesquisar a legislação interna sobre extensão universitária na UFRRJ;
- Registrar o percurso da extensão universitária na UFRRJ no bojo das políticas públicas de educação superior.

Como referenciais teórico-metodológicos adotamos o registro historiográfico a partir da concepção de Demerval Saviani, em que abordamos a importância do campo da história e o conceito de reconstrução histórica para a pesquisa historiográfica nas instituições educacionais. O autor traz para nossa análise e reflexão, informações relevantes a respeito do que é uma instituição educacional e a importância da ação humana em sua constituição. Destaca que estão voltadas para atender necessidades que não são passageiras. Nesse sentido, defende que essas instituições devem ser investigadas historicamente, pois se constituem em:

[...] um produto da ação humana voltado para atender necessidades permanentes. Uma instituição é criada, pois, para permanecer. As necessidades passageiras, de caráter conjuntural, são normalmente atendidas sem se recorrer à atividade institucionalizada. Essa característica já é um dado bastante importante para a história da educação, pois implica que as instituições educativas, devendo permanecer, têm uma duração que se estende ao longo do tempo, convertendo-se em objeto de investigação histórica. (SAVIANI, 2013, p. 46)

Os estudos de Saviani demonstram, portanto, a importância da investigação da história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e justificam seu registro historiográfico. Esse registro se deu prioritariamente pela investigação em fontes primárias. Registramos as principais informações localizadas na Pró-Reitoria de Extensão, na Secretaria dos Órgãos Colegiados e no mezanino do Auditório Gustavo Dutra (Gustavão), que está sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de extensão e guardava alguns arquivos antigos em caixas box de papelão empilhadas e empoeiradas.

No início da nossa investigação, não tínhamos como precisar o período de análise, pois nossa ideia inicial de investigar um longo espaço de tempo esbarrou na dificuldade de encontrarmos documentos organizados e devidamente catalogados. Assim, procuramos dar um passo de cada vez e registrar a história a partir dos documentos que conseguimos localizar e fazer um recorte da pesquisa a partir do que as diretrizes de extensão nos trazem como subsídios.

Para isso, partimos do pressuposto que ao atuarmos na área de educação, a escolha por analisar o material encontrado, levando em conta apenas os registros relacionados a esta área seria mais relevante para este estudo e nos ajudaria a aprofundar a análise e a discussão. Ainda tentamos identificar nas fontes primárias da UFRRJ ações de extensão e quando localizadas, tomamos como ponto de partida se as mesmas atendem às três primeiras das cinco diretrizes apontadas pelo FORPROEX, são elas: interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão;

impacto na formação do estudante e impacto e transformação social. Os documentos que fundamentaram esta pesquisa envolvem o período de 1964 a 2012.

É importante destacar que, ao fazermos o movimento de busca por fontes primárias e a partir dela registrarmos o percurso da extensão universitária na UFRRJ, não pretendemos somente listar as atividades de forma neutra e isolada, mas refletimos a respeito do que essas atividades desvendaram para o nosso estudo, levando em consideração o diálogo com o ensino e a pesquisa, além do conhecimento histórico que carregamos em nossas trajetórias enquanto pesquisadores: Procuramos seguir, então, o caminho preconizado por Saviani (2013, p. 49) “O que lhe cabe construir é o conhecimento do objeto, e não o próprio objeto. E construir o conhecimento do objeto não é outra coisa senão reconstruí-lo no plano do pensamento”.

José Luís Sanfelice foi outro autor que fundamentou nossas reflexões, pois nos trouxe a questão do estudo historiográfico nas instituições educacionais, apontando caminhos para uma reflexão crítica do contexto histórico da instituição estudada. Para ele precisamos não apenas nos ater aos fatos históricos referentes ao objeto de estudo, neste caso à extensão universitária na UFRRJ. É necessário analisar o contexto macro em que essas se constituem para que haja de fato uma contribuição para o registro histórico-crítico e contextualizado da realidade concreta:

Para se captar o que é a singularidade de uma instituição torna-se necessário olhar universal (a totalidade). Se o singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, o universal não se institui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal é o fundamental da pesquisa. (SANFELICE, 2009, p. 198)

Diante dos desafios encontrados no caminho da busca pelas fontes primárias e ao identificarmos apenas rastros pelo caminho, apenas indícios, elegemos para orientar nosso percurso de pesquisa o Paradigma Indiciário a partir da concepção de Ginzburg (1990), em que se trata de um método centrado nos resíduos, nos dados marginais que podem ser considerados reveladores. Buscamos, assim, construir uma sequência narrativa através de dados negligenciáveis, pois para Ginzburg o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural. O autor nos desafia ao dizer que:

[...] Como eu não conhecia nada, fui para a biblioteca e comecei a ler o verbebe *stregholera* na *Enciclopédia Italiana*. Aliás, isso é uma coisa que conservo até hoje: gosto muito de começar trabalhos completamente novos, sobre coisas a respeito das quais não conheço nada. Sempre tento explicar aos meus alunos que o que existe de realmente excitante na pesquisa é o momento da ignorância absoluta. Penso que não

se deve ter medo de ser ignorante, e sim procurar multiplicar esses momentos de ignorância, porque o que interessa é justamente a passagem da ignorância absoluta para a descoberta de algo novo. Considero que o verdadeiro perigo está em nos tomarmos competentes. (Estudos Históricos; Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p254-263. p.257)

O autor nos instiga a não ter medo do que não conhecemos e mergulhar no desconhecido a fim de desnudarmos nossa ignorância. Esse processo de pesquisa sobre a extensão universitária na UFRRJ refletiu significativamente esse movimento de começar do zero e buscar um conhecimento desconhecido, mas que traria desafios e ansiedade inquietadores para o processo de construção histórica.

Ginzburg também nos desafia a refletir sobre qual o papel da pesquisa, destacando que além de mostrar resultados, uma pesquisa deve desvendar os caminhos percorridos, os percalços encontrados. Se o pesquisador agir desse modo, os leitores, profissionais afins se sentirão não somente atraídos pela leitura, mas instigados a mergulharem em descobertas e a perceberem que o caminho traçado até chegar aos resultados da pesquisa foram tão ou mais fascinantes do que os próprios resultados.

Durante todo o processo metodológico da pesquisa, pude sentir Ginzburg presente em nossos passos, nos orientando e ao mesmo tempo acalmando-nos, uma vez que tomávamos consciência de que estávamos diante de um processo instigante. Quando as inquietações tentavam se aproximar, as palavras do autor ecoavam forte em nossa mente: “Mas, por trás desse paradigma indiciário ou divinatório, entrevê-se o gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa”. (GINZBURG, 1989, p.154).

Ainda buscamos compreender dialeticamente essa trajetória histórica a partir da realidade concreta que encontrarmos nas fontes primárias e nos documentos oficiais que vêm regendo a extensão universitária no contexto nacional e na UFRRJ. Para enfrentar mais esse desafio recorreremos metodologicamente às contribuições de Antônio Gramsci, através de sua “concepção dialética da história”.

O materialismo histórico dialético em Gramsci nos traz como conceito geral o Materialismo, o que quer dizer que ele parte de uma análise materialista, ou seja, uma análise do concreto, não utiliza como parâmetro de trabalho à metafísica. A abstração não é objeto de seu estudo, uma vez que parte do pensamento da realidade social concreta, se posicionando diante dela com uma postura revolucionária. Histórico porque parte sempre do contexto sócio-

histórico em que estamos inseridos, trazendo para a análise aspectos importantes do tempo vivido, dos interesses em questão, da conjuntura política em que está inserida a classe trabalhadora.

No pensamento dialético o conflito e o contraditório são partes fundamentais na análise, visto que na concepção dialética da história, os sujeitos interferem no contexto histórico, assim como o contexto interfere na visão de mundo dos sujeitos.

Quando estudamos a concepção dialética da história em Gramsci, pudemos refletir sobre o conceito de conhecimento científico e filosófico, e a partir de então compreendermos outros conceitos como bom senso, senso comum:

A filosofia é uma ordem intelectual, o que nem a religião nem o senso comum podem ser. Deve-se ver como, na realidade, também não coincidem religião e senso comum; entretanto, a religião é um elemento do senso comum desagregado. Ademais, "senso comum" é o nome coletivo, como "religião": não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devenir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, neste sentido, coincide com o "bom senso" que se contrapõe ao senso comum. (GRAMSCI, 1978, p.14)

A própria extensão universitária em sua conceituação, perpassa pela concepção dialética do concreto:

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001, p.11)

As reflexões que rodeiam a extensão universitária se direcionam para uma análise da práxis que a caracteriza, pois de acordo com o que é proposto pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX- e com as discussões que têm acontecido em âmbito nacional, a extensão universitária precisa ser um movimento de conhecimento da realidade social, através do rompimento não só dos muros da universidade, mas da hegemonia que os conhecimentos nela produzidos têm em relação ao conhecimento produzido popularmente, conhecimento esse que surge das reais necessidades sociais do contexto em que a população está inserida.

Nesse sentido, torna-se necessário fazer o diálogo dos conhecimentos populares com os conhecimentos científicos academicamente produzidos, num movimento de socialização de conhecimentos recíprocos e de reflexão da prática, uma vez que não há conhecimento sem prática e vice e versa.

Todas as informações históricas foram comparadas e complementadas com as pesquisas de Célia Regina Otranto (2005; 2009; 2010; 2012), que registrou a história e memória da UFRRJ desde sua origem, em 1910, como Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV). Como a Instituição se transformou em Universidade (Universidade Rural) no ano de 1943, nossa intenção inicial seria investigar a extensão na Instituição tomando como ponto de partida essa data, mas ficamos reféns das fontes que pudemos localizar, já que constatamos a inexistência de um registro organizado.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, básica, descritiva. Para atingir os objetivos, os procedimentos metodológicos adotados ao longo do percurso investigativo envolveram:

Em relação ao percurso histórico da extensão universitária no Brasil, foram investigados textos oficiais e legais a fim de que pudéssemos traçar as principais diretrizes da política educacional brasileira para a extensão universitária.

Em relação à investigação na UFRRJ, foi feita uma busca de documentos localizados na Pró-reitoria de Extensão, Secretaria dos Órgãos Colegiados e no Auditório Gustavo Dutra (Gustavão) em que estavam registradas as ações de extensão. Imaginávamos encontrar registros das ações completas, porém foram encontradas referências a ações como: cursos, projetos, programas, eventos e suas deliberações na UFRRJ.

Cabe ressaltar que nem todos os documentos encontrados serão objeto de análise desta pesquisa, porém achamos importante elenca-los, pois se trata de um registro historiográfico, em que pretendemos contribuir para que futuras pesquisas sejam feitas a fim de enriquecer a história e memória não só da extensão universitária na UFRRJ, mas de toda sua complexidade enquanto uma instituição de nível superior no Brasil.

A dissertação se constitui de: uma introdução, três capítulos e a conclusão. Na introdução são explicitados os objetivos, a justificativa e a metodologia adotada para a pesquisa. No Capítulo I intitulado “Sociedade, Universidade e Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão” tratamos sobre a sociedade brasileira e a educação, trouxemos ainda a

discussão sobre a criação da universidade e o papel da extensão, da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e da relação universidade-sociedade. No Capítulo II, “Extensão Universitária no Brasil” são apresentadas e problematizadas a trajetória e as diferentes concepções de extensão universitária e as políticas de extensão no Brasil a partir da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras - FORPROEX. O Capítulo III versa sobre “Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: História, Memória e Extensão Universitária.” Apresenta o histórico da Instituição, a transformação em universidade e a transferência para o *campus* de Seropédica. Nele consta a análise dos dados extraídos da pesquisa de campo, sinalizando em seus subcapítulos as análises realizadas. Para finalizar e não concluir, pois acreditamos que esta pesquisa é apenas um embrião para que novas pesquisas na área de extensão universitária, não só na UFRRJ surjam e cientes de que não conseguimos esgotar as questões levantadas e ainda ficamos instigados a continuar a busca pelo conhecimento relacionado ao tema, apresentamos as considerações finais.

CAPÍTULO I

SOCIEDADE, UNIVERSIDADE E INDISSOCIABILIDADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

Neste Capítulo buscamos caracterizar a sociedade brasileira e o percurso político para a criação da primeira universidade no país. Na sequência definimos a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e o papel que vem ocupando a extensão nesta trilogia.

1.1 Sociedade Brasileira e Educação

Desde o ensino jesuítico no Brasil, a educação se apresenta como reguladora e domesticadora de um povo para atender aos interesses de uma parcela da sociedade que detém o poder e não tem o interesse de perdê-lo. Educação para quem, e para quê? O objetivo principal era que o poder hegemônico da época prevalecesse e que prevalecesse a divisão da sociedade por classes.

A partir do final do séc. XIX e início do século XX surgiram às primeiras reformas educacionais em nosso país com um esforço de repensar a educação em nossa sociedade. No entanto, apesar desse esforço, percebemos que pouco se avançou, pois o interesse das elites se mantinha a frente dos interesses de uma educação para o povo, que poderia dar aos menos favorecidos condições de ascensão social.

O Brasil e os brasileiros nunca conseguiram formar uma identidade própria, principalmente no que se refere à educação, pois sempre se sobressaíram os interesses das elites portuguesas chegadas aqui, que mesmo quando nascidos no país não se assumiam como brasileiros. Uma característica que deixa essa questão bastante clara foi o fato da resistência de criação de uma universidade em nosso país.

Os fatos acontecidos em tempos remotos nos remetem aos tempos atuais, visto que ainda hoje nos deparamos com uma realidade na educação brasileira muito longe de uma política pública educacional própria, seja em nível básico ou superior, que pense a inserção da classe popular nos espaços de poder. Como nos elucida, Anísio Teixeira (1962), em Valores Proclamados e Valores Reais, desde a nossa colonização, temos “transplantado” cultura de outros países e deixamos de criar nossa própria cultura e identidade e isso reflete diretamente na educação. Vemos em nossa história educacional a elaboração de diversas leis educacionais,

documentos reguladores, diretrizes curriculares, planos nacionais, mas quando habitamos as salas de aula das escolas e das universidades, vemos de fato que na prática, o que está escrito não corresponde ao que estamos vivenciando.

Atualmente estamos vivendo um contexto bem preocupante com relação aos rumos que o tratamento à educação pelos nossos governantes tem tomado. São reformas e projetos em andamento, que além de não serem elaboradas e nem ao menos discutidas com profissionais da área, refletem, em muitos casos, um nítido retrocesso, com uma concepção de educação já ultrapassada nos países mais desenvolvidos.

Estamos nos referindo aqui a projetos de lei e medidas provisórias que privilegiam uma educação mecanizada, conteudista, reducionista, discriminatória, dentre outras problemáticas, em que o professor é desvalorizado e em alguns casos, até pode ser criminalizado por levar para sala de aula questões atuais que necessitam ser problematizadas para que a escola cumpra seu papel de proporcionar formação emancipadora e democrática.

1.2 A criação da Universidade e o papel da extensão universitária

A extensão universitária, como o nome mesmo já sinaliza, faz parte da instituição² Universidade, que possui em nosso país uma história de construção peculiar, em contexto histórico bastante significativo, com reflexos na construção da identidade não só da universidade brasileira, mas de toda uma nação. Precisamos fazer uma análise crítica sobre a história da universidade no Brasil, pois é através deste contexto histórico que poderemos compreender a trajetória da extensão universitária no Brasil e na UFRRJ.

A criação da primeira Universidade em nosso país não foi de forma diferente do que muitas iniciativas aqui concretizadas desde a colonização. Desde o início da nossa história, contada a partir da chegada dos Portugueses, convivemos com a priorização dos interesses das classes dominantes: a corte real portuguesa na época colonial e também no período da monarquia, pequenos grupos privilegiados e da igreja católica que detinham o poder em suas

2

Partimos do conceito que Saviani nos traz sobre instituição: “As instituições são [...] necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem” (Saviani, 2013, p.35).

mãos. Por um longo tempo, os detentores do poder impediram a criação de universidades no Brasil.

Otranto (2009, p. 72), tomando por base os estudos de Paim (1982), nos informa que:

[...] o retardamento da criação da instituição universitária no território brasileiro é decorrente da forma como o ensino superior foi organizado a partir da chegada da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro. Influenciado pela Reforma promovida pelo Marquês de Pombal, em 1772, D. João deu preferência ao ensino de nível superior em estabelecimentos isolados. O modelo adotado foi preservado até após a Independência. Mais tarde a influência positivista fez aumentar a rejeição ao modelo universitário, considerado elitizante e promotor de um saber ornamental por grande parte dos intelectuais brasileiros.

A mesma autora complementa dizendo que “essa ideia só começou a refluir nas primeiras décadas da República”. Atribuiu essa mudança de atitude à luta travada na Escola Politécnica do Rio de Janeiro contra os positivistas, “que agregou diversos segmentos em um movimento liderado pela Associação Brasileira de Educação” (OTRANTO, 2009, p.72).

De acordo com Paim (1982, p.18) em 1920, a universidade já tinha, no Brasil outra concepção. Era vista “como o lugar da ciência, que a experiência sugeria não ser imprescindível quando se tratava apenas de formação profissional”, ou seja, reconhecia-se o valor da universidade, mas discriminava-se a formação profissional que não precisava ser desenvolvida em uma universidade. Segundo Otranto (2009), essa visão de ciência incluía o destaque à pesquisa e indicava seu fortalecimento, inclusive com a contratação de professores estrangeiros, na década de 1930.

A primeira universidade brasileira foi criada em 1920. Mendonça (2000) destaca que outras instituições surgiram antes de 1920, mas não foram reconhecidas oficialmente e logo foram fechadas. Reconhece que a primeira instituição universitária que prevaleceu de forma duradoura no Brasil foi a Universidade do Rio de Janeiro. Discorrendo sobre o assunto, Fávero (2006, p.22) assim registra esse fato histórico:

Em decorrência, a 7 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o Presidente Epitácio Pessoa institui a universidade do Rio de Janeiro (URJ), considerando oportuno dar execução ao disposto no decreto de 1915. Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes assegurada autonomia didática e administrativa. Desse modo, a primeira universidade oficial é criada, resultando da justaposição de três escolas tradicionais, sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características.

As três instituições mencionadas pela autora que se juntaram para formar a Universidade do Rio de Janeiro foram: a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e a Faculdade de Direito. A referência que ela faz ao Decreto de 1915, diz respeito ao Decreto nº 11.530, que dispõe a respeito da instituição de uma universidade, determinando através do artigo 6º que: O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá, em Universidade, a Escola Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a de taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar. Assim foi formada a primeira universidade brasileira.

Mesmo que no texto legal que versa sobre a criação da primeira universidade traga nele a garantia de autonomia didática e administrativa, ao consultarmos e nos debruçarmos sobre os estudos não só da primeira universidade, mas das que surgiram a partir dessa iniciativa, constatamos que a autonomia não aconteceu exatamente da forma como estava explicitada na lei. Como já exposto nesta análise, o interesse hegemônico de poder sempre se sobressaiu a qualquer outro interesse. Autonomia requer liberdade da instituição e, no exercício da liberdade, nem sempre os interesses dominantes são contemplados. A fragmentação e disputa de poderes das escolas superiores conglomeradas dificilmente favoreceriam a real autonomia universitária.

Trazendo para o debate o estudo de Otranto (2009) sobre a construção da autonomia universitária na UFRRJ, iniciamos uma reflexão sobre esse processo que permanece em movimento até os dias atuais, dentro da dinâmica universitária e da correlação de interesses. Fazendo referência às leis que surgiram ao longo da história da educação brasileira para “ampliar” a autonomia universitária, a autora assim se posiciona:

O objetivo declarado sempre foi o de tornar as instituições de educação superior mais autônomas. No entanto, a análise dos principais dispositivos legais do período demonstrou que, na maioria das vezes, o princípio da autonomia surgiu nesses dispositivos para atingir um outro objetivo não admitido tão claramente. Alguns têm servido mais para limitar e controlar a autonomia ou para, em nome dela, alcançar outros propósitos, do que propriamente favorecer sua efetivação no interior das instituições. (OTRANTO, 2009, p. 20)

As proposições a respeito da criação da primeira universidade brasileira aconteceram no momento em que se intensificavam as discussões conforme apontado anteriormente. Estavam em pauta, não só os interesses de grupos dominantes, mas também as demandas

sociais que surgiam de movimentos sociais, ainda que de forma tímida, como tentativas de grupos subalternos atingirem prestígio social através da educação.

Podemos perceber que a criação da primeira universidade no Brasil foi apenas uma iniciativa política, pois esta apenas se caracterizava pela lei e pelo nome. Sua estrutura foi fragmentada, como Mendonça nos mostra através de sua análise, em que a “junção” das escolas superiores e faculdades não caracterizaram uma unificação e integração entre as mesmas:

A reunião em universidade dessas instituições, entretanto, não teve um maior significado e elas continuaram a funcionar de maneira isolada, como um mero conglomerado de escolas, sem nenhuma articulação entre si (a não ser a disputa pelo poder que se estabelece entre elas, a partir daí) e sem qualquer alteração nos seus currículos, bem como nas práticas desenvolvidas no seu interior. (MENDONÇA, 2000, p. 136)

Vale ressaltar que a criação da primeira Universidade no Brasil tem significativa importância, mesmo que tenha acontecido de forma fragmentada e a partir dos interesses do poder hegemônico daquela época, que se refletiram na dinâmica de relações de poder dentro da própria universidade. Foi a partir de então que se intensificaram as discussões sobre o papel da universidade em um país com tantas contradições sociais.

A criação da primeira universidade no Brasil também abriu caminho para a criação de outras universidades, fortalecendo ainda mais o debate sobre a relação entre a universidade e a sociedade que estava num processo de transformação e de busca por uma identidade. Assim nos ilustra Fávero (2006, p.19) em sua reflexão:

Refletindo sobre essa questão, pode-se inferir que alguns desses impasses vividos pela universidade no Brasil poderiam estar ligados à própria história dessa instituição na sociedade brasileira. Basta lembrar que ela foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento. Produção essa que deveria procurar responder às necessidades sociais mais amplas e ter como preocupação tornar-se expressão do real, compreendida como característica do conhecimento científico, mas sem a falácia de respostas prontas e acabadas.

Como colônia de exploração que fomos de Portugal e, posteriormente, no período da monarquia, toda e qualquer iniciativa e tentativa de criação de universidade aqui iniciada sempre se direcionava aos interesses da coroa portuguesa, para que os colonizados pudessem ser controlados e não houvesse ascensão nem muito menos liberdade para se criar uma

identidade própria e uma nação independente. Por isso, mantinham apenas a universidade de Coimbra e outras universidades na Europa e, no Brasil, apenas as escolas jesuíticas.

Não só a criação da universidade sofria a interferência e controle da metrópole. A criação das escolas superiores de educação também só era permitida se funcionassem na lógica apenas de ensino profissionalizante, ou seja, formar profissionais que trabalhassem a serviço do Estado, sem que houvesse qualquer formação política e crítica, apenas que desenvolvessem trabalhos meramente técnicos e de acordo com a necessidade da metrópole.

Após muitas tentativas sem sucesso no Império e até mesmo com o advento da república, a concretização da universidade só aconteceu após quatro décadas de exploração. Apesar de terem surgido algumas universidades livres, não institucionalizadas em nível do governo federal e sim dos Estados, caracterizando uma “desoficialização” do ensino (Fávero, 2006).

Não podemos pensar o contexto do surgimento da universidade como instituição no Brasil, desvinculado ao processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Há claramente nas análises realizadas até aqui a caracterização de uma sociedade que privilegiava e ainda privilegia no processo formativo, tanto em nível básico e também em nível superior, uma parcela minoritária e elitizada da população brasileira.

Carregamos a herança de uma colônia de exploração que nos fez reféns de interesses da burguesia em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, que vale reafirmar demorou a se afirmar como tal, uma vez que por muitos anos e séculos a mão de obra aqui presente era de exploração e subalternidade.

Ainda nos tempos atuais e ainda levando em consideração o contexto do surgimento das instituições superiores de educação e das universidades, podemos analisar de que lado estão nossas Instituições de Ensino Superior e qual o papel que elas exercem e quais papéis deveriam exercer no desenvolvimento educacional, social, econômico e político de nossa sociedade. Sobre impasses e crises, surgidos até a década de 1960, podemos trazer os questionamentos de Fávero (2006, p.19):

No entanto, seria ingenuidade pensar que a crise e/ou impasses que as instituições universitárias enfrentaram até a década de 60 do século passado se restringem à universidade ou se circunscrevem aos limites do universo educacional. A crise da

universidade pode ter relação íntima com o colapso de instituições existentes na sociedade brasileira, que não satisfazem ou não atendem aos interesses da velha ordem e, ao mesmo tempo, ainda não tinham assumido um papel atento a responder às necessidades emergentes. Uma questão se impõe: por que, no início do século XXI, nos preocupamos em discutir a universidade no Brasil, situando sua história e os impasses por ela vividos até os anos 60? (FÁVERO, 2006. p. 19)

A resposta ao questionamento de Fávero pode ser dada da seguinte maneira: Somente entendemos o presente se conhecermos a história para fundamentar nossos questionamentos. São muitos os questionamentos ligados à universidade e à extensão universitária. Alguns deles serão aqui tratados de forma mais sistematizada, como o referente ao tripé ensino-pesquisa-extensão que tanto se fala hoje em dia, mas que nem sempre foi compreendida como indissociáveis e que ainda hoje podemos questionar se essa indissociabilidade existe, de fato, no interior da universidade.

Os questionamentos sobre a realidade desta indissociabilidade trarão no bojo das contradições históricas que perpassaram a construção desse conceito uma reflexão sobre o valor que é dado à extensão universitária nesta tríade.

1.3 A indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão

A Constituição de 1988 traz em seu artigo 207 o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Cabe a nós analisarmos a partir das reflexões presentes neste estudo, se apenas o fato de estar escrito na lei garante que na essência da universidade brasileira esse princípio faça parte de sua dinâmica na prática. Vejamos o que diz a Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. § 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996) § 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996) (BRASIL, 1988).

O presente estudo não pode deixar de levar em conta e trazer para nossa análise, como a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão passa a fazer parte das reflexões acerca da constituição da universidade no cenário educacional brasileiro, principalmente através das leis elaboradas em cada contexto.

Se pensarmos a universidade como um espaço de construção de conhecimento orgânico e em consonância com as realidades concretas do contexto social brasileiro, precisamos trazer a extensão universitária para o centro da discussão como elemento não apenas agregador entre o ensino e a pesquisa. A Extensão precisa ser posta não apenas como um acessório com caráter compensatório e sim de forma curricular, trazendo para dentro da universidade as disputas sociais e a cidadania, para que a educação tenha sentido para o processo de formação do trabalhador em consonância com a realidade concreta que a sociedade lhe apresenta.

A questão da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão é problematizada por Demo (2001, p.141), pois para ele uma universidade que se propõe a trazer para seu interior a “pobreza da população deveria saber vê-la e tratá-la em seu entorno mais próximo, a começar pela rejeição de alunos pobres que não conseguem ascender às entidades de melhor nível e gratuitas.”

O autor continua sua reflexão nos apontando sobre as funções centrais da universidade que vão muito além de formar o trabalhador, problematizando o lugar da extensão nessa tríade, pois para ele, assim como para Freire³ não deveria ser chamada de “extensão”, uma vez que não é um apêndice da universidade e sim parte fundamental desta, como podemos ler a seguir:

Duas seriam centrais da Universidade, hoje: RECONSTRUIR CONHECIMENTO e EDUCAR NOVAS GERAÇÕES. Não insisto na trilogia oficial – Ensino, Pesquisa, Extensão – porque a considero arcaica. Primeiro, é bem melhor substituir Ensino por educação, quando menos para evitar o instrucionismo que nos assola, e, segundo, faz pouco sentido manter a Extensão como algo fora da organização curricular. O desafio da cidadania – geralmente despachado para a Extensão – permanece algo extrínseco, voluntário e intermitente, quando deveria ser a alma do currículo. (DEMO, 2001, p. 142)

Deste modo, ao tomarmos consciência da luta de classes e de poderes hegemônicos sempre presentes em nossa história, podemos refletir sobre a concretização das práticas estabelecidas dentro da universidade quando se fala de ensino e pesquisa desligados da extensão, ou mesmo desta apenas como uma “prestação de conta” da universidade e de “transmissão” de um conhecimento academicamente produzido, desgarrado dos conhecimentos populares e das necessidades concretas da sociedade.

³ Mais adiante traremos a visão e concepção de Freire sobre o termo “extensão”.

A partir da criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) estas e outras questões que serão tratadas nesta pesquisa passam a fazer parte das discussões e deliberações no interior das universidades, mesmo que estas reflexões acabem se restringindo aos grupos minoritários que se “interessam” pela extensão universitária dentro da universidade.

A relação entre a universidade e a comunidade em que esta está inserida passa a fazer parte das reflexões e das preocupações, conforme podemos ilustrar através do documento que trata sobre o perfil da extensão universitária no Brasil elaborado pelo FORPROEX:

Partindo do pressuposto de que a relação entre Universidade e comunidade deve se estabelecer de forma sistemática e orgânica, o papel da extensão é redimensionado. Longe de ser um apêndice ou uma atividade eventual, a extensão universitária deve se constituir como uma prática acadêmica, articulada com o ensino e a pesquisa. (FORPROEXT, 2012, Apresentação, p.V)

Ao nos lançarmos no aprofundamento do termo “extensão” e quais as concepções de universidade e sociedade estão presentes nos discursos, precisamos trazer Freire com sua obra que nos faz refletir como os termos carregam em si concepções e visões de mundo e sociedade que precisam ser problematizadas, pois tendem a reproduzir o discurso do poder hegemônico da burguesia em detrimento dos interesses populares e dos trabalhadores. Freire (1983, p.12) apresentou desta forma uma de suas análises:

Tentaremos uma análise deste tipo, tendo como objeto o termo extensão. Ao fazê-lo, buscando descobrir as dimensões de seu campo associativo, facilmente seremos induzidos a pensar em:

- Extensão Transmissão
- Extensão Sujeito ativo (o que estende)
- Extensão Conteúdo (que é escolhido por quem estende)
- Extensão Recipiente (do conteúdo)
- Extensão Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extra-muros)
- Extensão Messianismo (por parte de quem estende)
- Extensão Superioridade (do conteúdo de quem entrega)
- Extensão Inferioridade (dos que recebem)
- Extensão Mecanicismo (na ação de quem estende)
- Extensão Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem).

Ouvimos muito ao pesquisarmos sobre extensão que esta é a forma de fazer a transposição dos conhecimentos, dos muros da academia para a sociedade ao seu entorno. Porém, precisamos ter cuidado ao reproduzir esta fala e não reduzi-la ao fato de que a universidade é a única produtora de conhecimento e que, ao fazê-lo, tem a obrigação de

levá-lo e oferecê-lo “aos subalternos, aos que não têm capacidade de produzir cultura, os não sujeitos”.

Mais uma vez nos remetemos à nossa história enquanto colônia de exploração, ou seja, a extensão, se não pensada criticamente pode nos remeter aos tempos em que, enquanto explorados, fomos vistos pelos portugueses como o “além do muro”, como seres sem cultura própria, incapazes de produzir conhecimento a partir de sua realidade e que, por esse motivo, deveriam incorporar os conhecimentos daqueles dotados de saber.

A história de criação da universidade no Brasil nos remete à reflexão de quando e de que forma a conceituação de extensão universitária surge neste contexto. Foi a partir da primeira reflexão sobre o papel da universidade como espaço de produção de conhecimento científico e de formação profissional técnica e profissionalizante, ou quando começamos a pensar o papel da universidade na formação humana e numa concepção de formação para atender às necessidades sociais? Coutinho, em sua tese de doutorado, faz um percurso sobre a criação da universidade, enfatizando a UFRRJ e o surgimento da cidade de Seropédica, nos trazendo o seguinte dado a ser analisado:

A promulgação da Lei nº 5540/68 (Reforma Universitária) trouxe grandes mudanças para o cenário universitário no país. A estrutura de universidade, passando a ser uma exigência para o funcionamento dos cursos superiores, assentou-se no tripé ensino – pesquisa – extensão. Esse tripé é definidor da condição da docência para as instituições do ensino superior, pois estabelece as três vertentes da atuação do profissional. (COUTINHO, 2014, p. 78)

Podemos identificar através dessa informação, que desde 1968, com a chamada *Lei da Reforma Universitária*, a extensão já aparecia como um dos pilares essenciais para o funcionamento da universidade. À instituição universitária foi exigido que se amparasse no tripé ensino-pesquisa-extensão, que deveriam funcionar de forma indissociável, porém ainda é fundamental que seja problematizada a conceituação de extensão presente nas universidades até os dias atuais.

Para nos ajudar a pensar sobre o conceito de extensão universitária, chamamos mais uma vez Paulo Freire que destacou, em seus textos, o poder libertador que pode ter a educação para as classes trabalhadoras e quais as principais ações que devem ser colocadas em prática para que essa prática da liberdade possa ser efetivada.

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1983, p.15)

É exatamente essa relação dialógica que precisamos buscar no trabalho da extensão universitária. Para que ela realmente possa funcionar de forma indissociável com o ensino e a pesquisa é necessário que haja o diálogo entre a universidade e a sociedade, em uma busca constante de retroalimentação.

Podemos também recorrer a Gramsci, que destacou a importância do “sistema de relações” para uma educação emancipadora, apontando o erro metodológico mais frequente, que seria dar mais ênfase ao que a universidade produz em seu interior, do que ao “sistema de relações” que deve permear suas atividades com o meio social na qual está inserida.

O erro metodológico mais difundido, ao que parece, consiste em ter procurado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações em que essas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto das relações sociais (GRAMSCI, 1978, p.6-7).

Tanto para Freire como para Gramsci, a construção do conhecimento precisa estar a favor dos interesses sociais da classe trabalhadora, estar com ela e para ela. Conhecimentos academicamente e popularmente construídos precisam estar em constante diálogo e num processo de retroalimentação, potencializando as diversas lutas a favor da democratização do acesso à universidade e da construção do pensamento crítico. Deste modo, para Freire o termo comunicação é o que mais se aproxima dessa dinâmica, caracterizando o conceito de práxis trazido por Gramsci, no sentido de que não há teoria sem prática e não há prática sem teoria, assim como não deveria haver hierarquias de saberes.

Quando estudamos a concepção dialética da história em Gramsci, podemos refletir sobre o conceito de conhecimento científico e filosófico e, a partir deste, nos familiarizarmos com outros conceitos, tais como bom senso e senso comum, conforme explicitados em Gramsci (1978, p.14):

A filosofia é uma ordem intelectual, o que nem a religião nem o senso comum podem ser. Deve-se ver como, na realidade, também não coincidem religião e senso comum; entretanto, a religião é um elemento do senso comum desagregado. Ademais, "senso comum" é o nome coletivo, como "religião": não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devenir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, neste sentido, coincide com o "bom senso" que se contrapõe ao senso comum.

Trouxemos ainda, fundamentados no mesmo autor, o conceito de intelectual orgânico para que pudéssemos entender a transição do senso comum para o conhecimento científico e filosófico:

“A organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simplórios se verificasse a mesma unicidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais fôssem, organicamente, os intelectuais daquelas massas, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, construindo assim um bloco cultural e social. [...] Tratava-se, pois, da mesma questão já assinalada: - um movimento filosófico só merece este nome na medida em que busca desenvolver uma cultura especializada para restritos grupos de intelectuais ou, ao contrário, merece este nome na medida em que, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, jamais se esquece de permanecer em contato com os “simples” e, melhor dizendo, encontra neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos? Só através deste contato é que uma filosofia se torna “histórica”, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em “vida””. (GRAMSCI, 1978, p. 18).

Entendemos que a figura do intelectual orgânico transita com desenvoltura entre o conhecimento popular e o científico, de uma forma capaz de partir da realidade e ir em direção ao abstrato, passando pelas contradições presentes nesta transição, contradições essas que são fundamentais para a construção do conhecimento científico e filosófico, socializando-os mutuamente.

A esse respeito, Vásquez (2007, p.109) apresenta seu entendimento sobre a relação teoria e práxis defendida por Marx: “A relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária: teoria, na medida em que esta relação é consciente”.

Também podemos trazer o pensamento de Gramsci para complementar o do autor acima a respeito da filosofia da práxis, o que nos auxiliará a compreender a extensão universitária neste mesmo movimento. Contribuindo para que possamos a seguir estudá-la

mais profundamente, a fim de compreender suas contradições e percurso histórico na relação dialógica entre a universidade e a sociedade:

A posição da filosofia da práxis é antitética a esta posição católica: a filosofia da práxis não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter a unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 1978, p. 20).

Até que a extensão universitária no seu processo de luta interna dentro da universidade passasse a ser mais problematizada e disseminada, mesmo que de forma tímida, como parte fundamental da universidade brasileira, ela passou por diversas concepções: desde a visão de assistencialismo, até o reconhecimento de que a extensão universitária ultrapassava a mera disseminação do conhecimento acadêmico para a população, atingindo finalmente a compreensão de que ela poderia contribuir para o diálogo entre o saber popular e os conhecimentos academicamente produzidos. Essa discussão até hoje ainda perpassa a universidade, colocando em questionamento o real lugar da extensão dentro das universidades brasileiras.

CAPÍTULO II

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Neste Capítulo são focos de análise, a história do surgimento da extensão universitária no Brasil, sua caracterização atual, concepções, diretrizes e o seu lugar dentro da universidade, apontando a importância do seu papel no tripé ensino-pesquisa-extensão para a consolidação e fortalecimento da instituição universitária brasileira.

2.1 A Trajetória da Extensão Universitária no Brasil

A trajetória da extensão universitária não pode ser pensada, discutida e analisada sem que comecemos por sua conceituação. Não só no contexto no qual nossa pesquisa se desenvolve, que é a UFRRJ, mas principalmente num contexto maior em que esta universidade está inserida dentro do território brasileiro. Abordaremos, então, essa conceituação no interior da história da educação brasileira, sem perder de vista que a extensão universitária em nosso país tem suas raízes nos Estados Unidos e na América Latina.

Buscamos fazer uma análise da conceituação da extensão universitária, a partir da reflexão crítica de alguns autores que fundamentaram nosso estudo, complementada pelas diretrizes legais da política educacional brasileira. Pretendemos, assim, compreender, com a maior abrangência possível, a realidade da extensão no Brasil, levando em consideração o tempo de terminado de 24 meses para sua conclusão,

A extensão universitária aparece em documentos oficiais já na década de 1930, como a autora Maria das Dores Pimentel Nogueira (2001), em seu largo estudo sobre o tema nos aponta. Em sua concepção inicial estava bem longe de refletir o que caracterizou sua trajetória e luta para chegar perto do que hoje esperamos dela:

A primeira referência legal à Extensão Universitária é encontrada no Estatuto Das Universidades Brasileiras, Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. A concepção de Extensão, presente no decreto do Ministro Francisco Campos, fica bastante clara na Exposição de Motivos que encaminhou o Presidente da República. Diz o texto: A extensão universitária se destina dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando assim maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível de cultura geral do povo (...). (NOGUEIRA, 2001, p. 58)

Porém a extensão universitária surge no contexto das instituições de ensino superior muito timidamente e sem ter de fato se denominado como tal. Antes mesmo da primeira universidade ser criada institucionalmente em nosso país, surgiram outros tipos de instituições denominadas universidades populares. A partir dos registros da criação destas iniciativas foi possível caracterizar o surgimento das primeiras ações de extensão universitária, conforme nos aponta Rocha (1986, p. 32-33):

A universidade popular como estrutura vinculada ao sistema de ensino superior aparece no Brasil como criação da Universidade Livre de São Paulo, surgida em 1912, por influência direta do médico Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães que, segundo Luis Antônio Cunha (1978: 179), era “um militante positivista que já em 1888 fazia apologia do ensino livre”. As universidades populares já existiam no Brasil anteriormente, havendo referências aos trabalhos desenvolvidos no Rio de Janeiro e Maranhão. O que há de especial na universidade popular de São Paulo é o seu surgimento diretamente relacionado a uma instituição de ensino superior, sendo, portanto, a primeira experiência de extensão universitária surgida no país.

No Brasil, houve uma influência muito grande das experiências de extensão universitária desenvolvidas na América Latina. O Manifesto de Córdoba⁴, na Argentina em 1918, citado por Rocha (1986), é um exemplo dessa referência. Foi em 1938, sob a influência das bandeiras deste manifesto, que começaram a surgir as universidades populares em nosso país, com a assimilação, por parte dos movimentos estudantis, das ideias por elas disseminadas.

Ainda levando em consideração as primeiras experiências de extensão, além das universidades populares, podemos identificar dois modelos que mais influenciaram seu surgimento e que até hoje podemos reconhecer como sendo práticas muito disseminadas na universidade, conforme nos explica a autora:

As primeiras experiências de Extensão Universitária no Brasil trazem a influência dos dois modelos. Na antiga Universidade de São Paulo, criada em 1911, registram-se cursos e conferências gratuitos, abertos à população em geral. Na Escola Superior De Agricultura E Veterinária de Viçosa/MG e na Escola Agrícola de Lavras M/G registram-se atividades de Extensão voltadas para a prestação do serviço na área rural, ainda na década de 20, levando assistência técnica aos agricultores. Um e outro modelo estarão presentes nas ações extensionistas das Universidades brasileiras, em maior ou menor grau, até os dias atuais. (NOGUEIRA, 2001, p. 58)

⁴ O Manifesto de Córdoba surgiu na Argentina em 1918, que se caracterizou como uma expressão significativa da primeira manifestação estudantil na América Latina.

O movimento estudantil teve grande participação no desenvolvimento da extensão universitária no Brasil, uma vez que os estudantes se organizaram de diversas formas e pautados em argumentos de que a universidade deveria se reestruturar para atender às necessidades da sociedade. Propunham que a universidade deixasse de ser uma instituição voltada para si mesma e para as minorias nela presentes e se voltasse para seu entorno, a fim de exercer seu papel transformador da sociedade, pautada no fortalecimento da democracia do conhecimento. Foi a partir do Manifesto de Córdoba, que também influenciou os movimentos estudantis em nosso país, que a universidade passou a ser questionada no seu papel social:

A questão da decantada missão social da universidade nem sempre conseguiu, na prática, traduzir-se em forma de programações concretas ficando, na maioria das vezes, no campo da simples retórica. A partir de Córdoba, a questão da missão social da universidade passou a constar efetivamente dos discursos oficiais e das propostas dos segmentos componentes da estrutura universitária. (ROCHA, 1986, p.36)

Os movimentos estudantis se organizaram em diversas esferas e, a partir do Segundo Congresso Nacional dos Estudantes, em 1938, no qual houve uma participação significativa de instituições universitárias de todo o país, se intensificaram as discussões acerca da reforma universitária. Nesse contexto, foi fortalecida a discussão da relação da universidade com a sociedade e o compromisso da primeira com as questões sociais. Também apareceu, mesmo que ainda não denominada como tal, a ideia da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão “que muito se assemelha ao que posteriormente se consubstanciaria na Lei nº 5.540” (ROCHA, 1986, p. 40-41).

No bojo das discussões a respeito da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1958, houve um movimento bastante significativo de um grupo de estudantes universitários ligados à igreja católica, denominados Juventude Universitária Católica (JUC), que teve grande importância no aprofundamento e fortalecimento das discussões acerca não só da extensão, mas também a respeito da autonomia universitária. Este grupo se destacou pela capacidade de organização em níveis regionais e nacional, elaborando documentos nos quais tornavam explícita a visão que tinham sobre o papel da universidade que, segundo a JUC, deveria apresentar uma postura crítica em relação à sociedade capitalista. Esse grupo chegou a conquistar a direção da União Nacional dos Estudantes.

Não só a JUC, mas outros grupos também muito engajados nos movimentos estudantis contribuíram para as discussões sobre o papel social da universidade e a participação

estudantil na vida social. Alguns deles até se confrontavam no campo das ideias, mas todos estavam comprometidos com a reforma universitária no sentido de envolver as instituições com as questões da sociedade, com o objetivo de torná-la mais justa e democrática. Porém, sempre havia o embate com as forças do poder hegemônico que influenciavam essas lutas e, na maioria das vezes, conseguiam destruí-las. Não foi diferente com a luta da JUC, que foi encerrada por volta de 1965:

Todo o discurso da extensão universitária a partir de 1968, inclusive, está permeado, em grande escala, por valores que orientavam a ação da JUC. A JUC deixou de existir como organização por volta de 1965, em função de pressões do governo federal, junto à hierarquia da Igreja, que se apresentava receosa e temia que a ação dos militantes pudesse dificultar mais ainda seu relacionamento com o aparelho do Estado. (ROCHA, 1986, p. 45)

A extensão universitária, a partir da década de 1960 até o final da década de 1970 se caracterizou “*como instrumento de apoio a programas e projetos governamentais oriundos do Governo Federal ou mais especificamente de iniciativa do MEC*” (ROCHA, 2003, p. 22). Em 1972, houve a criação da Coordenação Nacional de Extensão Universitária do MEC, que culminou com a elaboração do Plano de Trabalho da Extensão Universitária, em 1975.

A partir de então, várias iniciativas mais concretas começaram a surgir a respeito da discussão, problematização e sistematização da extensão universitária no Brasil com envolvimento das universidades públicas em âmbito nacional. As décadas de 70, mais especificamente nos anos finais, de 80 e 90 do século passado, se caracterizam como um período histórico importante para o desenvolvimento da extensão. Foi nesse contexto que a extensão passou a aparecer mais claramente nas universidades, através de um número maior de iniciativas que a incluíam como parte integrante e indissociável da universidade. Houve também nesse período um maior envolvimento dos docentes no sentido de assumirem a extensão como “*vivência mais intensiva dos departamentos acadêmicos e cursos*” (ROCHA, 2003, p. 22).

2.2 O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras – FORPROEX

Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), que pode se configurar como um marco histórico para a consolidação da extensão na dinâmica da universidade e de seu

fortalecimento decorrente da equalização com o ensino e a pesquisa. Muitas discussões foram travadas em vários encontros realizados, ocasionando significativo aumento na produção acadêmica sobre o tema, o que contribuiu muito para o amadurecimento das práticas extensionistas. Com a criação do FORPROEX houve também uma maior articulação entre as universidades públicas brasileiras “em uma verdadeira rede, o que dá uma força à ação de cada uma das instituições de educação superior dele participantes” (ROCHA, 2003, p. 23).

Iniciou-se a partir da criação do FORPROEX a intensificação da luta pelo reconhecimento e disseminação das atividades de extensão de forma bastante instigante e motivadora, visando agregar cada vez mais sujeitos que vivenciam a universidade a compreender o papel da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Desde então surgiram também iniciativas de fomento da extensão universitária por parte do MEC, com editais de bolsas de extensão e registros de programas e projetos. Este contexto de ampliação da extensão também contribuiu, de forma significativa, para que as questões a ela referentes viessem à tona.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometida com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia. São membros natos do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com direito a voz e voto, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras (RENEX, 2016, p. 1)

Não podemos deixar de registrar a trajetória do FORPROEX com um breve histórico dos encontros realizados desde sua criação, em 1987, uma vez que esse fórum, vem intensificando as discussões sobre a extensão universitária, constituindo-se em importante contribuição para sua compreensão e valorização dentro da universidade. Sabemos que até hoje os desafios ainda são grandes, mas não podemos prescindir da contribuição do FORPROEX.

- **I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**

Realizado em novembro de 1987 em Brasília/DF. – Criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. É criada Coordenação Provisória Colegiada exercida por um representante de cada região:

- Norte: Nilson Pinto de Oliveira / Pará
- Nordeste: Aldy Melo de Araújo / Maranhão
- Sudeste: Dulce Helena Chiarcuim / Rio de Janeiro
- Sul: Mário Portugal Pederneiras / Paraná
- Centro Oeste: Volney Garrafa / Brasília
- **II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 1988 em Belo Horizonte/MG.
Presidente eleito: Volney Garrafa / UNB.
- **III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 1989 em Belém/PA.
Presidente eleito: Geraldo Guedes / UFMG.
- **IV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 1990 em Florianópolis/SC.
Presidente eleito: Alex Fiúza de Melo /UFPA.
- **V Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 1991 em São Luiz/MA.
Presidente eleito: Alex Fiúza de Melo /UFPA.
- **VI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 1992 em Santa Maria/RS.
Presidente eleito: Severino Mendes / UFRPE.
- **VII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 1993 em Cuiabá/MT.
Presidente eleito: Júlio Wiggers / UFSC.
- **VIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 1994 em Vitória/ES.

Presidente eleito: Ricardo Vieiralves de Castro / UERJ.

- **IX Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**

Realizado em 1995 em Fortaleza/CE.

Presidente eleito: Tânia Baibich / UFPR.

- **X Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**

Realizado em 1996 em Belém/PA.

Presidente eleito: Tânia Baibich / UFPR.

- **XI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**

Realizado em 1997 em Curitiba/PR.

Presidente eleito: Evandro Lemos da Cunha / UFMG.

- **XII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (extraordinário).**

Realizado em 1997 em Brasília/DF.

- **XIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (extraordinário).**

Realizado em 1998 em Brasília/DF.

- **XIV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**

Realizado em 1998 em Natal/RN.

Presidente eleito: Arnon Mascarenhas / UFRN.

- **XV Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**

Realizado em 1999 em Campo Grande/MS.

Presidente eleito: Malvina Tânia Tuttman / UNIRIO.

- **XVI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**

Realizado em 2000 em João Pessoa/PB.

Presidente eleito: Lucas Batista Pereira / UESB.

- **XVII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 2001 em Vitória/ES.
Presidente eleito: Targino Araújo Filho / UFSCar.
- **XVIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 2002 em Florianópolis/SC.
Presidente eleito: Edison José Corrêa / UFMG.
- **XIX Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 2003 em Manaus/AM.
Presidente eleito: Edison José Corrêa / UFMG.
- **XX Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 2004 em Recife/PE.
Presidente eleito: Marco Antônio França Faria / UFRJ.
- **XXI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 2005 em São Luis/MA.
Presidente eleito: Marco Antônio França Faria / UFRJ.
- **XXII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 2006 em Porto Seguro/BA.
Presidente eleito: Lúcia de Fátima Guerra Ferreira / UFPB.
- **XXIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 2007 em Brasília/DF.
Presidente eleito: Eunice Sueli Nodari / UFSC.
- **XXIV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em 2008 em Curitiba/PR.
Presidente eleito: Ney Cristina Monteiro de Oliveira / UFPA.

- **XXV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em mai/2009 em João Pessoa/PB.
Presidente eleito: Laura Tavares / UFRJ.
- **XXVI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em nov/2009 em Rio de Janeiro/RJ.
- **XXVII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em jun/2010 em Fortaleza/CE.
Presidente reeleito: Laura Tavares Ribeiro Soares/ UFRJ.
- **XXVIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em nov/2010 em Santo André/SP.
Presidente eleito: Cipriano Maia de Vasconcelos / UFRN
- **XXIX Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em mai/2011 em Maceió/AL.
Presidente reeleito: Cipriano Maia de Vasconcelos / UFRN.
- **XXX Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em nov/2011 em Porto Alegre/RS.
- **XXXI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em mai/2012 em Manaus/AM.
Presidente eleito: Sandra de Fátima Batista de Deus/ UFRGS.
- **XXXII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.**
Realizado em nov/2012 em Brasília/DF.
- **XXXIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**
Realizado em mai/2013 em Rio de Janeiro/RJ.

- **XXXIV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**
Realizado em novembro/2013 em Palmas/TO.
- **XXXV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**
Realizado em maio/2014 em Belém/PA.
Presidente eleito: Regina Lúcia Monteiro Henriques / UERJ.
- **XXXVI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**
Realizado em novembro/2014 em Goiânia/GO.
- **XXXVII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**
Realizado em Maio/2015 em Gramado/RS.
Presidente eleito: Fernando Arthur de Freitas Neves/UFPA.
- **XXXVIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**
Realizado em Novembro/2015 em João Pessoa/PB.
- **XXXIX Encontro Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**
Realizado em Maio/2016 em São Bernardo do Campo/SP.
Presidente eleito: Marcos Antonio Cunha Torres/UEG.

(Fonte: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=20> acesso em: 10/10/2016).

Com a criação do FORPROEX em 1987, apesar da intensificação das discussões e de ter inaugurado um período de maior visibilidade e valorização da extensão universitária, apenas em 1999 foi elaborado o Plano Nacional de Extensão Universitária. Anteriormente a esta data, somente tivemos oportunidade de localizar no site do RENEX (2016) (<https://www.ufmg.br/proex/renex/>) algumas cartas elaboradas desde o primeiro encontro do Fórum de Pró-Reitores.

Em todos os documentos presentes no site são apresentadas preocupações e esforços significativos para que a extensão universitária fosse vista como parte fundamental da universidade em consonância com as necessidades da sociedade. Eles apontam os embates enfrentados pela extensão no interior da universidade, no que se refere à sistematização, reconhecimento, caracterização, avaliação, envolvimento da comunidade acadêmica e da sociedade, assim como sua conceituação.

A partir de então, começam a surgir no debate quais seriam os princípios que guiariam as atividades extensionistas. Estes princípios, uma vez definidos, passam a destacar a concepção da extensão universitária como norteadora, não só das correlações estabelecidas dentro da academia, mas também, e principalmente, da relação com o seu entorno. Já se fazia presente, na época, como um dos princípios norteadores da extensão universitária, a necessidade de estar alicerçada nas necessidades e prioridades locais, regionais e nacionais.

A priorização do saber limitado e engessado que é oferecido à sociedade dentro de uma fôrma não deve fazer parte da atividade universitária, uma vez que esta é parte integrante da sociedade e precisa participar dela de forma a se envolver com seus problemas e necessidades mais prementes, que podem partir tanto dos grupos sociais nela inseridos, como pelas demandas advindas das atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Nesse sentido, apontamos como papel fundamental da extensão universitária, favorecer o envolvimento da Universidade com os movimentos sociais, trazendo-os para dentro de sua dinâmica e participando da dinâmica deles de forma orgânica, a fim de priorizar ações que impactem diretamente na superação das desigualdades e exclusão social que fazem parte da história do nosso país.

Desde então já se trazia à tona a discussão de que a universidade não deveria se comportar como a única detentora de saber, levando em consideração somente aqueles que são produzidos única e exclusivamente em seu interior, mas, principalmente, deve atuar como elo da democratização dos conhecimentos produzidos no seu interior e pelos sujeitos envolvidos em todas as suas atividades, possibilitando acesso a toda e qualquer produção acadêmica.

A questão da prestação de serviços, desde a criação do FORPROEX, passa a ser problematizada, no sentido que esta não pode ter um fim em si mesma, mas precisa ser:

Um produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social. (FORPROEX, 2012, p. 21)

Não só a questão da prestação de serviços entra na reflexão dos princípios da extensão universitária, mas a relação com a escola pública também aparece de forma latente e significativa no fortalecimento das ações extensionistas. Esta atuação junto à educação pública, passa a ter prioridade no esforço para o fortalecimento da educação básica, fazendo uma parceria com contribuições técnico-científicas e ampliando a construção e propagação dos valores da cidadania, pois “À luz desses princípios, o fortalecimento da Extensão Universitária está diretamente relacionado com a compreensão das especificidades desse fazer acadêmico e de sua vinculação com o Ensino e a Pesquisa”. (FORPROEX, 2012, p.22).

Em 1993, foi criada a Comissão Nacional de Extensão, constituída por dirigentes do FORPROEX e coordenada pela Secretaria de Educação Superior. Teve como objetivo estabelecer as diretrizes e implementar o Programa de Fomento à Extensão Universitária, além de criar um Comitê Assessor de Avaliação das propostas a serem enviadas ao MEC para apreciação e contemplação de recursos. O ganho da extensão nesse contexto vai muito além da disponibilização de recursos financeiros. Inaugura-se um tempo de reflexão e fortalecimento da extensão e da universidade brasileira, como podemos refletir a partir do próprio registro do FORPROEX:

Mais do que o volume de recursos destinados ao Programa, a importância desta iniciativa está no reconhecimento institucional da extensão, como prática acadêmica essencial para o dinamismo da vida universitária. É fundamental também destacar que os Programas de Fomento, como o PROEXTE, inauguram uma nova relação entre SESu e IES, com a distribuição de recursos através de projetos e pelo julgamento de mérito. Entendendo que a articulação entre teoria e prática é uma necessidade crucial para a Universidade competente e socialmente compromissada, a Secretaria de Educação Superior do MEC investiu na extensão universitária com a certeza de que está contribuindo para o aprimoramento da Universidade Brasileira. (FORPROEXT, 2012, Apresentação, p.V)

No entanto, com as conquistas e os avanços chegam também às exigências. Como a extensão passa a pulsar de forma mais latente no interior das universidades públicas

brasileiras, também passa a aparecer como política pública nas leis, diretrizes e planos como a LDB de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – e Planos Nacionais de Educação de 2001 e 2014. Com amparo legal, passa a ser também incluída como parte fundamental não só da formação do graduando, mas também da avaliação e progressão dos docentes das universidades. Muitos projetos de extensão começaram a ser encaminhados ao MEC para financiamento e os avaliadores esbarraram em uma dificuldade que não podia mais ser ignorada:

A idéia de caracterização da fisionomia atual das experiências de extensão universitária surgiu de uma dificuldade enfrentada pelo Comitê de Extensão, quando da análise dos programas e projetos encaminhados pelas várias instituições de educação superior – IES –, para fim de apoio financeiro por parte do Programa de Fomento a Extensão – PROEXTE –, do Ministério da Educação e do Desporto – MEC. A grande quantidade e diversidade de propostas encaminhadas mostrava que as concepções de extensão existentes precisavam ser mais bem conhecidas, o que facilitaria o trabalho do próprio Comitê. A necessidade de estabelecimento do Perfil da Extensão Universitária foi logo em seguida assumida pela Comissão de Extensão e pela Secretaria de Educação Superior – SESu – do MEC, que de imediato se propuseram a apoiar a viabilização do estudo. (FORPROEXT, 2012, p.1)

A luta da extensão universitária que se iniciou de forma embrionária no interior da própria universidade continua agora com maior fundamentação, pois o corpo social acadêmico, formado por docentes, discentes e técnicos, tem bastante dificuldade de conseguir identificar e caracterizar uma atividade como sendo de extensão ou não. Quando estudamos a história da instituição universidade e do surgimento da extensão universitária, podemos até encontrar indícios para compreender os entraves que atrapalham a ampliação da extensão, de forma clara e produtiva.

A subalternização da extensão perante o ensino e a pesquisa secundariza sua importância dentro da universidade e distorce a sua real finalidade. Como já exposto neste estudo, a indissociabilidade não se faz, realmente, uma vez que a própria universidade em sua história prioriza apenas os interesses das classes dominantes, dificultando inclusive o ingresso aos cursos de graduação das classes populares. Então como querer fazer um movimento de práxis e dialético de retroalimentação de conhecimentos se as desigualdades sociais já são desconsideradas no próprio processo de acesso à universidade? Cabe ressaltar que a política de cotas está tentando minimizar esse problema, mas ainda sofre muitas críticas e entraves para sua real concretização na maior parte das instituições.

Para que possamos pensar a extensão de forma ativa e consciente pelo corpo social dentro da universidade, precisamos pensar que ela deve fazer parte da instituição organicamente. Incluir nos currículos de graduação, não em forma de apêndice, mas de forma orgânica, o conhecimento da extensão para que os docentes, discentes e técnicos possam compreender a sua importância para o fortalecimento da universidade como um todo.

Há uma dificuldade muito grande de se identificar quais são as ações de extensão, diferente da graduação e da pesquisa que já fluem de forma natural nos currículos da graduação e pós-graduação, mesmo que não o façam da forma como seria a ideal. Muitas vezes os docentes e discentes apenas cumprem um papel burocrático de ensino, em transmitir e memorizar um conhecimento que será mensurado através de provas, descaracterizando também o papel da universidade de reconstrução do conhecimento e produção científica. O FORPROEX, conhecedor dessas dificuldades, aponta-as nos documentos legais, desde os primórdios da extensão universitária:

O primeiro registro oficial sobre Extensão Universitária aparece no Estatuto da Universidade Brasileira, no Decreto-Lei nº 19.851, de 1931. De lá até a Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional, de nº 4.024/1961, o entendimento sobre a extensão permanece como uma modalidade de curso, conferência ou assistência técnica rural, destinada àqueles possuidores de diploma universitário. Percebe-se desta forma, que a Extensão, naquele momento, voltava-se para os interesses da classe dirigente, fortalecendo, assim, as finalidades daquela Universidade: o progresso da ciência (por meio de pesquisa) e a transmissão do conhecimento (por meio de ensino). Nesse sentido, é possível compreender o distanciamento existente entre a população e tais ações extensionistas bem como a “dicotomia” entre o ensino a pesquisa e a extensão. (FORPROEX, 2006, p. 17)

Mesmo com todas as críticas também de como o ensino e a pesquisa se fazem dentro da universidade – mas essa seria outra pesquisa – os discentes e docentes naturalmente já se envolvem nessas atividades, porém a extensão fica à mercê de interesses pessoais e individuais, uma vez que a inserção em atividades de extensão não traz nenhum status a quem a desenvolve.

Pensando sobre como a extensão universitária deve ser mais disseminada e caracterizada de forma correta dentro da universidade, não poderíamos deixar de trazer a classificação das ações de extensão que são apresentadas pelo FORPROEX, que transcrevemos na íntegra.

Tabela 1 – Classificação das Ações de Extensão

<p>PROGRAMA</p> <p>“Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo”.</p>
<p>PROJETO</p> <p>“Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”. O projeto pode ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vinculado a um programa (forma preferencial – o projeto faz parte de uma nucleação de ações); • Não-vinculado a um programa (projeto isolado).
<p>CURSO</p> <p>“Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos”.</p> <p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações dessa natureza com menos de 8 horas devem ser classificadas como “evento”. • Prestação de serviço realizada como curso deverá ser registrada como curso. • Curso presencial exige a presença do aluno durante toda a oferta da carga horária. • Curso de extensão a distância é caracterizado pela não-exigência da presença do aluno durante toda a oferta da carga horária; as atividades presenciais (sessões de esclarecimento, orientação presencial, avaliação, etc) não devem ultrapassar 20% da carga horária total. <p>Classificação dos cursos de Extensão Universitária e definições:</p> <p>CLASSIFICAÇÃO DO CURSO (classificar sempre nas três categorias I, II e III)</p> <p>DEFINIÇÃO</p> <p>I Presencial – Curso cuja carga horária computada é referente à atividade na presença de professor/instrutor.</p> <p>A distância – Curso cuja carga horária computada compreende atividades realizadas sem presença/supervisão de professor / instrutor (as avaliações podem ser presenciais).</p> <p>II Até 30 horas – Curso cuja carga horária é de até 30 horas.</p>

Igual ou superior a 30 horas – Curso cuja carga horária é igual ou superior a 30 horas.

III Iniciação – Curso que objetiva, principalmente, oferecer noções introdutórias em uma área específica do conhecimento.

Atualização – Curso que objetiva, principalmente, atualizar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento.

Treinamento e qualificação profissional – Curso que objetiva, principalmente, treinar e capacitar em atividades profissionais específicas.

Aperfeiçoamento* - Curso com carga horária mínima de 180 h, destinado a graduados.

Especialização* - Curso com carga horária mínima de 360 h, destinado a graduados.

* Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento: esses cursos, classificados como pós-graduação *lato sensu*, podem ter sua classificação definida na lei da reforma universitária (como “educação continuada”?), atualmente tramitando no Congresso Nacional como anteprojeto. O setor de gestão desses cursos, atualmente, varia conforme a opção da universidade (Pró-Reitoria de extensão e/ou Pró-Reitoria de pós-graduação). De qualquer forma, seus produtos devem ser informados no Quadro Q.94 e Quadro Q.95, do Censo da Educação Superior (ver ANEXOS), como “igual ou superior a 30 horas”.

EVENTO

“Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade”.

Classificação DEFINIÇÃO

Congresso – Evento de grandes proporções, de âmbito regional, nacional ou internacional, em geral com duração de 3 a 7 dias, que reúne participantes de uma comunidade científica ou profissional ampla.

Observação: realizado como um conjunto de atividades, como mesas redondas, palestras, conferências, apresentação de trabalhos, cursos, minicursos, oficinas/workshops; os cursos incluídos no congresso, com duração igual ou superior a 8 horas devem, também, ser registradas e certificadas como curso. Incluem-se nessa classificação eventos de grande porte, como conferência nacional de..., reunião anual de..., etc.

Seminário – Evento científico de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto de número de participantes, cobrindo campos de

conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação eventos de médio porte, como encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião, mesa-redonda, etc.

Ciclo de debates – Encontros sequenciais que visam a discussão de um tema específico.

Inclui: Ciclo de..., Circuito..., Semana de...

Exposição – Exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Em geral é utilizada para promoção e venda de produtos e serviços. Inclui: feira, salão, mostra, lançamento.

Espectáculo – Demonstração pública de eventos cênicos musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical.

Evento esportivo inclui: campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva.

Festival – Série de ações/eventos ou espetáculos artísticos, culturais ou esportivos, realizados concomitantemente, em geral em edições periódicas.

Outros – Ação pontual de mobilização que visa a um objetivo definido. Inclui campanha.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

“Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem”.

Observação: quando a prestação de serviço é oferecida como curso ou projeto de extensão deve ser registrada como tal (curso ou projeto).

Classificação DEFINIÇÃO

ATENDIMENTO AO PÚBLICO EM ESPAÇOS DE CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Espaços e Museus Culturais – Atendimento a visitantes em museus e centros de memória das IES. Atendimento ao público em espaços culturais das IES.

Espaços e Museus de Ciência e Tecnologia – Atendimento ao público em espaços de ciência e tecnologia das IES, como observatório astronômico, estação ecológica, planetário, jardim botânico, setores e laboratórios, etc.

Cineclubes – Atendimento ao público em cineclubes das IES.

Outros espaços – Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.

SERVIÇO EVENTUAL

Consultoria – Análise e emissão de pareceres, envolvendo pessoal do quadro, acerca de

situações e/ou temas específicos.

Assessoria – Assistência ou auxílio técnico em um assunto específico, envolvendo pessoal do quadro, graças a conhecimentos especializados.

Curadoria – Organização e manutenção de acervos e mostras de arte e cultura, envolvendo pessoal do quadro.

Outros – Incluem-se nessa categoria pesquisa encomendada, restauração de bens móveis e imóveis e outras prestações de serviço eventuais.

ATIVIDADES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Depósito de Patentes e Modelos de Utilidades – Depósitos e registro de patentes.

Registro de Marcas e Softwares – Registro de marcas e softwares.

Contratos de Transferência de Tecnologia – Contrato de transferência de direito sobre tecnologia.

Registro de Direitos Autorais – Registro de direitos autorais.

EXAMES E LAUDOS TÉCNICOS

Laudos Técnicos – Exames, perícias e laudos realizados pelas diversas áreas da instituição de educação superior que oferece serviço permanente, envolvendo pessoal do quadro. Inclui: análise de solos, exames agrônômicos e botânicos, análise farmacológica, qualidades de produtos, laudos médicos, psicológicos, antropológicos, perícia ambiental, dentre outros.

ATENDIMENTO JURÍDICO E JUDICIAL

Atendimento Jurídico e Judicial – Atendimentos a pessoas em orientação ou encaminhamento de questões jurídicas ou judiciais.

ATENDIMENTO EM SAÚDE HUMANA

Consultas Ambulatoriais – Consulta ambulatorial ou domiciliar programada, prestada por profissionais da área da saúde.

Consultas de Emergência e Urgência – Consulta em situação que exige pronto atendimento (emergências e urgências).

Internações – Atendimento a pacientes internados.

Cirurgias – Intervenções cirúrgicas (hospitalares e ambulatoriais).

Exames Laboratoriais – Exames de patologia clínica e anátomo-patologia.

Exames Secundários – Radiologia, ultrassonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.

Outros Atendimentos – Outros atendimentos não incluídos nos itens anteriores.

ATENDIMENTO EM SAÚDE ANIMAL

Atendimentos ambulatoriais - Atendimento ambulatorial a animais.

Internações veterinárias – Assistência veterinária a animais internados.

Cirurgias veterinárias – Intervenções cirúrgicas em animais (hospitalares e ambulatoriais).

Exames laboratoriais e secundários em veterinária – Exames de patologia clínica e anátomopatologia; radiologia, ultrassonografia e outros exames por imagem, provas funcionais, endoscopia, etc.

Fonte: Extensão Universitária: Organização e Sistematização, FORPROEX, 2007

A partir da caracterização das ações de extensão apresentada pelo FORPROEX, passamos a desenvolver algumas reflexões e considerações. As ações mais difundidas na universidade como extensão estão relacionadas aos cursos de extensão, que muitas vezes são ministrados de forma isolada e sem envolvimento algum do corpo discente da universidade, na perspectiva aqui já problematizada de hierarquização de saberes.

Os eventos, dificilmente são, dentro da universidade, pensados como uma atividade de extensão, mesmo trazendo para dentro do cotidiano acadêmico, profissionais de áreas distintas, que podem contribuir significativamente para a retroalimentação de saberes e reconstrução de conhecimento. Vimos os eventos, principalmente congressos e seminários, serem elaborados, divulgados e desenvolvidos puramente como atividade de pesquisa, nem mesmo como atividade de ensino, com envolvimento dos discentes de graduação em geral, que não participem de algum grupo de iniciação científica.

A prestação de serviço é a atividade mais ainda problematizada dentro das discussões da extensão universitária. Nesta ação, fica mais fácil cair no erro conceitual do termo “extensão”, em que a universidade cria um braço para “dar à sociedade”, algo de que ela carece, sem reconhecer os saberes produzidos por esses sujeitos “atendidos” pela universidade. Não leva em conta, que poderia existir uma interação e diálogo nesse processo, enriquecendo a dinâmica de comunicação entre os saberes acadêmicos e populares.

Mesmo que haja pelo FORPROEX essa sistematização e caracterização das atividades de extensão universitária, precisamos sempre analisar de que forma essas ações estão sendo desenvolvidas na universidade, para que não continuemos a tratar de forma equivocada o

papel da universidade. A extensão universitária, desenvolvida de forma crítica e consciente dentro da academia, contribui significativamente para que se cumpra o papel social da universidade, envolvendo-a nas questões sociais, refletindo sobre elas e buscando respostas em conjunto com a sociedade na qual ela está inserida.

O esforço de colocar em pauta a extensão dentro dos currículos da graduação, se dá pela proposta de flexibilização curricular e a creditação das atividades de extensão que aparecem em propostas de políticas públicas desde o PNE de 2001 e se repete no PNE de 2010. Vale ressaltar aqui o papel do Plano Nacional de Extensão Universitária no movimento de envolvimento das universidades através da criação de Grupo Técnico, conforme vemos a seguir:

No tocante à difusão e à implementação dos marcos conceituais e das diretrizes do Plano Nacional de Extensão, lançado em 1999, o FORPROEX, com a finalidade de elaborar documento para compor a Coleção Extensão Universitária, instituí, durante o XVII Encontro Nacional, realizado em Vitória (ES), em 2001, o Grupo Técnico (GT) de Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão e Flexibilização Curricular para atender aos seguintes objetivos: estabelecer princípios gerais norteadores apresentados em documento que ofereça subsídios para implementação da flexibilização curricular e da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; divulgar experiências desenvolvidas nas universidades públicas brasileiras. (FORPROEX, 2006, p. 8)

É preciso problematizar e divulgar melhor dentro da universidade a questão da flexibilização curricular e da creditação das atividades de extensão, indo além do que está posto nos documentos oficiais e leis. Pensar a dinâmica que perpassa o interior da universidade, levando em conta o contexto em que ela nasce e se desenvolve e a que interesses ela serve.

Na leitura do texto dos documentos do FORPROEX sobre essa questão, podemos identificar que há uma preocupação e um desejo de que a flexibilização curricular, através da creditação das ações de extensão, possibilite a concretização de uma formação ampla em consonância com as necessidades da sociedade afim de que a função social da universidade seja cumprida e que a extensão seja o caminho para que isso aconteça. Conforme podemos apreciar a seguir:

A Lei de Diretrizes e Bases (1996) determina o fim dos antigos currículos mínimos, definidos pelo extinto Conselho Federal de Educação e que eram obrigatórios na construção dos currículos dos cursos de graduação. As Diretrizes Curriculares, além de traçarem caminhos para eliminação do excesso de pré e de co-requisitos entre as disciplinas, prevêm a inclusão de atividades denominadas "complementares" nos

projetos pedagógicos de tais cursos, abrindo-se, assim, possibilidades no Currículo para a introdução de ações de Extensão, ao lado de outras atividades como as de pesquisa. (FORPROEX, 2006, p. 45 e 46)

O grande problema está em como essas atividades serão vistas pelo corpo social da universidade, tanto pelos docentes, como pelos discentes. Elas não podem significar mais uma tarefa a ser cumprida de forma burocrática num mesmo período de tempo. Desta forma a extensão universitária, além de não ser colocada com o destaque que cabe a ela na formação do estudante e no envolvimento do docente, pode se tornar um fardo na vida acadêmica, tornando-a cada vez menos desejada e compreendida na universidade.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de muito debate para que a flexibilização curricular e a creditação das atividades extensão universitária possam de fato cumprir o papel que é proposto pelo FORPROEX e se transforme em meta das universidades conforme explicitado nos Planos Nacionais de Educação. É necessário que primeiro a extensão universitária seja compreendida como parte intrínseca do ensino e da pesquisa, com a função de aproximá-las da realidade social que pulsa dentro da universidade e fora dela, como nos aponta Nogueira (2001, p. 57).

A extensão é, então, resgatada com o meio pelo qual a Universidade vai cumprir sua função social. Repensar a Extensão como atividade acadêmica significava colocá-la ao lado do Ensino e da Pesquisa, na cadeia de produção e difusão do conhecimento. Significava entendê-la como um instrumento que vai possibilitar democratizar o conhecimento produzido e ensinado na Universidade e que vai atender às demandas mais urgentes da população. Ao mesmo tempo, ela se constituiu forma privilegiada pela qual Universidade avalia e submete à avaliação da sociedade o conhecimento que produz, pelo confronto com situações concretas.

A universidade, apesar de quase se tornar uma instituição centenária no Brasil, precisa ainda amadurecer muito qual a relação que quer estabelecer com a sociedade, a fim de superar as dificuldades e as desigualdades que foram construídas ao longo dos tempos no Brasil. A Política Nacional de extensão nos aponta alguns desses desafios, principalmente os de origem estrutural e conjuntural da universidade, que necessitam ser superados:

Como ocorre nos âmbitos internacional e nacional, também no da Universidade Pública brasileira encontramos limites, de natureza estrutural e conjuntural, e possibilidades que desafiam a criatividade política, institucional e organizacional. Entre os limites, destacam-se o financiamento instável, que prejudica a continuidade dos projetos; o marco jurídico-legal defasado, que emperra a gestão universitária; a estrutura acadêmica rígida, conservadora e, muitas vezes, elitista, que dificulta as mudanças nas direções demandadas pela sociedade brasileira. Em seu conjunto, essas limitações, caso não enfrentadas, colocam riscos ao cumprimento da missão da

Universidade Pública de produzir um conhecimento capaz de induzir um desenvolvimento ético, humano e sustentável. (Política Nacional de Extensão, 2012, p. 13)

O conceito de extensão universitária defendido nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais do FORPROEX, realizados em 2009 e 2010 e adotado até os dias atuais, visa resgatar sua importância dentro da universidade, associando-o sempre ao ensino e à pesquisa. Esse é o conceito que deve ser amplamente divulgado por todas as Pró-Reitorias de Extensão e todo o corpo social que se envolve e se preocupa com a valorização da extensão universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. Assim definida, a Extensão Universitária denota uma postura da Universidade na sociedade em que se insere. Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage. Extensão Universitária denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social. (Política Nacional de Extensão, 2012, p.16)

Além da definição e da caracterização das atividades de extensão, o FORPROEX, através dos encontros anuais e das discussões e problematizações neles desenvolvidas, traz para auxiliar na compreensão, as diretrizes de extensão universitárias. Essas diretrizes são norteadoras para que os proponentes de ações de extensão dentro das universidades possam fazer uma reflexão sobre suas ações e caracterizá-las ou não como atividade de extensão.

As diretrizes foram pensadas para auxiliar na superação da concepção de uma universidade que sirva apenas aos interesses hegemônicos e burgueses, trazendo para reflexão sua práxis e a função social da universidade, conforme também nos aponta o FORPROEX, através da Política Nacional de Extensão:

A expectativa é de que essas diretrizes, em conjunto, contribuam para a superação das três crises da Universidade Pública, apontadas por Boaventura de Sousa Santos (2004), quais sejam, a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional. A primeira resulta das contradições entre a função tradicional da Universidade de formar conhecimentos exemplares, nos âmbitos científico e humanístico, e a função de produzir padrões culturais médios e conhecimentos instrumentais, exigidos pelo desenvolvimento capitalista no século XX. A crise de legitimidade tem origem, de acordo com Boaventura, no fato de “(...) a Universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes (...), por um lado, e as exigências sociais e políticas da

democratização da Universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidade para os filhos das classes populares, por outro”. Por fim, a crise institucional deriva-se, também nas palavras do autor, da “(...) contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objectivos da Universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social” (p. 5, 6). (Política Nacional de Extensão, 2012, p.16)

Para subsidiar esta pesquisa, trazemos a seguir, as cinco diretrizes pactuadas pelo FORPROEX, das quais as três primeiras orientaram a nossa análise sobre os registros de extensão universitária na UFRRJ. Para que possamos defender a valorização e compreensão da extensão universitária em qualquer contexto, precisamos ter clareza quais são as diretrizes que a guiam.

Tabela 2- Diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, pactuados no FORPROEX

Interação Dialógica
<p>A diretriz <i>Interação Dialógica</i> orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática.</p> <p>Esse objetivo pressupõe uma ação de mão dupla: da Universidade para a sociedade e da sociedade para a Universidade. Isto porque os atores sociais que participam da ação, sejam pessoas inseridas nas comunidades com as quais a ação de Extensão é desenvolvida, sejam agentes públicos (estatais e não-estatais) envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas com as quais essa ação se articula, também contribuem com a produção do conhecimento. Eles também oferecem à Universidade os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária. Para que a interação dialógica contribua nas direções indicadas é necessária a aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não-universitários em sua produção e difusão. São necessárias também a apropriação e</p>

a democratização da autoria dos atores sociais, assim como sua participação efetiva em ações desenvolvidas nos espaços da própria Universidade Pública. Por se situar no campo das relações, pode-se dizer que a diretriz *Interação Dialógica* atinge o cerne da dimensão ética dos processos de Extensão Universitária.

Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade

É um truísmo dizer que a realidade social é complexa, mas talvez não o seja argumentar que qualquer intervenção ou ação destinada a alterá-la deve levar em conta essa complexidade sob pena de se tornar estéril ou ineficiente. Por muitas décadas, as tecnologias de intervenção social têm oscilado entre visões holistas, destinadas a apreender a complexidade do todo, mas condenadas a ser generalistas, e visões especializadas, destinadas a tratar especificidades, mas caracterizadas pelo parcelamento do todo.

A diretriz de *Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade* para as ações extensionistas busca superar essa dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações. O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização e visão holista pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende.

Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão

A diretriz Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa).

No que se refere à relação Extensão e Ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica – processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional – e de sua formação cidadã – processo que

lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social.

Essa visão do estudante como protagonista de sua formação técnica e cidadã deve ser estendida, na ação de Extensão Universitária, a todos envolvidos; por exemplo, alunos, professores, técnico-administrativos, pessoas das comunidades, estudantes de outras Universidades e do ensino médio. Dessa maneira, emerge um novo conceito de ‘sala de aula’, que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. ‘Sala de aula’ são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico clássico ‘estudante - professor’ é substituído pelo eixo ‘estudante – professor - comunidade’. O estudante, assim como a comunidade com a qual se desenvolve a ação de Extensão, deixa de ser mero receptáculo de um conhecimento validado pelo professor para se tornar participante do processo. Dessa forma, ele se torna também o tutor (aquele que apoia o crescimento possibilitado pelo conhecimento), o pedagogo (aquele que conduz, de mãos dadas, o processo de conhecimento) e o orientador (aquele que aponta a direção desse processo). Assim, no âmbito da relação entre Pesquisa e Ensino, a diretriz *Indissociabilidade Ensino – Pesquisa - Extensão* inaugura possibilidades importantes na trajetória acadêmica do estudante e do professor.

Na relação entre Extensão e Pesquisa, abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre a Universidade e a sociedade. Visando à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo. Apenas ações extensionistas com esses formatos permitem aos atores nelas envolvidos a apreensão de saberes e práticas ainda não sistematizados e a aproximação aos valores e princípios que orientam as comunidades. Para que esses atores possam contribuir para a transformação social em direção à justiça, solidariedade e democracia, é preciso que eles tenham clareza dos problemas sociais sobre os quais pretendem atuar, do sentido e dos fins dessa atuação, do ‘arsenal’ analítico, teórico e conceitual a ser utilizado, das atividades a serem desenvolvidos e, por fim, da metodologia de avaliação dos resultados (ou produtos) da ação e, sempre que possível, de seus impactos sociais.

Ainda no âmbito da relação Extensão - Pesquisa, esta Política propugna fortemente o desenvolvimento de dois processos na vida acadêmica. O primeiro refere-se à incorporação de estudantes de pós-graduação em ações extensionistas. Essa importante forma de produção do conhecimento – a Extensão Universitária – pode e deve ser incorporada aos programas de mestrado, doutorado ou especialização, o que pode levar à qualificação tanto das ações extensionistas quanto da própria pós-graduação. O segundo desenvolvimento que aqui se defende é a produção acadêmica a partir das atividades de Extensão, seja no formato de teses, dissertações, livros ou capítulos de livros, artigos em periódicos e cartilhas, seja no formato de apresentações em eventos, filmes ou outros produtos artísticos e culturais.

Impacto na Formação do Estudante

As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira.

Como preconizado na Constituição de 1988 e regulamentado pela PNE 2001-2010, a participação do estudante nas ações de Extensão Universitária deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos logrados nas ações de Extensão Universitária.

Para que esses instrumentos imprimam qualidade à formação do estudante, as ações extensionistas devem possuir um projeto pedagógico que explicita três elementos essenciais: (i) a designação do professor orientador; (ii) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; (iii) a metodologia de avaliação da participação do estudante. A qualificação da formação do estudante, por meio de seu envolvimento em atividades extensionistas, depende também, no âmbito interno das Universidades, de um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados ao fomento das ações extensionistas com os colegiados de gestão acadêmica da graduação e da pós-graduação, de forma a possibilitar a aplicação efetiva das diretrizes de Extensão Universitária e da legislação vigente. Essa estruturação

normativa e legal deve orientar o estabelecimento de regras relacionadas a campo de estágio, composição de grade curricular, correlação entre carga horária e créditos atribuídos ou previsão de cronogramas de disciplinas e regras disciplinares. Desnecessário dizer que a incorporação da estrutura legal e normativa da Extensão Universitária na formulação dessas regras deve levar em conta as especificidades de cada localidade e Universidade.

Impacto e Transformação Social

A diretriz *Impacto e Transformação Social* reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da *polis*, a comunidade política. Nesse sentido, a diretriz *Impacto e Transformação Sociais* imprime à Extensão Universitária um caráter essencialmente político.

Com essa diretriz, espera-se configurar, nas ações extensionistas, as seguintes características: (i) privilegiamento de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide; (iii) efetividade na solução do problema. Cabe lembrar que a efetividade de qualquer tipo de intervenção social depende do grau de racionalidade que se imprime à sua formulação, sem perder de vista os valores e princípios que a sustentam, de forma a permitir sua gestão eficiente e sua avaliação, seja a de seu processo de implementação (monitoramento), seja a de seus resultados e impactos sociais.

É importante ter clareza de que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão Universitária. A própria Universidade Pública, enquanto parte da sociedade, também deve também sofrer impacto, ser transformada. O alcance desses objetivos – impacto e transformação da sociedade e da Universidade –, de forma a se lograr o desenvolvimento nacional no sentido que esta Política propugna, é

potencializado nas ações que se orientam pelas diretrizes de *Interação Dialógica*, *Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade* e, por fim, *Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão*. Com esse escopo, as ações de Extensão Universitária surgem como instrumentos capazes de contra-arrestar as consequências perversas do neoliberalismo, em especial, a mercantilização das atividades universitárias, a alienação cultural e todas as mazelas que as acompanham.

Fonte: Política de Extensão Universitária, 2012

Compreendemos que a extensão universitária ainda vislumbra um caminho de lutas e desafios, ao olharmos para trás, porém para que continuemos na luta com esperança e certeza de dias melhores, precisamos apontar também os avanços que foram conquistados até aqui.

Não só os interesses hegemônicos fazem parte de nossa sociedade. Pudemos constatar, através da história da extensão universitária, que as lutas contra hegemônicas, com destaque para aquelas travadas pelos movimentos estudantis, vêm contribuindo significativamente para que os avanços aconteçam, mesmo reconhecendo que existem contradições e recuos. Neste sentido, o FORPROEX também faz um balanço dos avanços da extensão universitária identificados no diálogo com as universidades nos encontros anuais:

Entre os avanços, dois merecem destaque. O primeiro diz respeito à institucionalização da Extensão. Vale lembrar o preceito constitucional de indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e Extensão, a importância conferida pela LDB às atividades extensionistas e a destinação, feita pelo PNE 2001-2010, de 10% da creditação curricular a essas atividades. Mas o ranço conservador e elitista, presente nas estruturas de algumas Universidades ou departamentos acadêmicos e a falta de recursos financeiros e organizacionais, entre outros problemas, têm colocado limites importantes para a implantação e implementação desses institutos legais no âmbito das Universidades Públicas. Muitas vezes, verifica-se a normatização da creditação curricular em ações de Extensão, mas restrições em sua implementação. O mesmo descompasso é verificado quanto à inserção de ações extensionistas nos planos de ascensão funcional e nos critérios de pontuação em concursos e à consideração dessas atividades na alocação de vagas docentes. Nesses aspectos, também em algumas Universidades ou departamentos, o preceito constitucional e a legislação referida à Extensão Universitária não têm tido qualquer efeito sobre a vida acadêmica. (Política Nacional de Extensão, 2012, p. 14)

O segundo avanço relaciona-se com a priorização da Extensão Universitária em vários programas e investimentos do Governo Federal, entre os quais dois, desenvolvidos no âmbito do MEC, merecem menção especial. O primeiro é o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), mencionado anteriormente, que formalizou conceitos importantes e inaugurou o financiamento das ações extensionistas, em 1993. Interrompido em 1995, o Programa foi retomado

em 2003, sob a denominação Programa de Extensão Universitária (PROEXT). A partir de então, esse programa tem adquirido crescente relevância em termos de quantidade de recursos investidos e de qualidade das ações desenvolvidas. Seu objetivo de acordo com Nogueira (2005), é o de “implementar o processo de democratização do conhecimento acadêmico, estabelecer mecanismos de integração entre os saberes acadêmico e popular, de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática” (p. 51). O segundo programa, desenvolvido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), desde 2005, em parceria com a Secretaria de Educação Superior (SESU), é o Conexões de Saberes, recentemente denominado Programa de Educação Tutorial – PET/Conexões. (Política Nacional de Extensão, 2012, p. 14 e 15)

Nos dias atuais a extensão universitária continua lutando para conseguir ocupar o lugar que lhe cabe de direito, dentro da universidade pública e também das universidades comunitárias e confessionais. Para tanto é necessário que haja uma interlocução com a sociedade através de relações interinstitucionais e intersetoriais, para que se possa ter uma visão crítica de seu papel dentro da universidade e fora dela, de modo a contribuir significativamente para a formação de sujeitos conscientes do papel que cada um ocupa na sociedade.

Não se pode esquecer que a extensão universitária sela um compromisso em maiores ou menores proporções, da universidade com a sociedade civil, com os movimentos sociais, e assim sendo, é importante que se lembre de não só de levar a instituição de educação superior ao seu meio, mas de trazer à instituição universitária para um diálogo mais profundo e permanente, os atores sociais que com ela interagem. (ROCHA, 2003, p23).

CAPÍTULO III

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

Neste capítulo apresentamos um breve histórico da Instituição em análise, desde a sua criação como Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, passando por sua transformação em Universidade, diferentes denominações e sedes, até chegar à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e seu campus atual na cidade de Seropédica. Esta parte inicial permite trazer, na segunda parte deste capítulo, os resultados da pesquisa de campo de forma contextualizada propiciando maior entendimento das especificidades da Instituição.

3.1 UFRRJ: Um pouco de História e Memória

A UFRRJ surge em 1910 com o Decreto nº 8.319 de 20 de outubro, no qual determinava a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV). Ela já surge com a característica peculiar de ser a primeira escola superior federal voltada para ensino agrícola no país ligada ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC). No entanto, ela só consegue ser instalada em 1913, pois seu decreto de criação já previa toda uma estrutura física necessária para seu funcionamento e a primeira sede prevista não atendia a essas determinações (OTRANTO, 2005).

Muitas dificuldades já apareceram logo no início de sua criação e também posteriormente à sua instalação. Por ser uma instituição de ensino agrícola necessitava de uma estrutura na qual pudesse ser instalado um campo de experimentações, que numa zona rural teria condições de ser construída. Porém, a partir da influência de Gustavo d'Utra, “que acreditava que o ensino agrícola superior somente poderia ser eficiente quando ministrado nos grandes centros” (OTRANTO, 2009, p. 63), a Escola foi inaugurada em área urbana. As dificuldades de localização do campo de experimentações, em terreno do Ministério da Guerra, em Deodoro, trouxeram outros entraves com relação ao deslocamento. No entanto, a instalação da ESAMV, uma instituição de formação agrária, na área urbana e nobre trazia certo status:

Essa aparente ambiguidade e anacronismo só era explicável por um motivo, o desejo de libertar o trabalho com a terra da sua vinculação com o escravismo, tirá-la do preconceito que a denegria como atividade que no passado, não muito distante, fora entregue a negros escravos. (OLIVEIRA et alli, 1996, p.58 apud OTRANTO, 2009, p. 64)

Em 1915, por força de luta de poder hegemônico, a ESAMV sofre um golpe e é fechada com alegações outras de falta de verba e recursos, mas que na verdade tratava-se de interesses da burguesia em enxergar essa instituição ligada ao MAIC como uma ameaça à manutenção do poder hegemônico da época (OTRANTO, 2005)

A ESAMV teve seu momento de ressurreição em 1916, ao se juntar a duas escolas médias pelo Decreto nº 12.012, de 20 de março. Após um tempo, as escolas médias foram extintas e somente a ESAMV sobreviveu. No período de 1916 até 1936, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária passou por diversas transferências de local, determinadas por decretos, às vezes de interesse do poder hegemônico e outras vezes por questão de sobrevivência da própria Escola. Num período até teve seu prestígio colocado em cheque, mas conseguiu se reerguer e se manter. (OTRANTO, 2012)

A Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária conseguiu superar todos os desafios, crescer e se consolidar no campo educacional em decorrência da qualidade das pesquisas que desenvolvia e do qualificado corpo docente que a integrava. Em 1934, desmembrou-se em três grandes Escolas Nacionais: Escola Nacional de Agronomia, Escola Nacional de Veterinária e Escola Nacional de Química, que apesar de serem desmembradas, permaneceram com uma administração única num crescimento crescente até se tornar uma universidade, em 1943. No ano de 1960 recebeu o nome de Universidade Rural do Rio de Janeiro; em 1962, Universidade Rural do Brasil; e, em 1967 assumiu sua atual denominação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (OTRANTO, 2010).

O atual e definitivo campus da UFRRJ em Seropédica teve suas obras iniciadas em 1938, e foi inaugurado pelo então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, no ano de 1947. Essa iniciativa se deu devido ao grande crescimento, tanto de produção acadêmica como de corpo discente, em que no campus até então da Urca, não estava mais comportando. Essa inauguração aconteceu “[...] com a entrega de dez dos dezessete edifícios e instalações escolares que integravam o campus para os cursos de Engenharia Rural, Biologia, Química, além das escolas de Agronomia e Veterinária e dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização” (COSTA et alli, 1994, p.9 apud OTRANTO, 2012, p. 23).

Diante dessas informações, podemos inferir que a UFRRJ já tinha uma preocupação não só com a formação inicial dos cursos de graduação, mas também em “atender” às necessidades dos profissionais já formados na sociedade oferecendo cursos nos níveis de aperfeiçoamento e especialização, que, dependendo da carga horária, podem ser caracterizados como cursos de pós-graduação lato sensu (mínimo de 360 horas) ou cursos de extensão (acima de 30h).

As dificuldades permearam a trajetória histórica de lutas da Instituição, que nunca se curvou e sempre enfrentou a tudo com honra, o que a fez sobreviver aos grandes desafios da sociedade brasileira. Sobreviveu à ditadura militar e à reforma universitária de 1968 (Lei 5540/68) que pretendeu tirar-lhe o título de universidade, por somente atender a uma área específica de conhecimento – a área agrônômica – enquanto a legislação exigia da universidade cursos em todos os campos do saber. Lutou mais uma vez pela sobrevivência e por sua autonomia. Afinal, se tratava de uma Instituição que formava um setor da sociedade que trazia em seu bojo muitas disputas de poder, principalmente, por formar cidadãos que iriam lidar com o capital vinculado à posse de terras.

Foi durante a ditadura militar, em 1967, com a posse do general Arthur Costa e Silva, segundo Presidente da República militar, que após reuniões em Brasília a então Universidade Rural do Brasil foi transferida para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e recebeu sua nomenclatura atual, “o que foi efetivado em 19 de maio de 1967, pelo Decreto nº 60.731. O mesmo instrumento legal denominou a Instituição em análise de UFRRJ” (OTRANTO, 2012, p.24).

Essa transferência acarretou grandes entraves, desde as adequações às regras do MEC até a drástica redução de verbas para sua manutenção. Seu status diante das outras universidades era bem inferior, portanto passou a receber a menor fatia de recursos financeiros do Ministério da Educação. A alternativa encontrada diante da redução de 50% da arrecadação financeira foi diminuir consideravelmente o número de ingressos na UFRRJ. (UFRRJ/CONSU et alli, 1967 apud Otranto, 2012, p.24).

Neste momento, a força do movimento estudantil se fez presente na UFRRJ, representados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE). Os alunos encaminharam ao MEC, de forma presencial, um Memorial reivindicando a liberação de verbas para o ano de 1968 (OTRANTO, 2012).

Os estudantes conseguiram interferir significativamente evitando o encolhimento da UFRRJ, porém enfrentaram lutas árduas no interior da própria Instituição, pois os docentes que compunham o CONSU não acreditaram na força estudantil. Decidiram punir os alunos, o que ocasionou o crescimento da greve estudantil. (UFRRJ/CONSU et alli, 1967b apud Otranto, 2012, p. 25). Apenas com confirmação do MEC sobre o aumento de verbas para a Universidade, que impediu a redução de vagas, os alunos não foram prejudicados, apesar de terem sofrido ameaças e represálias por parte dos professores, que os acusaram de serem indisciplinados.

O desafio de se integrar ao novo Ministério foi acrescido da obrigatoriedade de se adequar às regras da chamada Reforma Universitária, Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968). A universidade agora deveria oferecer cursos na área de humanidades, principalmente de educação, e se estruturar em Departamentos.

Como resultado dessa Reforma, a UFRRJ foi obrigada a deixar de ser apenas uma Instituição voltada para o ensino agrícola e inserir em sua estrutura curricular cursos na área de Educação e Ciências Sociais, para que pudesse continuar existindo como Universidade. Conforme Otranto nos aponta ao construir a historiografia desta Universidade:

Lei de Reforma Universitária, que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior e de sua articulação com a escola média, instituiu, em seu artigo 11, que as universidades deveriam ser organizadas tendo como uma de suas características a “[...] universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos” (BRASIL, 1968). A mesma lei ainda advertia, em seu artigo 52, que as universidades rurais, mantidas pela União, deveriam “[...] reorganizar-se de acordo com o disposto no art. 11 [...], ou ser incorporadas por ato executivo às universidades federais existentes nas regiões em que estejam instaladas” (BRASIL, 1968) (OTRANTO, 2012, p. 26)

Dessa decisão, foram criados o Instituto de Educação e o Instituto de Ciências Humanas e Sociais, que a princípio seriam apenas um Instituto, mas o Conselho Federal de Educação se opôs ao CONSU e determinou que fossem criados separadamente. Não há registros de resistência do CONSU à criação ICHS, porém o IE precisou passar por questionamentos sobre sua criação, em registros no CONSU: “Uma das mais significativas está registrada na ata de 18 de maio de 1972, quando foi proposto o Departamento de Educação Física para compor o Instituto de Educação”. (OTRANTO, 2012, p. 27)

Esses entraves e a obrigatoriedade da criação do Instituto de Educação sofreram grande discriminação dentro de uma Instituição que já havia se consolidado na área agrária, e

por isso, durante muitos anos a educação foi considerada como subalterna e periférica junto aos demais cursos oferecidos pela UFRRJ. “Hoje, no entanto, essa área está consolidada por vários cursos de licenciatura e por dois Programas de Mestrado” (OTRANTO, 2012, p. 27). Mais recentemente, no ano de 2015, foi criado na Instituição o primeiro Programa de Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc).

Como podemos constatar a escolha por registrar a historiografia da extensão universitária na UFRRJ se torna relevante por se tratar de uma Instituição que apresenta características bem diversas das demais. Percebemos que, em sua história e memória a luta por parte do corpo social da Instituição se dá de forma latente em todo o seu processo de consolidação. O que não é diferente nos dias atuais, em que a UFRRJ se encontra num momento delicado frente à conjuntura política e as ameaças às Universidades Públicas, em que discentes, docentes e técnicos então enfrentando mais uma luta com ocupações e greves.

Podemos perceber também, que nosso recorte feito pela área de educação se torna relevante, em virtude da luta da educação por se consolidar em uma instituição de tradição agrária. Diante do exposto, acreditamos que a compreensão da extensão universitária na UFRRJ, contribuirá significativamente para a complementação da historiografia desta Instituição.

Estabelecendo um *link* com o início do texto desta Dissertação, podemos recorrer à história da criação da primeira universidade no Brasil e compará-la à história de criação da UFRRJ, que acontece num movimento contrário a primeira. Temos aqui não o aglutinamento de Escolas superiores fragmentadas e desvinculadas, mas o crescimento de uma Escola superior que toma força e se consolida, apesar de todas as dificuldades encontradas e se torna o alicerce para a criação de uma universidade voltada, primeiramente, para o ensino agrícola pioneira na educação federal do país.

3.2 A Extensão Universitária na UFRRJ: os resultados da pesquisa de campo

A pesquisa de campo teve início com uma primeira conversa informal com a Pró-Reitora de Extensão, quando foi apresentada a proposta de pesquisa sobre a história da Extensão Universitária na UFRRJ. Fomos recebidos com bastante disponibilidade e interesse na pesquisa, ressaltando a importância da mesma para a memória e fortalecimento da

Extensão dentro da Instituição, colocando à nossa disposição todo o acervo documental que está arquivado na Pró-Reitoria e a ajuda de toda a equipe para contribuição no trabalho.

A Pró-Reitoria de Extensão também nos orientou com relação a outros espaços em que poderíamos localizar registros significativos, como Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC) e o Auditório Gustavo Dutra (Gustavão). Nessa secretaria, pudemos encontrar os livros de Atas⁵ da UFRRJ, bem como as deliberações tomadas pelos Conselhos Internos da Instituição (CEPE, CONSU, CONCUR). No Gustavão, encontramos alguns registros arquivados em caixas box de papelão como deliberações, ofícios, circulares, etc. Na Pró-Reitoria foram localizados Relatórios de Extensão de 1997 a 1999, além de outras publicações e livros de registros.

Seguem tabelas com todos os registros encontrados por locais:

Tabela 3- Registros localizados na PROEX

REGISTROS LOCALIZADOS
PROEX
Processo nº 003906 de 11 de março de 81, referente ao Ofício nº 58 de 1981, que encaminha o anteprojeto que regulamenta os cursos de extensão e respectiva expedição e registro de certificados
Livrões (Ficha de Controle de Atividade) de registros aleatórios de ações de extensão, identificados registros desde 1989
Relatório de Extensão 1997
Relatório da Ação Social UFRRJ 1997-2000, da Coordenadoria de Planejamento e orçamento (COPLAN)
Relatório de Extensão 1998
Livro de resumos da II Mostra e Seminário de Extensão da UFRRJ, de 24 a 27 de novembro de 1998
Relatório de Extensão 1999
Boletim de Extensão – 1999, Ano I, nº 01, fevereiro
Livro de resumos da III Mostra e Seminário de Extensão da UFRRJ, de 20 a 24 de novembro de 2000

⁵ Não houve tempo hábil para leitura das atas.

Catálogo dos grupos de extensão organizados da comunidade acadêmica da UFRRJ: Servidores docentes, Técnico-administrativos e discentes, agosto de 2006

Tabela 4- Registros localizados na SOC

REGISTROS LOCALIZADOS
SOC
Arquivo digital com todas as deliberações do CONSU já digitalizadas desde o ano de 1964
Deliberação nº 8, de 28 de agosto de 1973, que aprova o Projeto de Regimento Geral da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e autoriza o encaminhamento do Projeto referido ao Conselho Federal de Educação, nos termos da letra c, do art. 19, do Estatuto da Universidade
Projeto do Regimento Geral da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Regimento Geral da UFRRJ datado de 1973
Arquivo digital com todas as deliberações do CEPE já digitalizadas desde o ano de 1975
Deliberação nº 51, de 22 de abril de 1981, que aprova o “Regimento da Reitoria e dos órgãos subordinados” desta universidade.
Deliberação nº 58/1981, que encaminha o anteprojeto que regulamenta os cursos de extensão e respectiva expedição e registro de certificados
Deliberação nº 51 de 22 de abril de 1981, CONSU, aprova o Regimento da Reitoria e dos órgãos Subordinados da UFRRJ
Deliberação nº 46, de 4 de dezembro de 1985, que regulamenta os cursos de extensão e respectiva expedição e registro de certificados
Digitalizado – Deliberação nº 125, de 06 de julho de 2006. Aprovar a proposta de normatização das atividades de extensão da UFRRJ. Revoga as deliberações nº 46, de 04 de dezembro de 1985 e nº 024, de 29 de abril de 2003 deste conselho. Anexo.
Deliberação nº 075, de 05 de outubro de 2007. Aprova o Projeto do Fórum Permanente de Extensão, Arte e Cultura da UFRRJ – FEAC. Anexo
Digitalizado – Deliberação nº 015, de 23 de março de 2012. Aprova as modificações ao estatuto da UFRRJ reformado. Aprova a reforma do Regimento Geral da UFRRJ. Revoga as deliberações nº 81/2010, 104/2010 e 014/2011

Tabela 5- Registros localizados no Gustavão

REGISTROS LOCALIZADOS
GUSTAVÃO
Livro de Portarias expedidas do Decanato de Extensão de 1972 a 1980
Caderno da Coordenadoria de Planejamento da UFRRJ “Atividades da Coordenadoria de Planejamento 1979/1980”
Folha solta da Deliberação nº 46 de 04 de dezembro de 1985. CEPE. SOC. Resolve sobre os Cursos de Extensão
Folha solta da Deliberação nº 62 de 17 de dezembro de 1985. CEPE. SOC. Resolve sobre os estágios supervisionados
Livro da Câmara de extensão referente aos anos de 1986 e 1987
Folha solta do Ofício nº 17 de 29 de novembro de 1988. Do Diretor do Teatro da Universidade Rural, para o Decano de Extensão da UFRRJ. Trata sobre a utilização da sala do teatro da Universidade Rural
Folha solta da Circular nº 027 de 08 de junho de 1989. Reunião Extraordinária da Câmara de Extensão nº 04/89
Folha solta da Portaria nº 296 de 02 de agosto de 1990. Resolve sobre a recomposição da Câmara de Extensão do CEPE
Livro do Decanato de Extensão – Deliberações 1991, contendo atas do CONSU, atas diversas do CEPE sobre matrículas, disciplinas, etc.
Atas da Câmara de Extensão 1991
Livro do Decanato de Extensão – Câmara de Extensão de 1991 com listagens de cursos
Livros de Ofícios Expedidos de 1991 e 1992. Ofícios e solicitações diversas
Plano Nacional de Educação (Metas) Proposta do Executivo ao Congresso Nacional PNE, datado de 1998
Rascunho do Projeto do Estatuto da UFRRJ datado de 29 de julho de 1999
Folha solta da Deliberação nº 149 de 21 de outubro de 1999. Aprova o curso de extensão “Curso complementar para a formação de professores para o ensino fundamental” no município de Japeri. Processo nº 23083.003230/92-02
Folha solta da Deliberação nº 158 de 21 de outubro de 1999. Aprova o projeto “Escola viva”. Processo nº 23083.004189/99-19

Folha solta da Deliberação nº 194 de 21 de outubro de 1999. Aprova o projeto de extensão “Implementação da Unidade de estágio PROCON – RJ – Agência Campo Grande – NIEDEF/DED/ICHS
Folha solta da Deliberação nº 201 de 21 de outubro de 1999. Homologa o projeto de extensão “VII Encontro Nacional de Ensino Agrícola – IV Seminário de Ensino Agrícola. Processo nº 23083.002511/99-39
Folha solta da Deliberação nº 34 de 19 de novembro de 1999. CONSU. Aprova a MISSÃO, VISÃO DE FUTURO E MACRO-DIRETRIZES da UFRRJ, como parte do Programa de Desenvolvimento Institucional, com anexo
Folha solta da Deliberação nº 37 de 08 de dezembro de 1999. Cita o acordo entre a UFRRJ e o CEFET, sobre a implementação do Programa Vida Nova – Cidadania para sua comunidade
Folha solta da Deliberação nº 44 de 20 de janeiro de 2000. Homologa o Projeto de Extensão “Reflexões críticas sobre o processo ensino-aprendizagem à luz dos pressupostos teóricos da Educação Progressista e da consciência do ser como educador”. Processo nº 23083.006163/99-04
Folha solta da circular nº 29/CEPE de 15 de setembro de 2000. Anexos: Ata da 99ª Reunião Extraordinária do CEPE de 20 de janeiro de 2000
Informativo da Reitoria da UFRRJ – RURAL EM CAMPOS - “Colcha de Retalhos” do ano de 2003
Acordos de cooperação de estágios de 2001 a 2004
Encadernações do Informativo da UFRRJ “Rural Semanal” dos anos de 2001 a 2006
Termos de compromisso de estágios e pedidos de emissão de certificados de estágios de 2007. Setor de Integração Escola/ Governo

Cabe ressaltar que procuramos resgatar documentos que contassem a história e memória da extensão universitária na UFRRJ, sem nos ater a períodos específicos e levando em consideração os indícios que nos fossem colocados no caminho. Desta forma, não foi possível fazer uma análise profunda da atual conjuntura da extensão da Instituição, mas que sem dúvida, nos deixou instigados a continuar esta pesquisa a fim de contribuir para o fortalecimento e reconhecimento cada vez maior da extensão na UFRRJ.

Todos os documentos foram colocados à disposição para pesquisa. Grande parte do acervo do SOC já se encontra disponibilizada no *site* da Secretaria, hospedado no portal oficial da UFRRJ. No entanto, somente esse acervo não seria suficiente para atingir os

objetivos da pesquisa. Precisávamos de outros documentos que, infelizmente, não estavam disponíveis de forma organizada.

A Pró-Reitoria de Extensão demonstrou de imediato bastante preocupação em não conseguir disponibilizar para a pesquisa os registros de forma organizada, informando que esse fato também dificulta muito o trabalho da gestão atual. O dado foi bastante significativo, pois desde então compreendemos o desafio que nos estava imposto e que não seria um trabalho nada fácil. Porém foi fundamental para que iniciássemos a pesquisa, cientes de que seria um caminho desafiador e fundamental para o reconhecimento e reconstrução histórica da extensão na UFRRJ.

Para se ter ideia do tamanho real do desafio, divulgamos aqui uma foto⁶ que comprova a forma como encontramos os documentos relacionados à extensão universitária no Auditório Gustavo Dutra. Cabe ressaltar, que após a “garimpagem” constatamos que havia poucos documentos que poderiam interessar à nossa pesquisa, mas o tempo despendido nesta busca foi considerável, tendo em vista que esta pesquisa de campo na UFRRJ foi desenvolvida em um ano e três meses, dentre os 24 meses de abrangência do Curso de Mestrado.

Foto 1 - Disposição dos documentos encontrados no Gustavão



⁶ Todas as fotos, a partir daqui, que estão incorporadas ao texto são de minha autoria e tiradas exclusivamente para ilustrar esta pesquisa.

Na conversa inicial com a Pró-Reitora, Prof^a. Dr^a. Katherina Coumedouros já foram levantados alguns dados bastante relevantes para a análise. Primeiramente com relação à estrutura atual da Pró-Reitoria de extensão da UFRRJ (PROEXT), que é formada por cinco departamentos. A Professora Katherina Coumedouros explicitou as competências e importância de cada um e indicou o local do site da Universidade onde poderíamos encontrar maiores informações. O PROEXT está assim constituído⁷:

1. Departamento de Programas e Projetos de Extensão – DPPEX

O Departamento de Programas e Projetos de Extensão (DPPEX) é um órgão administrativo vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que tem por finalidade coordenar e apoiar as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Informação, Treinamento e Serviços de Extensão (NITSE) e pelos Projetos e Programas de Extensão. Tem como principais atribuições: Gestão dos Projetos de Extensão contemplados com recursos do Ministério da Educação (PROEXT-MEC); Gestão das Bolsas Institucionais de Extensão (BIEXT); Gestão do Programa de Educação Tutorial (PET); Gestão de Grupos, Projetos e Eventos de Extensão; Apoio e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos Grupos de Extensão e Empresas Juniores da UFRRJ; Emissão de documentos para grupos, projetos e eventos de extensão cadastrados; Expandir as atividades extensionistas *intercampi*.

2. Departamento de Esportes e Lazer – DEL

O Departamento de Esportes e Lazer (DEL) é um órgão administrativo vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que tem por finalidade coordenar as atividades de prestação de serviços vinculados ao esporte e lazer através do gerenciamento da infraestrutura disponível à comunidade acadêmica e do entorno da UFRRJ. O DEL compreende ainda as dependências da Praça de Desportos e do Parque Aquático.

3. Departamento de Logística e Infraestrutura – DLI

O Departamento de Logística e Infraestrutura trabalha gerindo o controle do orçamento da Pró-Reitoria de Extensão, dos projetos contemplados com recursos do MEC e

⁷ Informações extraídas do site oficial da Pró-Reitoria de extensão da UFRRJ, no endereço <http://portal.ufrrj.br/pro-reitoria-de-extensao/>, acessado em 17/12/2015.

suas rotinas administrativas. São atribuições do DLI: Executar compras de materiais de consumo e permanentes da Proext, de seus grupos, projetos e eventos de extensão; Atuar na contratação das pessoas físicas e jurídicas; Operar na gestão e controle patrimonial; Fiscalizar contratos e convênios da pasta; Solicitar e acompanhar os pedidos para concessão de diárias e passagens; Supervisionar a utilização dos veículos oficiais da Pró-Reitoria de Extensão.

4. Departamento de Arte e Cultura – DAC

O Departamento de Arte e Cultura é responsável pela gestão do Centro de Memória da UFRRJ, e do Centro de Arte e Cultura – CAC, espaço que oferece oficinas de música, teatro, artes e dança em diversas categorias, oferecidas não só aos alunos da Rural, quanto a comunidade de Seropédica e cidades próximas. Sua atribuição ainda engloba as atividades do Anfiteatro Gustavo Dutra – conhecido como “Gustavão”, que proporciona atividades culturais a comunidade universitária e local de forma gratuita. A este departamento são vinculados ainda: o Centro de Arte e Cultura – CAC e o Centro de Memória

5. Departamento de Relações Comunitárias e Interinstitucionais DRCI

O Departamento de Relações Comunitárias e Interinstitucionais (DRCI) é um órgão administrativo vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que tem por finalidade coordenar e apoiar as ações desenvolvidas pelos setores de Divulgação, Comunicação e Pré-ENEM. Atuando na promoção das ações extensionistas e das políticas de extensão da UFRRJ, na Divulgação dos *campi* da UFRRJ e seus cursos e na difusão das ações do Pré-ENEM UFRRJ. A esse departamento são vinculados ainda: o Curso Preparatório para o ENEM e o Setor de Comunicação

O Setor de Comunicação da Proext atende às demandas de comunicação da Pró-Reitoria. Esse setor tem como objetivos divulgar metodologias, projetos e programas que promovam o desenvolvimento sociocultural das comunidades interna e externa à Universidade; Qualificar a comunicação intra/interinstitucional da Proext; Promover a divulgação das ações realizadas e/ou apoiadas pela Proext na mídia e junto às comunidades em que atua; Fortalecer a marca institucional da Extensão; Promover o reconhecimento da Extensão como um aspecto diferencial da UFRRJ. A esse departamento está vinculado ainda o Setor de Divulgação Institucional.

Constatamos neste primeiro contato com a Pró-Reitoria de Extensão que não existem coordenadorias de extensão em cada um dos Institutos que compõem a UFRRJ, apenas professores representantes. Fomos informadas, ainda, que o processo de creditação das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação, ainda não foi iniciado apesar de já estar previsto desde a lei nº 10.172/2001, que aprovou o primeiro Plano Nacional de Educação, que teve como uma de suas metas:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. (PNE, 2001, p. 35)

A necessidade de implantação do Programa de Desenvolvimento da Extensão em todas as universidades foi reforçada no segundo Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela lei nº 13.005/2014, em sua Meta nº 12:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.[...]

Estratégias:

.....
[...12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. (BRASIL, 2014)

Isso pode significar que o processo de extensão universitária na UFRRJ carece ainda de muito caminho a ser percorrido, não só sobre a creditação e flexibilização curricular, mas com relação a ações mais propositivas de divulgação e envolvimento do corpo social com as atividades.

A partir da análise dessas informações, podemos nos remeter à trajetória da extensão universitária na UFRRJ e no Brasil como um espaço de luta de interesses em que o ensino e a pesquisa ocupam um lugar privilegiado em detrimento da extensão. Mesmo que as legislações, as deliberações nacionais e internas da UFRRJ caminhem para uma institucionalização e valorização da extensão na dinâmica de formação do sujeito trabalhador, não só para sua atuação profissional, mas como atuação humana e social, na prática a concretização dessa diretriz ainda não aconteceu, conforme tivemos oportunidade de identificar no relato da Pró-Reitora.

Com relação à ampliação de vagas para os cursos de graduação e até mesmo criação de novos cursos, deliberados pelo REUNI⁸, que são aqui mencionados por estarem diretamente relacionados à meta e estratégias da creditação da extensão, pudemos perceber que houve avanços em termos de problematização e amadurecimento das contradições presentes e diretamente refletidas na estrutura física e acadêmica das universidades e principalmente no que diz respeito ao acesso e permanência de estudantes oriundos das classes populares, pois foram discussões nacionalmente difundidas e aprofundadas.

Porém, já tivemos a oportunidade de perceber que não há articulação entre o que é proposto nos textos dos Planos Nacionais de Educação e do decreto que estabelece o REUNI, caracterizando uma fragmentação da universidade e descaracterizando a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Pensar a ampliação de acesso e permanência no ensino superior, levando em conta apenas o ensino e sua estrutura física não contempla a relação da universidade com a sociedade seus sujeitos e saberes. É importante levar em consideração como esta universidade está sendo representada e que impacto trará para a formação dos sujeitos trabalhadores inseridos numa sociedade de classes desiguais.

Constatamos, a partir de relatos iniciais da Pró-Reitora, que também há pouca movimentação institucional para que a creditação das atividades de extensão comece a se concretizar de fato dentro da UFRRJ. As informações que nos foram passadas nos transmitiram a ideia de que pode haver um desconhecimento, por grande parte do corpo social da instituição, em relação às leis e produção acadêmica que versam e discutem o papel da extensão universitária e, principalmente, sobre sua conceituação e importância no processo de formação, para contribuir com o ensino-pesquisa-extensão de forma indissociável.

Ainda, que haja pouca divulgação e registro da extensão dentro dos Institutos. Parece que, mesmo com a iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão em promover encontros e reuniões para a discussão e elaboração de propostas referentes à extensão, apenas alguns poucos professores que já se dedicam a alguma ação extensionista formam quórum nesses encontros, fragilizando a discussão e não levando à frente a sistematização e materialização da proposta da lei.

⁸ Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

Em relação ao financiamento da extensão, constatamos que, apenas em 2006, aconteceu o primeiro processo de distribuição de bolsas de extensão. Recorrendo às fontes primárias, somente encontramos a Deliberação nº 18, de 26 de março de 2008 do Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que aprova a criação do Programa de Bolsas de Extensão no âmbito desta Universidade (UFRRJ, 2008). O Programa de Bolsas Institucionais de Extensão (BIEXT), de acordo com relatos da Pró-Reitora, não é bem distribuído dentro da Universidade, pois deveriam chegar ao quantitativo de noventa bolsas e não conseguem contemplar nem quarenta projetos. Fomos informadas que existe um impedimento burocrático do Ministério da Educação, em decorrência do preenchimento descontínuo de relatórios próprios, que acaba dificultando a distribuição orçamentária para a extensão universitária na UFRRJ.

Ao questionarmos sobre a relação da UFRRJ com as comunidades próximas, a Pró-Reitora nos relatou que há indícios de que a população que vive no entorno do campus de Seropédica de certa forma não se aproxima da universidade. Há uma hipótese, apresentada pela pró-reitora, a partir de relatos de docentes que já desenvolvem extensão universitária na UFRRJ, de que parte da população ao entorno do campus desconhece que aqueles prédios bonitos sejam uma universidade pública, na qual eles podem acessar, não só como alunos dos cursos de graduação, mas participando de atividades diversas que pulsam no interior da universidade, muitas delas de extensão universitária.

A questão que surge das informações recebidas é a seguinte: Será que a extensão universitária tem cumprido seu papel de dialogar com os conhecimentos populares e transitar extramuros para que cumpra a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão?

Para responder a essa pergunta, recorreremos à tese de doutorado de Maria Angélica Cabral Coutinho, intitulada “Da universidade surge a cidade, da cidade as escolas: a UFRRJ e a educação pública municipal de Seropédica” (COUTINHO, 2014), que nos traz uma pesquisa minuciosa sobre a história do surgimento da UFRRJ e a sua relação com a consolidação do Município de Seropédica. A partir das informações que a autora nos traz do surgimento dos cursos de licenciatura na Universidade Rural e das escolas de educação básica na cidade, tivemos a oportunidade de identificar aspectos que apontam para uma visão mais aprofundada da relação da universidade com a comunidade, não só em seu entorno, mas de municípios vizinhos.

Em diversas análises de sua pesquisa, Coutinho faz referência à extensão universitária desenvolvida na UFRRJ, sua contribuição para o fortalecimento da relação da universidade com a comunidade e principalmente da importância na extensão universitária para a formação acadêmica dos graduandos, no caso de seu estudo, os graduandos das diferentes licenciaturas, como podemos ilustrar a seguir:

Entretanto, há uma iniciativa, sob a forma de projeto, que pode exemplificar a busca por aproximação entre a universidade e o CAIC⁹. É o Projeto de Extensão “Caminhar”, uma iniciativa de um grupo de docentes do magistério superior e do CAIC, desenvolvido a partir de 2006, com vistas a: Oferecer aos funcionários da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que por qualquer motivo tiveram que abandonar os estudos no sistema formal de educação, a possibilidade de se alfabetizar e desenvolver habilidades de leitura e escrita, podendo desta forma completar o Ensino Fundamental e dar continuidade aos seus estudos. (UFRRJ, PROJETO CAMINHAR, 2006, p.7). Além de proporcionar a volta de funcionários aos bancos escolares no sentido de completar o ensino fundamental, o projeto também se articula aos alunos de licenciaturas da UFRRJ. Esses estudantes de graduação atuaram como estagiários e tiveram a oportunidade de vivenciar uma experiência político-pedagógica, tão essencial para a formação docente, sobretudo, na modalidade da educação de jovens e adultos. (COUTINHO, 2014, p. 212)

Ao começarmos nossa busca pelos registros, já na Pró-Reitoria de Extensão, conseguimos perceber, de fato, a falta de documentação e, quando encontrados, identificamos lacunas principalmente ocasionadas pelas mudanças de gestões e pela falta da adoção de um arquivamento institucionalizado das atividades de extensão da Universidade.

Foi possível ainda supor que as diversas mudanças da sede da Instituição desde sua origem, até finalmente chegar ao seu atual campus universitário, em Seropédica, pode ter contribuído para que vários documentos se perdessem nas transferências. Instalada em 1911 no palácio do Duque de Saxe no Maracanã, a ESAMV, que deu origem à UFRRJ, sofreu sua primeira transferência de sede em 1916, para a cidade de Pinheiro, hoje Pinheiral. Em 1918 mudou-se para a Alameda São Boaventura, em Niterói, hoje o Horto Botânico do Estado do Rio de Janeiro. Em 1927 foi transferida para a Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde, em 1943 adquiriu o status de Universidade. Em 4 de julho de 1947 ocupou, finalmente, a sua atual sede, em Seropédica, no entanto a transferência foi ocorrendo aos poucos, durante todo o ano de 1948 e parte de 1949 (OTRANTO, 2009). A ocupação e término da construção de várias unidades se deu gradativamente. Muitos documentos que poderiam identificar

⁹CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança e Adolescente.

atividades de extensão estavam no Campo de Experimentação Agrícola, em Deodoro e nunca foram localizados. Assim, tivemos que nos contentar com os registros que pudemos localizar.

Os documentos mais antigos localizados na PROEXT, que nos trouxeram informações mais organizadas que poderiam ser utilizadas na pesquisa foram elaborados no período de 1997 a 2000. Neles conseguimos encontrar publicações que nos forneceram indícios de como a extensão universitária estava se consolidando e se fazendo na prática dentro da UFRRJ. Por esse motivo decidimos dar a esses documentos um destaque especial, embora fizéssemos questão de informar tudo o que havíamos localizado no decorrer da pesquisa. Entendemos que esse registro seria importante para as novas pesquisas que deverão ocorrer sobre o assunto e reconhecemos que nosso estudo significa somente o primeiro e tímido passo no registro da história e memória da extensão na UFRRJ. Também encontramos registros isolados do ano de 2006 e um caderno de registro de ações, que chamamos de “livrão”, que se trata de uma “Ficha de controle de atividades _____”, - na lacuna é registrada a caracterização da atividade (curso, projeto). O documento está mal conservado e com registros incompletos, muitas vezes ilegíveis, já que alguns estão preenchidos a lápis, que o tempo se encarrega de apagar. Abaixo divulgamos uma foto deste documento.

Foto 2 - Imagem do Livrão de Registro de Atividades de Extensão

N. Processo	Instituto/Órgão	Departamento/Século	Atividade	Início	Término	Classe	N. Vagas	Aprovado Câmara Extensão	Aprovado pelo CEPE	N. Concluídos	Certificados Específicos	Observação
00000000	IC	D.E.F.D	Atividade de Extensão	13/11/99	25/11/99	Extensão	20	25/11/99	25/11/99	25		
00000001	IC	D.E.F.D	Atividade de Extensão	13/11/99	25/11/99	Extensão	20	25/11/99	25/11/99	25		
00000002	IC	D.E.F.D	Atividade de Extensão	13/11/99	25/11/99	Extensão	20	25/11/99	25/11/99	25		
00000003	IC	D.E.F.D	Atividade de Extensão	13/11/99	25/11/99	Extensão	20	25/11/99	25/11/99	25		
00000004	IC	D.E.F.D	Atividade de Extensão	13/11/99	25/11/99	Extensão	20	25/11/99	25/11/99	25		
00000005	IC	D.E.F.D	Atividade de Extensão	13/11/99	25/11/99	Extensão	20	25/11/99	25/11/99	25		
00000006	IC	D.E.F.D	Atividade de Extensão	13/11/99	25/11/99	Extensão	20	25/11/99	25/11/99	25		
00000007	IC	D.E.F.D	Atividade de Extensão	13/11/99	25/11/99	Extensão	20	25/11/99	25/11/99	25		
00000008	IC	D.E.F.D	Atividade de Extensão	13/11/99	25/11/99	Extensão	20	25/11/99	25/11/99	25		
00000009	IC	D.E.F.D	Atividade de Extensão	13/11/99	25/11/99	Extensão	20	25/11/99	25/11/99	25		
00000010	IC	D.E.F.D	Atividade de Extensão	13/11/99	25/11/99	Extensão	20	25/11/99	25/11/99	25		

No chamado “livrão”, conseguimos identificar que há registros de cursos, projetos e palestras, desde o ano de 1989 até os dias atuais. Sim! Até hoje eles utilizam esta ferramenta para registro, apesar de ter percebido no dia a dia, que há também um movimento de registro digital dos processos encaminhados à Pró-Reitoria. Na sala que me foi disponibilizada para fazer a pesquisa havia uma funcionária que fazia esse registro e recebia o público para esclarecer qualquer dúvida sobre o preenchimento de formulários, procedimentos internos e tramitação dos processos.

Nesse Documento, os campos – com tamanho bem restrito para preenchimento – são os seguintes: nº do processo; Instituto/órgão; departamento/seção; atividade; início, término; clientela; nº de vagas; aprovado Câmara de Extensão; aprovado pelo CEPE; nº de concluintes; certificados expedidos e observação. Somente com esses dados, mesmo que estivessem sido preenchidos corretamente e de forma completa, não teríamos condições de analisá-los quanto às diretrizes de extensão propostas pelo FORPROEX, pois precisaríamos identificar para compreender: qual seria o objetivo da atividade, bem como sua metodologia, sujeitos envolvidos e envolvimento e práxis com a sociedade. Nenhuma dessas informações está disponível para análise.

Isso significa que os documentos encontrados e aqui registrados não puderam, por si só, fornecer as informações mais relevantes que buscávamos para complementar nossa pesquisa. No entanto, o simples fato de tê-los encontrado e de termos tido a oportunidade apresentá-los nessa dissertação já poderá ser importante para manter a memória e ocasionar reflexões futuras.

A análise, ainda que embrionária, que tivemos a oportunidade de desenvolver, nos remeteu aos propalados “ranços” que a universidade carrega desde sua criação. Com todo avanço das tecnologias e com as discussões e produções acadêmicas sobre o processo de consolidação das instituições de ensino superior e de seu compromisso com a reconstrução histórica do país, percebemos como a UFRRJ ficou aprisionada a certos procedimentos arcaicos, que acabaram por travar seu desenvolvimento. Seria possível intuir, também, que isso pode estar acontecendo pelo fato de não haver um investimento significativo em recursos humanos e financeiros para a extensão universitária, o que em tese poderia estar impedindo o avanço de numa organização e registro mais sistematizados. No entanto, esta tese somente teria condições de comprovação se fôssemos pesquisar, por exemplo, também os registros da pesquisa, para que pudéssemos estabelecer comparações, coisa que infelizmente,

por total falta de tempo para a conclusão desta dissertação, não tivemos oportunidade de fazer.

Procuramos então selecionar as atividades de extensão da UFRRJ adotando como recorte aquelas direcionadas à área de educação. A partir da seleção, comparamos as atividades desenvolvidas na Instituição com o que estava sendo proposto em nível nacional, na tentativa de perceber o que esses registros poderiam nos dizer, ou o que eles não disseram explicitamente, mas que pudemos reconstruir historicamente.

3.3 Análise dos Relatórios de Extensão

Os Relatórios de Extensão também mereceram destaque em nossa análise. Nos Relatórios de Extensão correspondentes ao período de 1997 a 1999, tivemos a oportunidade de perceber o esforço e compromisso do então Decanato de Extensão, em não só registrar o que estava sendo desenvolvido, mas também em fazer uma análise e balanço do período. Percebemos que houve no período uma preocupação em deixar o registro para os futuros gestores e, principalmente, de fortalecimento da extensão universitária através da divulgação das ações e seu registro. Infelizmente o fato não foi perceptível em períodos subsequentes.

Como já apontado anteriormente, metodologicamente, analisamos dentro desses relatórios os registros que se referem à área de educação, mas também não deixamos de considerar alguma informação que nos pareceu significativa para a compreensão do todo. Utilizamos, portanto, o paradigma indiciário a partir da concepção de Ginzburg (1990), para identificar fatos, palavras ou ações que pudessem nos dar alguma pista do que estávamos buscando.

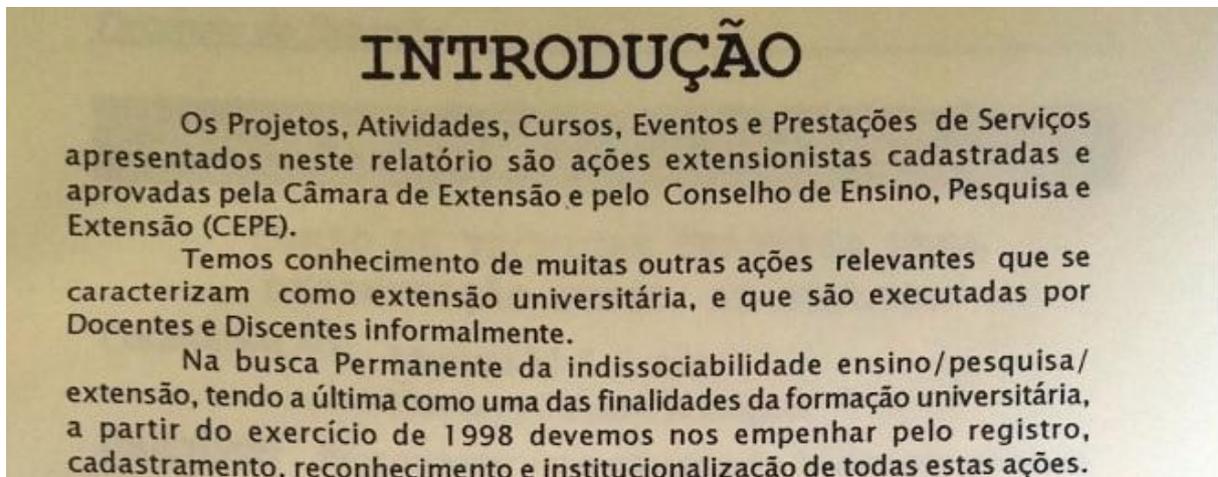
As apresentações e introduções de cada exemplar dos Relatórios de Extensão nos forneceram informações relevantes sobre a concepção de extensão difundida naquela época. Em cada um dos três relatórios (1997, 1998 e 1999) há uma apresentação ou introdução do exemplar, onde é feito um balanço das atividades desenvolvidas e um breve relato de como foi construído aquele relatório, seu objetivo e perspectivas. Esses documentos, pela riqueza de informações e organização, se constituíram em peças fundamentais da nossa análise.

Ao longo da leitura dos relatórios e constatando a riqueza de informações para a época, relembramos o relato da Pró-Reitora atual, que nos disse haver muitas ações de extensão desenvolvidas na UFRRJ, mas que não são conhecidas por não estarem registradas.

Ainda hoje esse registro é muito precário. Muitos dos sujeitos que fazem extensão desconhecem que precisa haver um registro, além de não terem consciência de que as ações que estão desenvolvendo sejam consideradas e caracterizadas como extensionistas. Percebemos, então, o valor dos documentos que tínhamos em mãos e decidimos explorá-los melhor.

Na figura a seguir, extraída da introdução do Relatório de Extensão de 1997, já tivemos a oportunidade de constatar que essas ações desenvolvidas na UFRRJ já faziam parte de uma preocupação Institucional de sistematização das atividades:

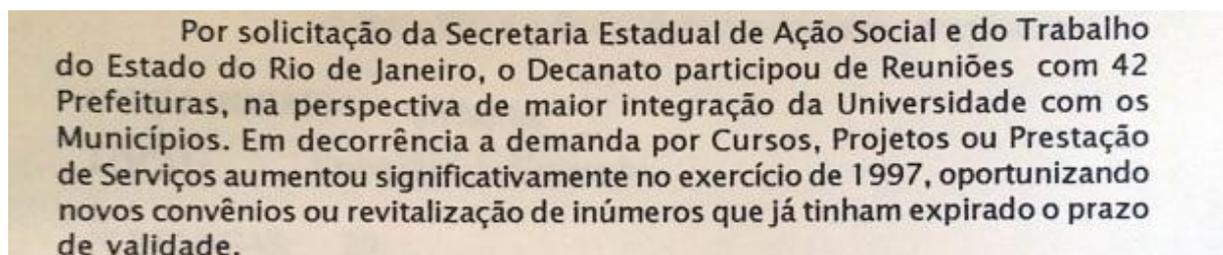
Foto 3 - Trecho do Relatório de Extensão 1997 sobre a finalidade da extensão



Esse trecho do relatório também nos remete à uma preocupação com a valorização de extensão universitária, não só como um apêndice no tripé universitário, mas, principalmente, como fundamental no processo de formação acadêmica. Vale destacar a importância que é dada no documento ao registro e institucionalização das ações de extensão.

Ainda na introdução do Relatório de Extensão de 1997, há referência ao aumento do número de Cursos, Projetos ou Prestação de Serviços, devido a um movimento e de participação em reuniões com Prefeituras e de reativação de outras ações que estavam com prazo de validade vencido. Conforme figura a seguir:

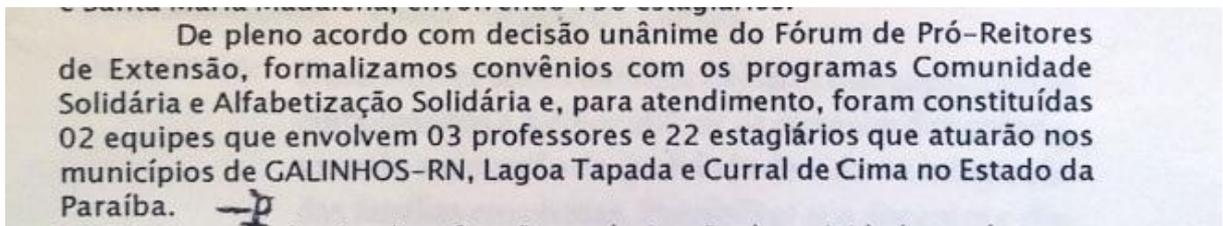
Foto 4 - Trecho do Relatório de Extensão 1997 sobre aumento de atividades de extensão



Esse dado é mais um sinal do comprometimento da gestão daquela época em cumprir com o papel social da Universidade, através da extensão universitária, demonstrando uma concepção de extensão fortalecida por parcerias com Prefeituras e seu crescimento através de ações variadas como: cursos, projetos e prestação de serviços. Foi um período em que as universidades, através, principalmente do FORPROEX, já estavam empenhadas em trazer a extensão para um lugar de destaque nas instituições. O documento comprova a integração e identificação da UFRRJ com o movimento nacional de expansão e consolidação da extensão universitária.

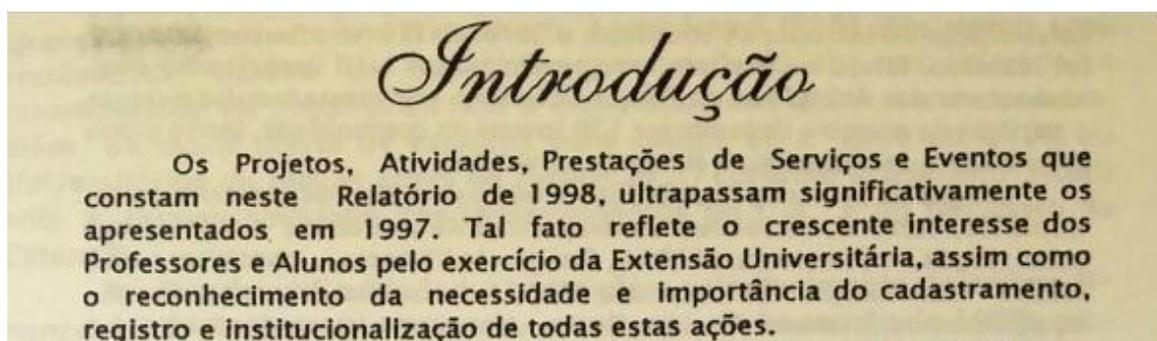
Com relação à área de educação, na introdução do Relatório de 1997 aparece referência ao Programa Alfabetização Solidária, demonstrando uma preocupação e comprometimento com a sociedade brasileira, mais direcionada aos estados do Nordeste, com envolvimento de docentes e discentes. O registro nos fez refletir porque não houve o mesmo compromisso com as comunidades da baixada fluminense, com alto índice de analfabetismo.

Foto 5 - Trecho do Relatório de Extensão 1997 sobre o Programa Alfabetização Solidária



Ainda analisando os textos de introdução nos Relatórios de Extensão, trazemos para reflexão o de 1998. Neste, logo no início, percebemos que há uma preocupação em demonstrar o aumento nas atividades de extensão, bem como o envolvimento do corpo social da universidade. Novamente fazem referência à importância do registro e sistematização das atividades, registrado na Foto 6.

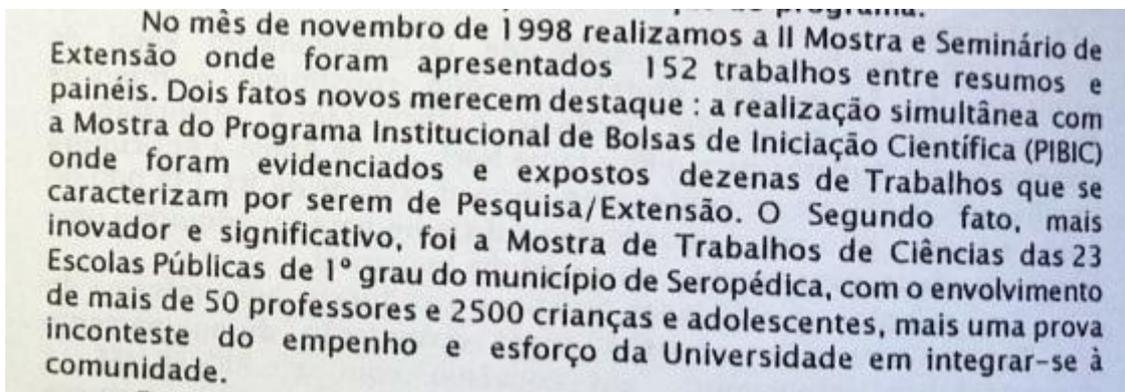
Foto 6 - Trecho do Relatório de Extensão 1998 sobre aumento de atividade e registro



A análise metodológica se prendeu a atividades voltadas para a área de educação se utilizando de três diretrizes apresentadas pelo FORPREX: **Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; e Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão.** As duas últimas **Impacto na Formação do Estudante; Impacto e Transformação Social** não foram selecionadas em virtude de não termos condições para avaliá-las uma vez que dizem respeito a impacto das ações e não tínhamos tempo necessário para mais essa tarefa.

No relatório de 1998, tomamos, primeiramente, como recorte para a análise uma das diretrizes de extensão apresentadas pelo FORPROEX – Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão. Nesse documento pudemos constatar, a partir de eventos de extensão, como a II Mostra e Seminário de Extensão em concomitância com a Mostra do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBID), que houve uma iniciativa de integração maior entre a extensão e a pesquisa. O documento comprova que houve trabalhos apresentados que caracterizavam esta integração, alguns destes trabalhos serão analisados mais a frente desta dissertação.

Foto 7 - Trecho do Relatório de Extensão com referência à II Mostra e Seminário de Extensão



No mês de novembro de 1998 realizamos a II Mostra e Seminário de Extensão onde foram apresentados 152 trabalhos entre resumos e painéis. Dois fatos novos merecem destaque : a realização simultânea com a Mostra do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) onde foram evidenciados e expostos dezenas de Trabalhos que se caracterizam por serem de Pesquisa/Extensão. O Segundo fato, mais inovador e significativo, foi a Mostra de Trabalhos de Ciências das 23 Escolas Públicas de 1º grau do município de Seropédica, com o envolvimento de mais de 50 professores e 2500 crianças e adolescentes, mais uma prova incontestável do empenho e esforço da Universidade em integrar-se à comunidade.

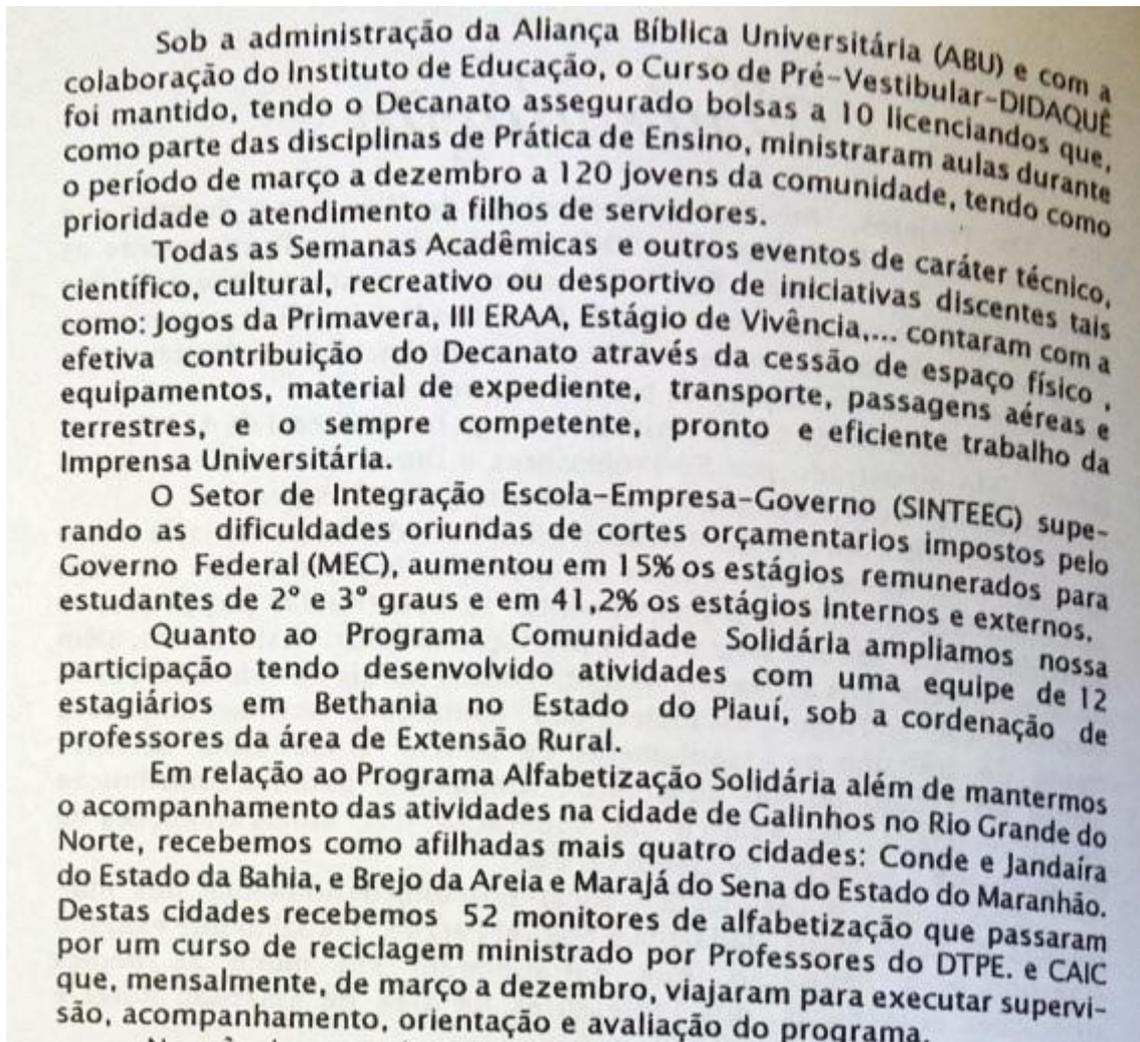
Analisando sob a perspectiva de outra diretriz – Interação Dialógica – há um registro que houve uma Mostra de Trabalho de Ciências de 23 escolas do Município de Seropédica, com envolvimento de estudantes e docentes da educação básica em diálogo com a universidade. Apesar de não haver uma maior explicitação de como essa relação se deu na prática, há um indício de que houve pelo menos uma tentativa de reconhecer um dos pilares da Política de Extensão Universitária proposta pelo FORPROEX, 2012:

Eles também oferecem à Universidade os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária. Para que a interação

dialogica contribua nas direções indicadas é necessária a aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não-universitários em sua produção e difusão. (Política de Extensão Universitária, 2012, p. 17)

Sobre a área de educação, no Relatório de 1998, há grande ênfase sobre o Curso Pré-Vestibular, denominado de “DIDAQUÊ”, que também indica haver conexão com a diretriz de extensão “Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade”, pois faz parceria com o Instituto de Educação e envolve bolsistas de diferentes licenciaturas nesse processo.

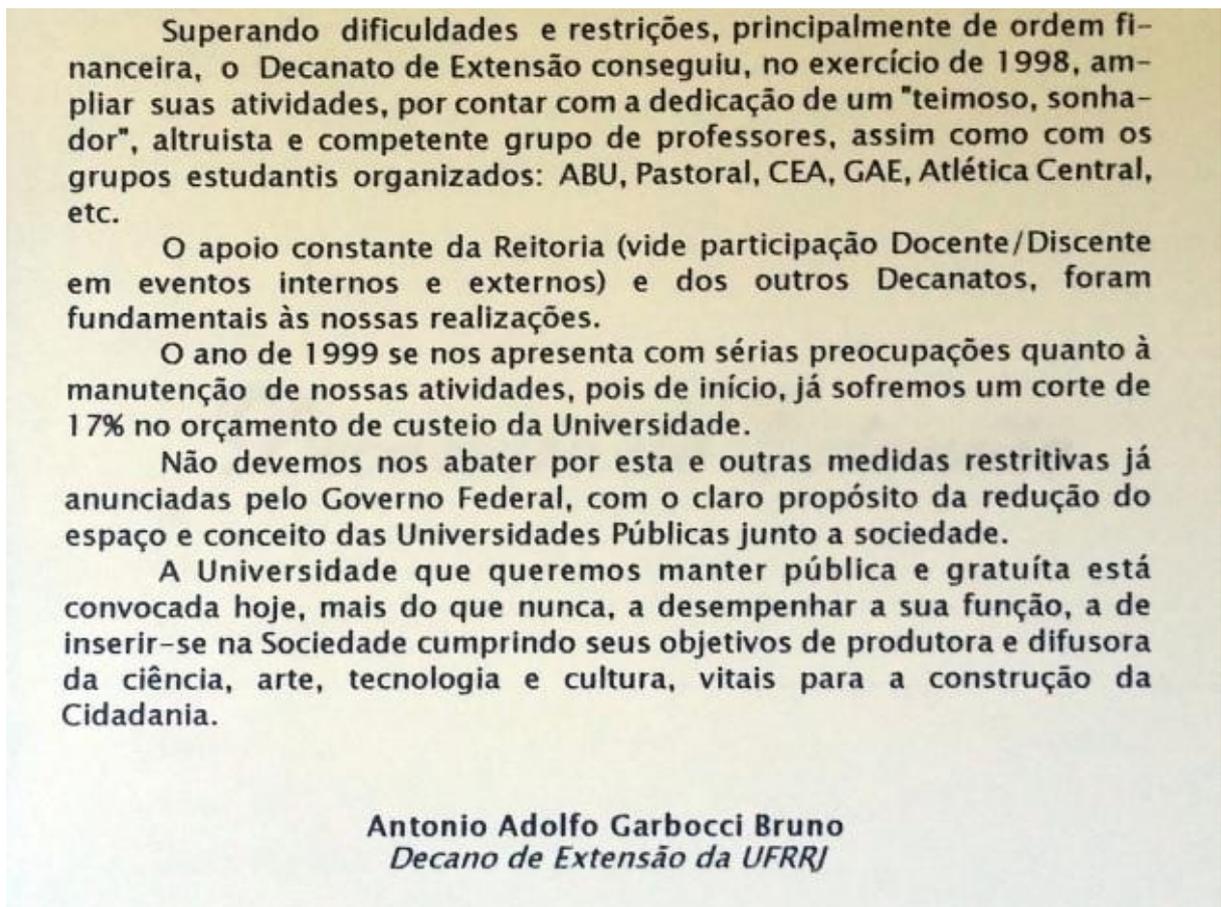
Foto 8 - Trecho do Relatório de extensão de 1998



No Relatório de Extensão de 1998, ainda há referência ao Programa de Alfabetização Solidária em Galinhos (RN), agregando mais quatro localidades do nordeste: Conde e Jandaíra, na Bahia, e Marajá do Sena e Brejo da Areia, no Maranhão, com 52 monitores de alfabetização, curso de reciclagem pelos professores do DTPE e CAIC, executando supervisão, acompanhamento, orientação e avaliação do programa.

Podemos perceber no Relatório de 1998, o relato de superação das dificuldades encontradas decorrentes dos cortes de verbas para a manutenção das atividades. Há o registro da grande dedicação dos docentes envolvidos com as atividades de extensão e também da participação ativa dos estudantes, reitoria e outros decanatos. Mesmo com toda a dificuldade relatada no texto, foi possível registrar um aumento nas atividades de extensão da época, conforme podemos constatar no quadro comparativo da Foto nº 12 desta dissertação.

Foto 9 - Trecho do Relatório de Extensão 1998 sobre superação das dificuldades



É importante ressaltar também o registro no texto da preocupação com a perspectiva para o ano seguinte, pois medidas governamentais apontavam para uma restrição financeira às universidades públicas, porém o Decanato de Extensão fez questão de assumir por escrito que tinha a intenção de não esmorecer perante as imposições e dificuldades.

Mesmo com a perspectiva de dificuldades e cortes financeiros para o ano de 1999, no Relatório daquele ano, Foto10, há referência, não só à ampliação expressiva de cursos, mas também à ampliação do Programa de Alfabetização Solidária de 52 para 145 turmas nas cidades: Conde e Jandaíra (BA), Marajá do Sena e Brejo da Areia (MA), 9 turmas em

Seropédica e 1 turma em Itacuruçá (RJ), total de 155 turmas com atendimento de 2.820 alfabetizandos.

Foto 10 - Trecho do Relatório de Extensão de 1999 com registro de ampliação das ações de extensão

Registramos em 1999, 190 cursos (aumento de 230% em relação ao número de cursos de 1998), com uma carga horária total de 10.447 horas (aumento de 227%), ministrado por 211 Professores ou Estagiários sempre sob supervisão docente (aumento de 237%), tendo atendido a uma clientela de 3.731 pessoas (aumento de 167%).

No que se refere ao Programa de Alfabetização Solidária ampliamos o número de turmas de 52 para 145 nas cidades de Conde e Jandaíra no Estado da Bahia, Marajá do Sena e Brejo da Areia no Maranhão e implantamos 9 turmas em Seropédica e 1 em Itacuruçá no Estado do Rio, perfazendo um total de 155 turmas com o atendimento de 2.820 alfabetizandos.

É importante destacar que, diferentemente dos relatórios dos anos anteriores, nesse há a informação de abertura de duas turmas do Programa de Alfabetização Solidária no Estado do Rio de Janeiro, uma no município de Seropédica, onde está situada a UFRRJ, e outra no município de Itacuruçá, não mais só nos Municípios do Estado do Nordeste.

O envolvimento do corpo social da Universidade e o esforço do Decanato de Extensão da época em manter as atividades de extensão são expressas de forma enfática na introdução do Relatório de 1999, conforme podemos apreciar na figura a seguir:

Foto 11 - Trecho do Relatório de Extensão de 1999 sobre o empenho na superação das dificuldades

Introdução

Na introdução do Relatório de Extensão de 1998 expressamos nossa preocupação com o corte de 17% no orçamento de custeio para 1999 além de outras medidas restritivas que nos estavam sendo impostas pelo Governo Federal.

Naquela oportunidade, no último parágrafo, incitamos a comunidade universitária à resistência através da ação produtiva: "A Universidade que queremos manter pública, gratuita e de qualidade está hoje, mais do que nunca, convocada a desempenhar a sua função, a de inserir-se na Sociedade cumprindo seus objetivos de produtora e difusora da Ciência, Arte, Tecnologia e Cultura, vitais para a construção da cidadania".

A resposta acadêmica altamente positiva, traduzida aqui neste relatório de 1999, não nos surpreende pois, por conhecermos a demanda da sociedade, a missão da Universidade Rural em relação ao país, as estreitas inter-relações que mantemos com municípios do Estado do Rio de Janeiro e o potencial e competência do nosso corpo docente e discente, sempre acreditamos e incentivamos a ampliação de nossas ações de Extensão.

No quadro comparativo a seguir, o Decanato de Extensão, através do Relatório de 1999, traz um balanço quantitativo das atividades de extensão registradas nos anos de 1997 a 1999, demonstrando que houve um aumento, não só do envolvimento do corpo social da UFRJ nas ações extensionistas, mas também uma relação mais estreita com a sociedade através de convênios com os municípios. Ver figura a seguir:

Foto 12 - Quadro comparativo apresentado no Relatório de Extensão de 1999

	1997	1998	1999	Total
<i>Nº de Cursos</i>	97	82	190	369
<i>Carga Horária</i>	3580	4144	10447	18.171
<i>Clientela</i>	2351	2235	3731	8.317
<i>Estagiários Sinteeg com Bolsa</i>	51	121	320	492
<i>Estagiários Sinteeg sem Bolsa</i>	504	1098	1020	2.622
<i>Alfabetização Jovens/Adultos</i>	225	1040	2820	4.085
<i>CAIC nº de Matrículas</i>	376	413	438	1.227
<i>Pré-Vestibular "Didaquê" Vagas</i>	90	120	230	440
<i>Nº de Professores Envolvidos</i>	126	89	211	426
<i>Nº de Assentamentos Rurais</i>	04	07	19	19
<i>Convênios com Prefeituras</i>	09	21	32	32

Podemos nos remeter ao que foi exposto do capítulo 2 desta dissertação sobre o fato de que a partir da criação do FORPROEX (1987), se intensificaram as discussões e o envolvimento das universidades e seu corpo social na questão da extensão universitária. O período apresentado aqui, uma década após a criação do Fórum, reflete que houve, de fato, uma intensificação do movimento de valorização e reconhecimento da Extensão não só em âmbito nacional, mas refletindo, também, no interior da UFRRJ.

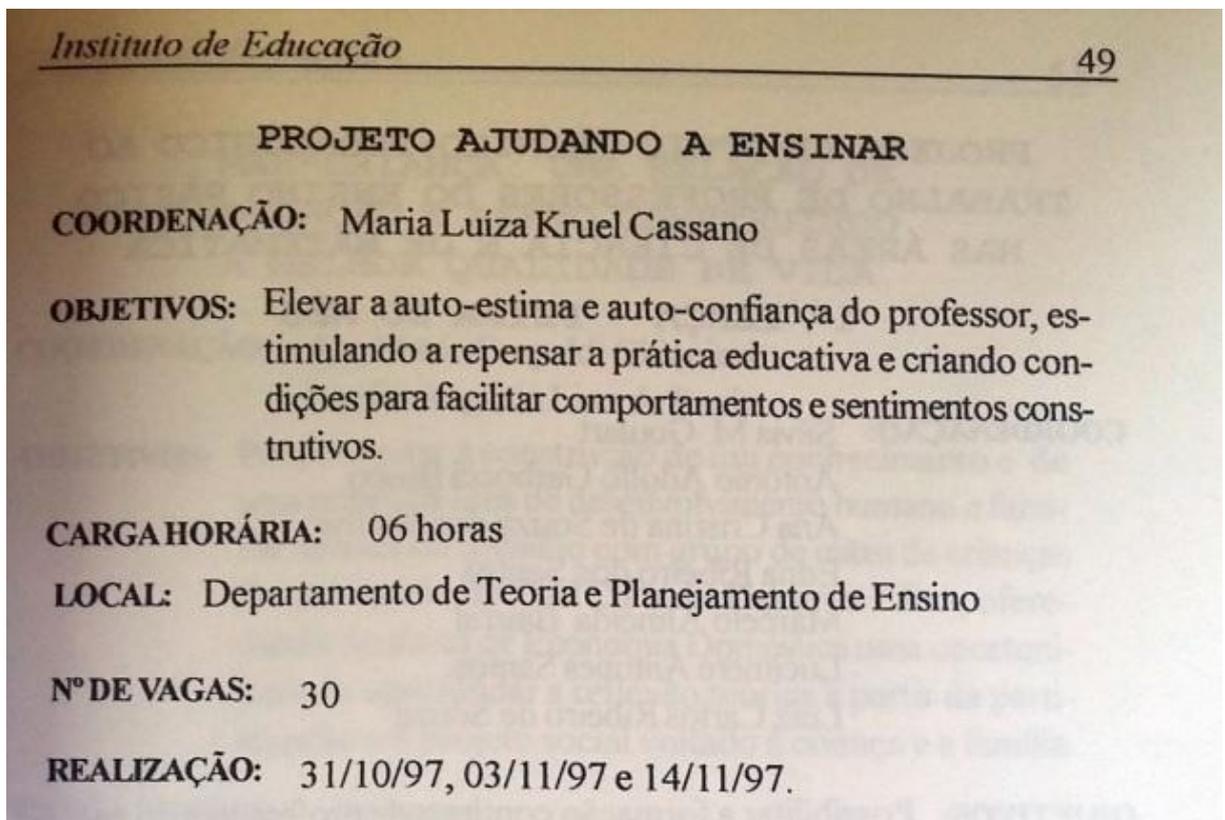
Além de fazer a análise nos textos de introdução e apresentação dos Relatórios de Extensão do período de 1997 a 1999, não poderíamos deixar de identificar as ações que neles estiveram presentes e que estão relacionadas à área de foco da nossa pesquisa – a educação.

Nos relatórios, as ações não estavam classificadas por área temática, mas sim por Institutos, dificultando, desta forma, identificarmos de cara quais ações eram da área de educação. Por isso, utilizamos como critério de seleção das ações a partir dos títulos que nos

sinalizavam que a ação se tratava da área de educação, especificamente. Dessa forma, selecionamos cinco ações dentre todas incluídas nos três relatórios para fazermos essa análise, que iremos apresentar a seguir, apontando os indícios e sinais que cada ação nos indica para compreender a Extensão Universitária naquele contexto institucional procurando avaliar se expressam características das diretrizes elencadas aqui para análise.

Tomaremos como pontos para análise, as três das diretrizes de extensão apontadas pelo FORPROEX aqui já definidas, destacando também a forma como essas ações são registradas. Procuraremos dessa forma perceber se esses registros contribuem ou dificultam nossa análises.

Foto 13 - 1ª Atividade de Extensão analisada (Projeto)



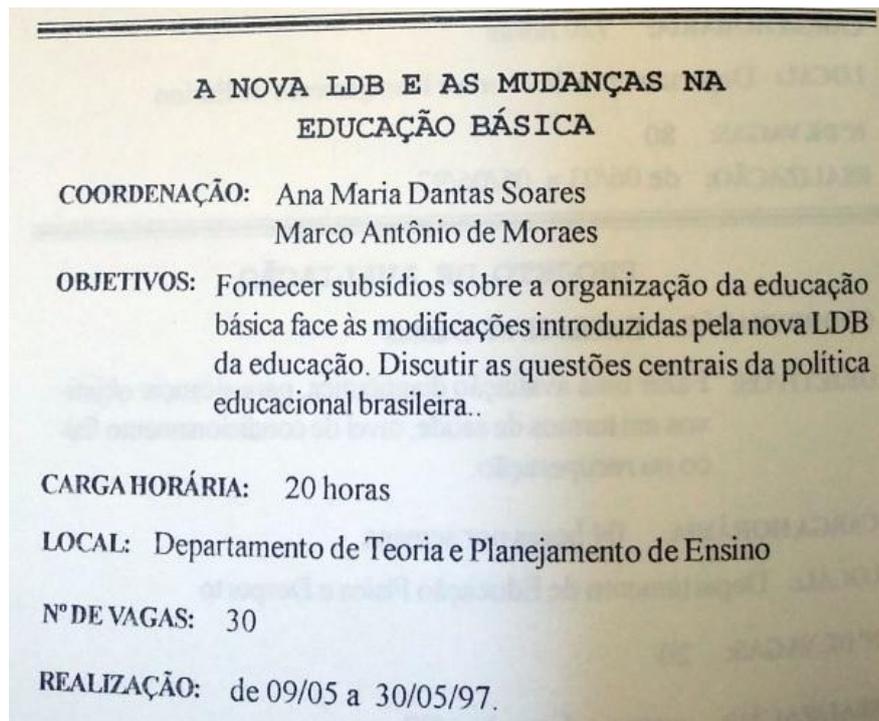
Essa atividade é caracterizada como sendo um Projeto, porém apresenta em sua descrição pouquíssimas informações que possibilitassem a compreensão do seu nível de abrangência, de forma mais ampla. O registro não nos aponta se houve o envolvimento de discentes no Projeto, nem sua metodologia. Passa a ideia de ter sido oferecido somente aos professores que já atuavam na Rede Municipal de Educação.

Os objetivos descritos apontam para uma perspectiva de extensão na qual os professores “necessitam” de um conhecimento que só a universidade tem para “ajudá-los” a se motivarem e repensar suas práticas. O Projeto parte do pressuposto de que as práticas dos docentes não são boas e, por esse motivo, precisam ser reelaboradas.

Como foi oferecido por uma professora do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino, que oferece a formação pedagógica a todos os cursos de licenciatura da UFRRJ, é possível que ela tenha percebido dificuldades de docentes em sua prática cotidiana, e tenha elaborado esse Projeto para ser oferecido como uma oficina aos professores da Rede. No entanto, cabe destacar, que no documento em análise não conseguimos localizar uma dialogicidade de saberes, em que o professor da Rede Municipal se tornaria também sujeito do processo e, junto com a universidade, refletiria sobre sua prática e encontraria caminhos para superação de dificuldades que pudessem ser identificadas.

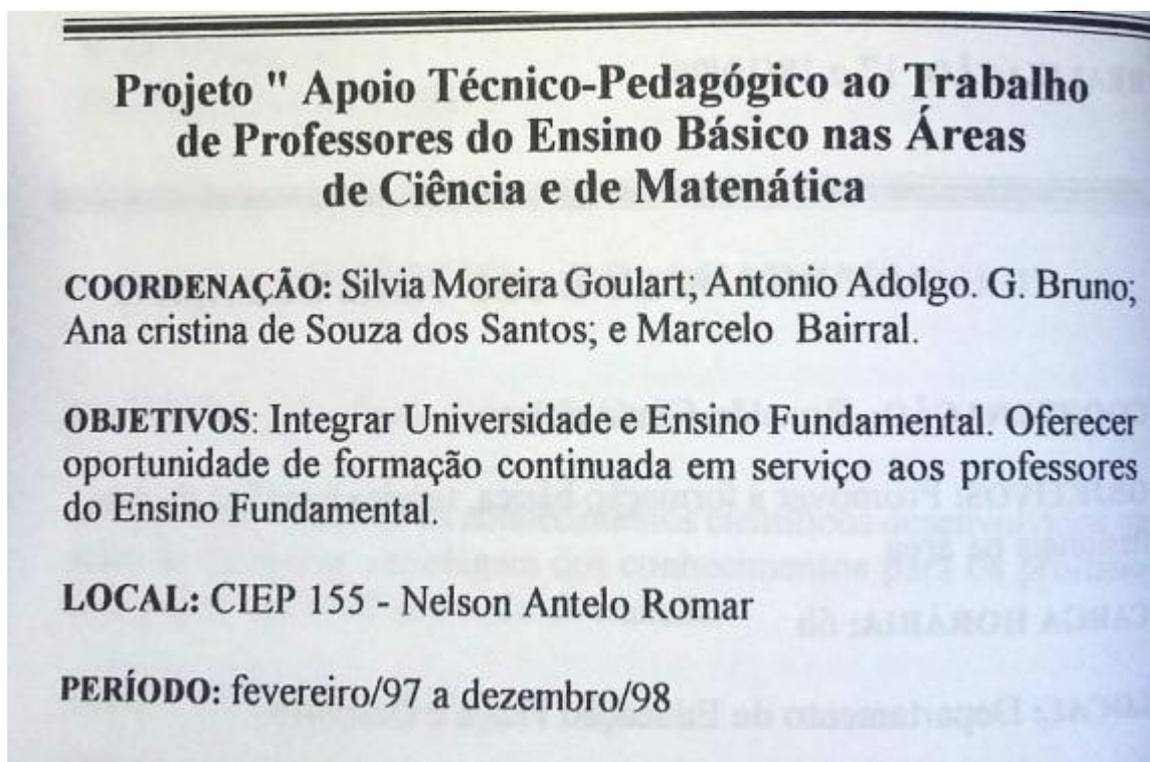
As poucas informações que conseguimos do documento nos levaram a inferir que a atividade foi proposta como uma via de mão única, ou seja, a universidade levando o seu saber acumulado para os docentes que já estavam atuando na Rede Municipal. É importante destacar que essa inferência é decorrente de informações deficitárias, demonstrando a importância do registro correto da atividade e da avaliação dela decorrente.

Foto 14 - 2ª Atividade de Extensão analisada (Curso)



A atividade acima diz respeito a um Curso de Extensão que trouxe um tema bastante significativo no contexto da época, em que estava recém publicada a LDB de 1996 (Lei 9394/96), o que demonstra a preocupação dos proponentes em discutir com os dirigentes e demais docentes das escolas públicas os impactos que a lei traria para o interior da escola e da universidade. Porém na descrição e caracterização do curso não há menção explícita aos sujeitos que participariam do curso, portanto ficamos limitados em nossas análises sobre as diretrizes da proposta e sua comparação com as diretrizes nacionais de extensão. Em avaliação preliminar, com os poucos elementos de que dispúnhamos, inferimos que o curso foi oferecido aos Professores da Rede Municipal, com o intuito de informar as mudanças advindas da nova legislação e seus impactos na práxis institucional. Vemos aqui, mais uma vez, a Universidade levando os seus conhecimentos para aqueles que, provavelmente, ainda não tinham alcançado toda a abrangência das reformas advindas com a nova LDB. Foi impossível constatar se o curso resultou em apoio para as escolas inserirem as novas diretrizes nas práticas institucionais. Se isso aconteceu, pode ser visto também como uma importante prestação de um serviço especial da Universidade à comunidade, para que as escolas tivessem maior facilidade em entender e incorporar as novas determinações legais.

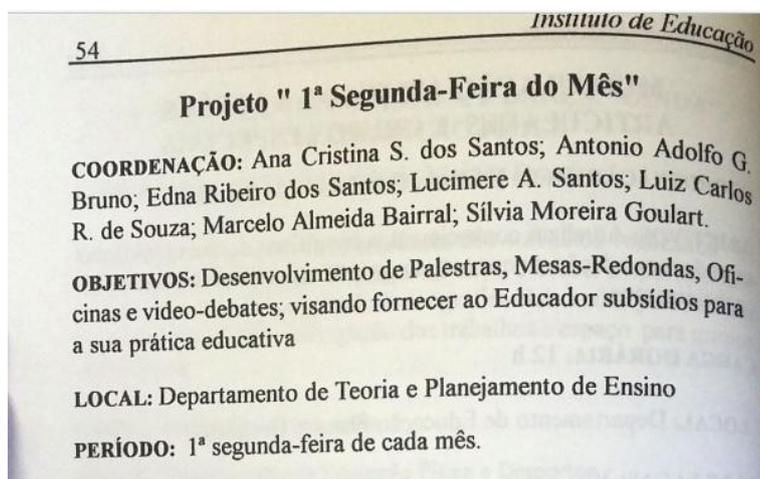
Foto 15 - 3ª Atividade de Extensão analisada (Projeto)



A proposta de projeto de extensão acima ilustrado e presente no Relatório de Extensão de 1998, apesar de estar descrita também de forma sucinta e sem maiores detalhamentos de como se deu na prática, nos apontou alguns indícios interessantes para analisarmos a partir das diretrizes de extensão. O local do desenvolvimento do Projeto é uma escola pública, não mais o espaço da universidade como os demais destacados. Neste caso, podemos levar em consideração que a universidade transpôs seus muros e se colocou em outro ambiente institucional. A mudança do espaço de desenvolvimento da atividade pode facilitar o diálogo com os sujeitos, compreensão da dinâmica e das solicitações dos docentes das instituições envolvidas. Isso nos remete à diretriz de “Interação Dialógica”, que se propõe a “orientar o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais”. (Política Nacional de Extensão, 2012, p. 16 e 17)

A Interdisciplinaridade e interprofissionalidade também podem ser identificadas, pois há uma relação de saberes de duas áreas distintas e complementares, que são: matemática e ciências. Nesta diretriz os conhecimentos presentes nas atividades extensionistas acontecem de forma sistêmica “materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais”. (Política Nacional de Extensão, 2012, p. 17). Essas foram as considerações que as poucas informações nos permitiram antever.

Foto 16 - 4ª Atividade de Extensão analisada (Projeto)



Essa atividade de extensão, apesar de ser nomeada como Projeto, pode ser analisada como um Programa, uma vez que não se trata de uma ação pontual, com período pré-determinado. Neste breve relato da experiência, pudemos identificar pelo menos três ações distintas: palestras, mesas redondas e vídeo-debates. O período também nos aponta para caracterização de um Programa, pois acontece com uma certa periodicidade sem prazo de término, podendo ser caracterizado como de médio e longo prazo. Há aqui um nítido desconhecimento das variadas atividades de extensão que a universidade pode desenvolver. Esse desconhecimento prejudica sobremaneira a caracterização da atividade e sua avaliação.

A relação com a escola pública mais uma vez aparece, nos remetendo a um movimento de práxis da atuação docente assim como da universidade enquanto mediadora do diálogo entre os saberes construídos na educação básica e na academia através da extensão universitária. Neste caso também podemos apontar para uma interação dialógica.

É importante destacar que nas quatro atividades de extensão analisados, não foi possível identificar se houve envolvimento do corpo discente da universidade nas ações e muito menos se houve uma relação com o ensino e a pesquisa dos docentes envolvidos no processo. Desta forma não há como identificar a diretriz de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. As atividades voltadas para a área de educação oferecidas, e aqui analisadas, de forma geral foram pensadas como “uma via de mão única”, ou seja, da universidade para a sociedade. Não queremos com essa reflexão desmerecer as ações propostas pelos docentes da UFRRJ na época em que se desenvolveu a análise, mas, sim, chamar a atenção de que, em nível nacional, ela já era vista de forma muito mais abrangente. A extensão universitária para cumprir integralmente o seu papel deve possibilitar a troca de informações entre a universidade e a sociedade, em constante retroalimentação de saberes.

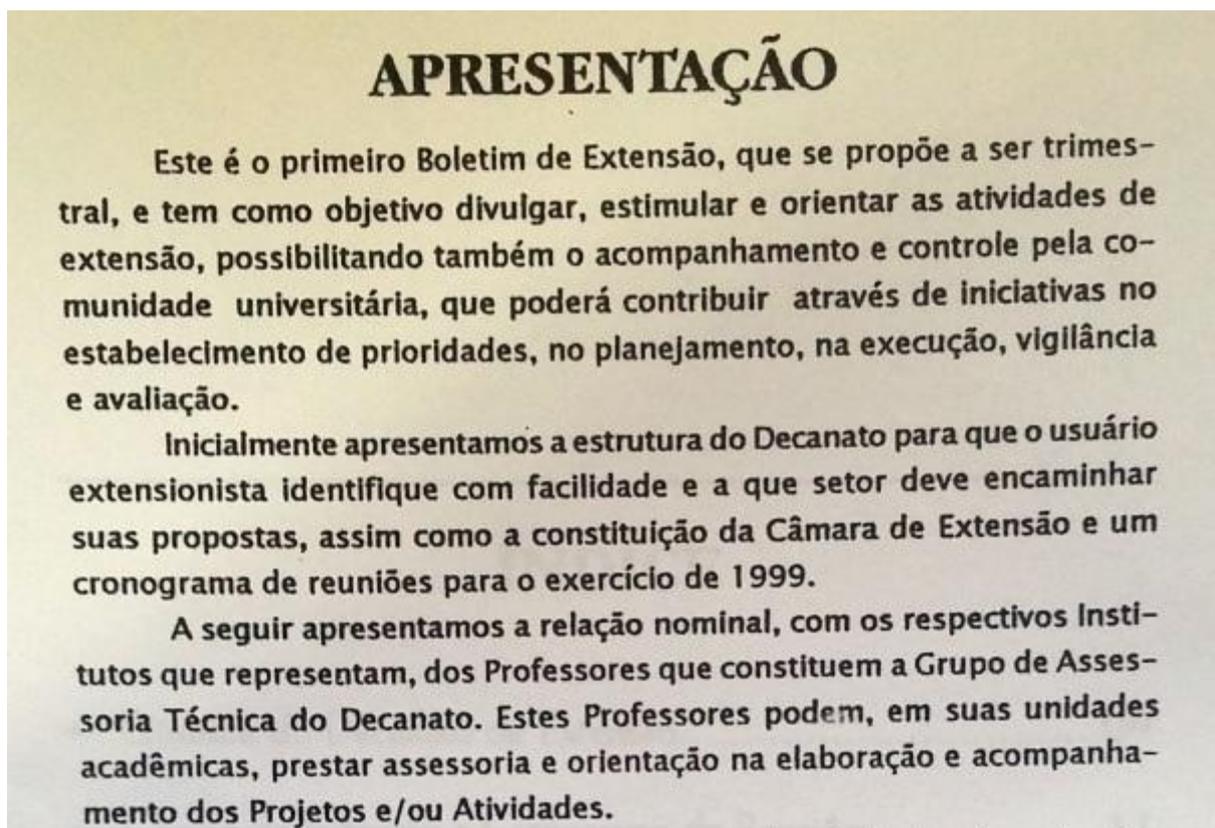
Cabe ressaltar que o período das ações analisadas é bem recente após a criação no FORPROEX e da intensificação das discussões e problematizações dentro das universidades sobre o papel da extensão universitária. Por isso, consideramos que as propostas são de caráter significativo para um primeiro passo em direção ao reconhecimento e fortalecimento da extensão para o processo formativo dos futuros trabalhadores.

3.4 Análise do Boletim de Extensão

Também do ano de 1999, na Pró-Reitoria de Extensão, localizamos o Boletim de Extensão, que se propunha ser trimestral, mas não localizamos outros exemplares deste boletim. Dessa forma, optamos por registrá-lo e analisá-lo dada a importância do documento.

Ainda na sua apresentação está registrada a proposta de divulgação da extensão internamente na universidade, conforme podemos conferir na próxima foto:

Foto 17 - Introdução do Boletim de Extensão de 1999



Observamos também nesse texto do boletim a menção à formação de um grupo técnico de assessoria ao corpo acadêmico visando facilitar a proposição de ações de extensão. A iniciativa nos pareceu bem interessante, pois já havíamos identificado nesta pesquisa a carência de conhecimento da extensão dentro e fora da universidade, fato que vem contribuindo significativamente para sua fragilidade. Foi possível identificar nas atividades analisadas anteriormente, que há uma carência de informações e sistematização das ações, o que limita consideravelmente a sua caracterização e avaliação.

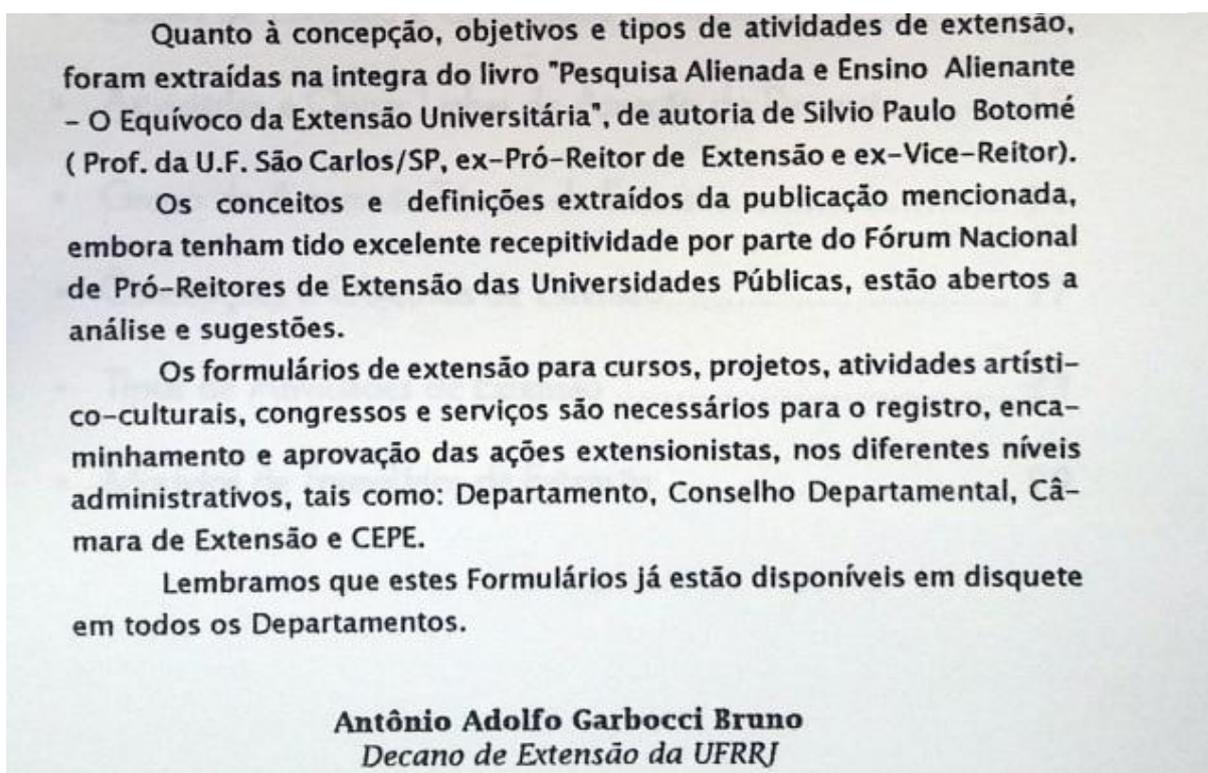
No Boletim, Foto 18, aparece a preocupação em formalizar esses registros através da disponibilização de formulários para preenchimento das mesmas. Nele também trazem a

concepção, objetivos e a tipificação das atividades de extensão, trazendo referência teórica para tal.

O boletim além de trazer a estrutura do decanato de extensão traz também uma sessão intitulada “Concepção e Objetivos de Extensão”, em que apresentam um grupo de Assessoria Técnica de extensão, composto por professores dos distintos Institutos. Traz, também, subitens intitulados “Concepção e Objetivos” e “Tipos de Atividades de Extensão” apresentados em forma de artigos e parágrafos. Apresentam as caracterizações de extensão já apresentadas aqui pelo FORPROEX, porém de forma mais esmiuçada e exemplificados na prática.

Em seguida, traz modelos de formulários de extensão como: plano de atividades de extensão de acordo com cada caracterização das ações (projetos, prestação de serviços, congresso/seminário/palestra, cursos, atividades artísticas e culturais).

Foto 18 - Boletim de Extensão de 1999, preocupação em formalizar esses registros

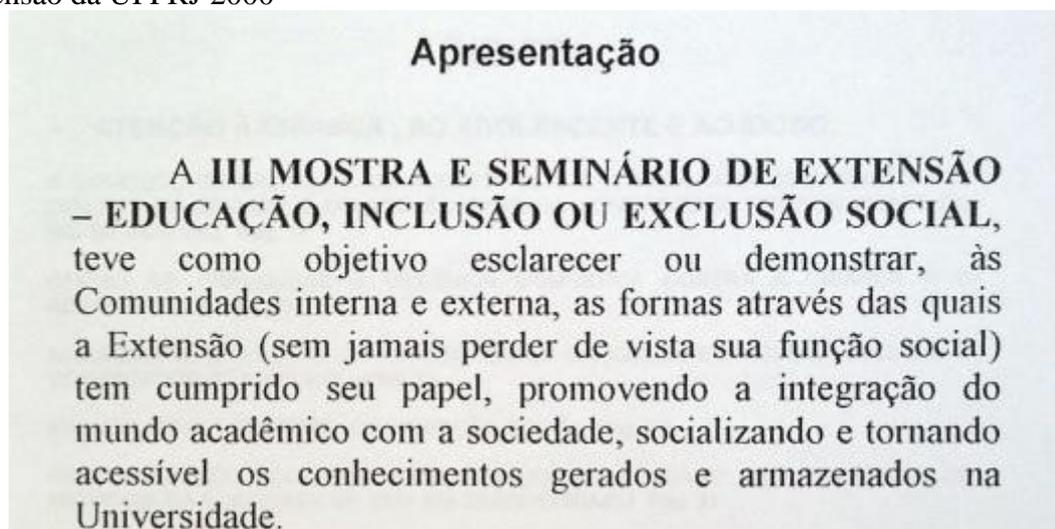


3.5 Análise dos Cadernos de Resumos das II e III Mostra e Seminário de Extensão Universitária

Como já mencionado anteriormente, localizamos na PROEX dois exemplares com resumos de trabalhos apresentados na II e III Mostra e Seminário de Extensão Universitária da UFRRJ. A primeira com o tema de “Universidade Cidadã”, realizada no período de 24 a 27 de novembro de 1998 e a segunda com o tema “Educação, Inclusão x Exclusão Social”, realizada no período de 20 a 24 de novembro de 2000.

Nesses cadernos de resumos, pudemos identificar que foram apresentados trabalhos na área de educação bastante interessantes, que contribuíram, significativamente, para nossa análise. Selecionamos, seguindo como critério os títulos que mais nos chamaram a atenção, quatro resumos de um caderno e três do outro para podermos analisar a seguir. Portanto antes de entrar nos resumos, não poderíamos deixar de trazer também uma reflexão sobre o texto de apresentação da III Mostra e Seminário. Na II Mostra e Seminário não há um texto de apresentação. Veremos a figura a seguir:

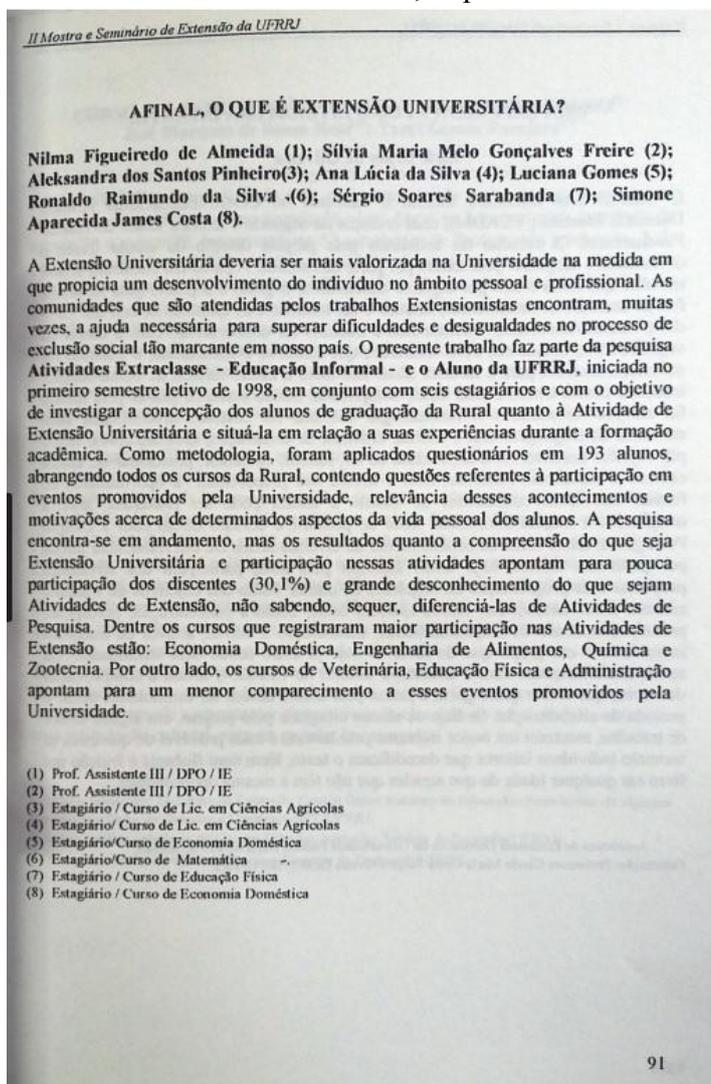
Foto 19 - Trecho da Apresentação do Caderno de Resumos da III Mostra e Seminário de Extensão da UFRRJ 2000



Apesar de mencionar a concepção de extensão como caminho para a efetivação da função social da universidade, em seguida reafirmam de forma explícita uma concepção de extensão de como a universidade entende a extensão, com relação à práxis que a caracteriza, pois eles dizem que o objetivo do evento é socializar e tornar acessível os conhecimentos gerados e armazenados na academia. Não há menção à dialogicidade com os saberes também produzidos na sociedade, caracterizando uma hierarquização entre eles.

Selecionamos os resumos dos seguintes trabalhos na área de educação básica para análise. No caderno da II Mostra e Seminário (1998): Afinal, o que é Extensão Universitária?; Apoio ao trabalho de professores do ensino fundamental do CIEP 155 Nelson Antelo Romar nas áreas de Ciências e de Matemática; Grupo de Estudos em Ciências (GECI): desafio do trabalho interdisciplinar e Prática de ensino: uma tentativa de aproximação com a realidade escolar. No caderno da III Mostra e Seminário (2000) foram selecionados: Apresentação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e dos cursos oferecidos para os alunos da 3ª série do Ensino Médio; O processo de Alfabetização de Jovens e Adultos: impactos no Programa Alfabetização Solidária na Universidade e na Comunidade e Integrando Ensino Médio com Superior: uma contribuição da prática de ensino de Matemática.

Foto 20 - 1ª Resumo analisado: “Afinal, o que é Extensão Universitária?”



Foi uma surpresa muito boa, logo de imediato, encontrar o resumo do trabalho “Afinal, o que é Extensão Universitária?”, pois demonstra um movimento de compreensão da abrangência da extensão universitária por parte do corpo docente e discente da UFRRJ. Ao analisarmos, identificamos que o trabalho foi desenvolvido por alunos da licenciatura de Ciências Agrícolas, Economia Doméstica, Matemática e Educação Física, o que nos aponta um trabalho interdisciplinar e interprofissional, com diálogo e contribuição de áreas distintas, o que enriquece e aponta para a concretização de uma das diretrizes de extensão.

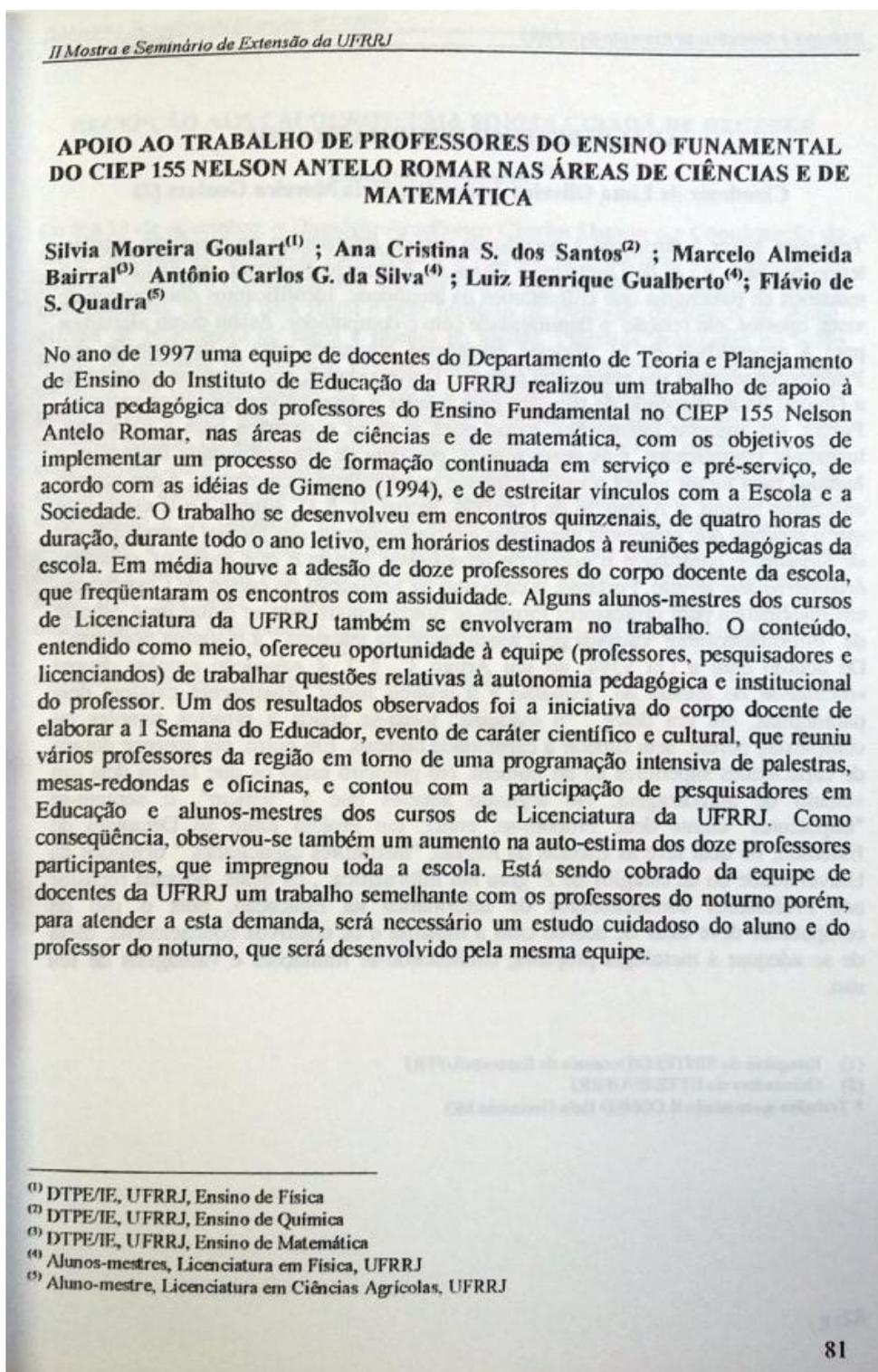
O trabalho apresentado, por fazer parte de um Grupo de pesquisa e ter sido desenvolvido por alunos de graduação, pode significar uma tentativa bem sucedida, apesar de se caracterizar apenas como pesquisa, de associação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, proporcionando aos estudantes uma compreensão mais abrangente de extensão universitária, como intrínseca ao processo acadêmico. Isso pode ser observado em um trecho do próprio resumo: “As comunidades que são atendidas pelos trabalhos extensionistas encontram, muitas vezes, a ajuda necessária para superar dificuldades e desigualdades no processo de exclusão social tão marcante em nosso país” (Caderno da II Mostra e Seminário de Extensão da UFRRJ, 1998, p.91). É nítida, aqui, a compreensão de uma nova concepção da extensão universitária apresentada nos anos de 1997 a 1999. Não é mais uma “via de mão única”, mas uma interação dialógica que pode favorecer sobremaneira o crescimento da sociedade a qual se destina e a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Outro dado que nos leva a essa compreensão é o registro do objetivo da atividade: “O objetivo é investigar a concepção dos alunos de graduação da Rural quanto à atividade de Extensão Universitária e situá-la em relação a suas experiências durante a formação acadêmica” (Caderno da II Mostra e Seminário de Extensão da UFRRJ, 1998, p.91), pois além de integrar pesquisa com extensão, faz um movimento de investigação entre os alunos de graduação sobre o reconhecimento do que é atividade de extensão. Foi possível perceber na análise dessa proposta que havia realmente um desconhecimento da extensão dentro da universidade, bem como a dificuldade em associá-la com a atividade de pesquisa. Essa reflexão já serviu para demonstrar que a UFRRJ estava no caminho certo para ampliar sua visão de extensão universitária. Faltava somente desenvolver ações mais propositivas para colocá-la em prática na Instituição.

Os cursos apontados no resumo como os que mais tinham participação na extensão foram: Economia Doméstica, Engenharia de Alimentos, Química e Zootecnia. Os menos

participativos foram identificados como sendo: Veterinária, Educação Física e Administração. Porém não há no resumo a explicitação de onde eles teriam identificado para tal informação.

Foto 21 - 2º Resumo analisado: “Apoio ao trabalho de professores do ensino fundamental do CIEP 155 Nelson Antelo Romar nas áreas de Ciências e de Matemática”



Outro resumo que nos chamou a atenção para análise foi o intitulado “Apoio ao trabalho de professores do ensino fundamental do CIEP 155 Nelson Antelo Romar nas áreas de Ciências e de Matemática”, primeiramente pelo termo “apoio” que consta no título. A expressão nos remete a uma concepção de que já se pressupõe uma “falha” no trabalho dos professores que precisa ser corrigida, descaracterizando assim um caráter de interação dialógica entre os sujeitos envolvido no projeto. O fato pode caracterizar a existência, no ano 2000, de mais de uma concepção de extensão universitária convivendo na UFRRJ.

Porém, ao analisarmos o conteúdo do texto do resumo, conseguimos identificar alguns aspectos relevantes a respeito dessa relação dialógica, uma vez que fazem referência ao estreitamento de "vínculos com a escola e a sociedade" (Caderno da II Mostra e Seminário de Extensão da UFRRJ, 1998, p.81). Outro ponto que nos remete a esta relação é a reflexão apresentada sobre o aprendizado que a experiência extensionista proporciona, enfatizando que “o conteúdo entendido como meio, ofereceu oportunidade à equipe (professores, pesquisadores e licenciandos) de trabalhar questões relativas à autonomia pedagógica e institucional do professor” (Caderno da II Mostra e Seminário de Extensão da UFRRJ, 1998, p.81).

A outra diretriz destacada para este estudo – interdisciplinaridade e interprofissionalidade – também pode ser percebida, considerando o fato de haver envolvimento de discentes de diversas licenciaturas: Física e Ciências Agrícolas.

No resumo também há menção à ampliação de ações do projeto inicial, a partir de necessidades identificadas ao longo do processo, que levou ao seu desmembramento em outras atividades de extensão complementares. Em nossa análise, a partir dessas informações, consideramos que a atividade poderia ser classificada como Programa e não apenas Projeto.

O resumo do trabalho “Grupo de Estudos em Ciências (GECI): desafio do trabalho interdisciplinar”, Foto 22, se refere a um projeto já analisado aqui nesta pesquisa dos relatórios de extensão, trata-se de parte integrante do “Projeto 1ª segunda-feira do mês”, apresentado na página 98 desta dissertação. Anteriormente, a descrição do projeto se apresentava de forma muito sucinta e resumida, porém com o resumo, pudemos confirmar as impressões registradas anteriormente com base indícios iniciais.

Foto 22 - 3º Resumo analisado: “Grupo de Estudos em Ciências (GECI): desafio do trabalho interdisciplinar”

II Mostra e Seminário de Extensão da UFRRJ

GRUPO DE ESTUDOS EM CIÊNCIA (GECI): DESAFIO DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR

Marcelo A. Bairral¹¹; Lucimere A. Santos¹²; Luiz Carlos R. Souza¹³; Ana Cristina S. dos Santos¹⁴; Sílvia M. Goulart¹⁵

A formação inicial e continuada do professor constitui tarefa e desafio permanentes para as instituições de ensino, especialmente num momento com tantas transformações pelas quais a sociedade vem passando. Transformações estas que exigem do sistema escolar, avaliação e redefinição do seu papel na construção e formação de um cidadão crítico e participativo. O *GECI*, criado em 1997, vinculado ao *NEPPE* (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional), reúne-se periodicamente com objetivos de: discutir e refletir sobre a prática pedagógica dos educadores participantes e suas dificuldades nesta prática; propiciar momentos de discussão que possibilitem ao participante buscar as interfaces entre as ciências em questão, contribuindo para a visão de um saber menos compartimentalizado, estudar temas e problemas científico-educacionais, e consolidar um grupo de pesquisa em Ensino de Ciências e Matemática no IE/UFRRJ. Nesta perspectiva, estão sendo desenvolvidas – em encontros mensais de 4 (quatro) horas – atividades (oficinas, palestras, vídeo-debates etc.) de **BIOLOGIA, FÍSICA, MATEMÁTICA e QUÍMICA** como parte integrante do projeto de extensão intitulado **1ª SEGUNDA FEIRA DO MÊS**, visando possibilitar ao participante refletir sobre a problemática descrita anteriormente e buscar alternativas para mudança. Atualmente, estão participando das atividades do projeto, em média, 40 (quarenta) professores, oriundos das redes de ensino públicas e privadas de diferentes municípios do Estado do Rio de Janeiro. A participação nas atividades do *GECI* está aberta a todos que se interessarem por sua temática. A implementação deste projeto no âmbito do Instituto de Educação, sob a orientação dos professores das disciplinas de Prática de Ensino das licenciaturas em Física, Química, Matemática e Biologia da UFRRJ pode proporcionar aos licenciandos uma oportunidade a mais de vivenciar uma experiência de ensino e de Pesquisa em Ensino-Aprendizagem de sua área específica de conhecimento, de acordo com o pressuposto de que as atividades de extensão são subsidiadas pela pesquisa.

¹¹Ensino de Matemática, IE/UFRRJ/DIPE
¹²Técnico-Administrativo, Coord. da Área de Educação Ambiental do Jardim Botânico/UFRRJ, licenciada em Biologia
¹³Técnico-Administrativo do IE, licenciado em Química
¹⁴Ensino de Química, IE/UFRRJ/DIPE
¹⁵Ensino de Física, IE/UFRRJ/DIPE

Porém, diante das novas informações, podemos acrescentar que o projeto de extensão está vinculado também a um grupo de pesquisa, com participação de docentes, técnicos e licenciandos de diversos cursos: Física, Química, Matemática e Biologia, além de ser aberta a profissionais professores oriundos das redes de ensino públicas e privadas de diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro e a qualquer pessoa que se interesse pela temática. Dessa forma, os proponentes acreditavam que estariam proporcionando aos licenciandos diferentes oportunidades de vivenciar uma experiência de ensino e de pesquisa, enfatizando que as atividades de extensão são decorrentes da pesquisa desenvolvida pelo grupo.

Como a pesquisa em fontes primárias da Instituição nos proporcionou a oportunidade de aprofundar reflexões a partir de novos documentos e, ainda, que este foi um caso isolado, consideramos importante detalhar melhor a atividade selecionada. A proposta apresenta como objetivos:

“[...] discutir e refletir sobre a prática pedagógica dos educadores participantes e suas dificuldades nesta prática; propiciar momentos de discussão que possibilitem ao participante buscar as interfaces entre as ciências em questão, contribuindo para a visão de um saber menos compartimentado, estudar temas e problemas científicos educacionais, e consolidar um grupo de pesquisa em ensino de ciências e matemática no IE/ UFRJ”. (UFRRJ, 1998, p. 69)

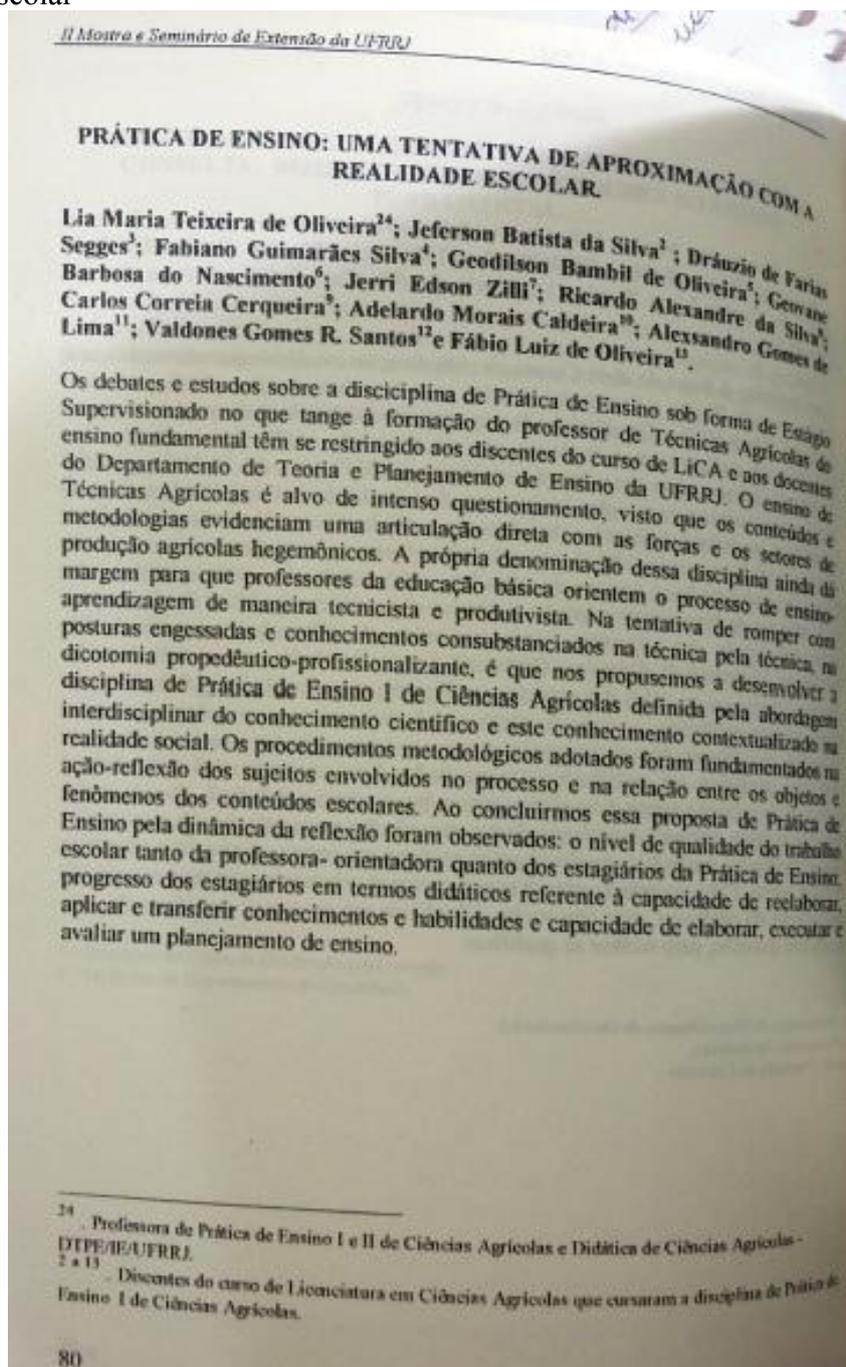
O texto do resumo da atividade de extensão mencionada acima pode ratificar que ela integra as três diretrizes de extensão elencadas para análise: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade e indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Foi possível inferir que há evidências da preocupação da comunidade universitária da UFRRJ de tornar a extensão uma atividade intrínseca à função da universidade, que precisa estar presente e pensada em todos os processos educativos propostos por ela.

O último trabalho selecionado dos cadernos de resumo da II Mostra e Seminário de Extensão de 1998 (UFRRJ, 1998) é intitulado de “Prática de ensino: uma tentativa de aproximação com a realidade escolar”, Foto 23, No texto foi possível destacar um ponto ainda não problematizados nesta pesquisa. Trata-se da relação da extensão universitária com a prática de ensino desenvolvida nas licenciaturas.

Este resumo traz uma questão muito interessante que é a atividade de extensão, viabilizada através da prática de ensino, como caminho para o rompimento com interesses hegemônicos, identificados até aquele momento nas práticas de ensino da educação básica. A extensão universitária aparece como uma atividade norteadora da prática de ensino, na

proposta de pensar a função social não só da universidade, mas da educação básica. A proponente, uma professora da disciplina Prática de Ensino I de Ciências Agrícolas, busca desenvolver essa atividade utilizando a “abordagem multidisciplinar do conhecimento científico”, em uma dimensão “contextualizada na realidade social”. Dessa forma, “tenta romper com posturas engessadas e conhecimentos consubstanciados na técnica pela técnica, na dicotomia propedêutico-profissionalizante” (UFRRJ, 1998, p. 80)

Foto 23 - 4º Resumo analisado: “Prática de ensino: uma tentativa de aproximação com a realidade escolar”



A concepção da extensão universitária aqui presente, apesar do objetivo declarado de trabalhar o conteúdo de forma interdisciplinar, não nos forneceu evidências da interdisciplinaridade, no sentido de envolver mais de uma disciplina do currículo, nem da interprofissionalidade, uma vez que é oferecida por uma docente do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas aos seus alunos, todos do mesmo curso. Nesse sentido, envolve uma única profissão.

No entanto, ficou evidente que mesmo não havendo diálogo direto com outras áreas do conhecimento, há preocupação com a interdisciplinaridade, na medida em que passa a compreensão de que nenhum conhecimento está isolado, ainda mais quando se trata de interagir com a sociedade, seus dilemas e contradições.

No que se refere à diretriz de interação dialógica com o contexto social e sujeitos que participam do processo, pudemos perceber que a atividade em análise expressa bem esse diálogo, quando identificamos que “os procedimentos metodológicos adotados foram fundamentados na ação-reflexão dos sujeitos envolvidos no processo e na relação entre objetos e fenômenos dos conteúdos escolares” (UFRRJ, 1998, p. 80). Foi possível apreender que alunos da licenciatura em atividade de estágio puderam interagir de forma dialógica com os estudantes da educação básica, ocasionando o crescimento dos envolvidos no processo.

Diferente dos resumos analisados anteriormente, neste tivemos oportunidade de identificar, claramente, a metodologia utilizada, que nos remete a proposta de metodologia participativa defendida pelo FORPROEX: “os procedimentos metodológicos adotados foram fundamentais na ação-reflexão dos sujeitos envolvidos no processo e na relação entre os objetos e fenômenos dos conteúdos escolares” (UFRRJ, 1998, p. 80). A partir desta metodologia, o resumo apresenta a conclusão de que houve impacto positivo no desempenho, tanto dos estudantes de prática de ensino quando dos alunos das turmas de educação básica nas quais o estágio estava sendo desenvolvido, assim como da docente orientadora, se revertendo de forma significativa na capacidade de reelaboração do planejamento das ações educativas.

Apresentaremos a seguir a análise de três resumos selecionados nos cadernos da III Mostra e Seminário de Extensão do ano de 2000 (UFRRJ, 2000). Neste, de doze trabalhos relacionados à área de educação, quatro são referentes ao Programa Alfabetização Solidária.

Foto 24 - índice dos resumos nos cadernos da III Mostra e Seminário de Extensão de 2000

III Mostra e Seminário de Extensão da UFRRJ	
➤ EDUCAÇÃO BÁSICA.	
PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA: EDUCAÇÃO – INCLUSÃO X EXCLUSÃO. Pág. 39	
CONSTRUINDO SUBSÍDIOS PARA ATIVIDADES NO BERÇÁRIO . Pág. 40	
FALANDO DE PATRIMÔNIO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS. Pág. 41	
PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA: A IMPORTÂNCIA DAS DINÂMICAS CULTURAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO. Pág. 42	
PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA UFRRJ NOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO. Pág. 43	
O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: IMPACTOS DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE E NA COMUNIDADE . Pág. 44	
ESTUDOS DE AREIAS COMO ATIVIDADE DE EXTENSÃO E INCENTIVO A ALUNO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOLOGIA . Pág. 45	
ESTUDO DE AREIAS COMO ATIVIDADE DE EXTENSÃO SOB FORMA DE INCENTIVO A ALUNOS INICIANTES NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOLOGIA . Pág. 46	
EDUCAÇÃO LIVRE .Pág. 47	
IMPLANTAÇÃO UNIDADE DE EDUCAÇÃO E LAZER -E. E. M. CHAPERO – ITAGUAI/RJ. Pág. 48	
DESENVOLVENDO HÁBITOS E ATITUDES- A ARTE DE INTERPRETAR. Pág. 49	
INTEGRANDO ENSINO MÉDIO COM SUPERIOR: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PRÁTICA DE ENSINO DE MATEMÁTICA . Pág. 50	

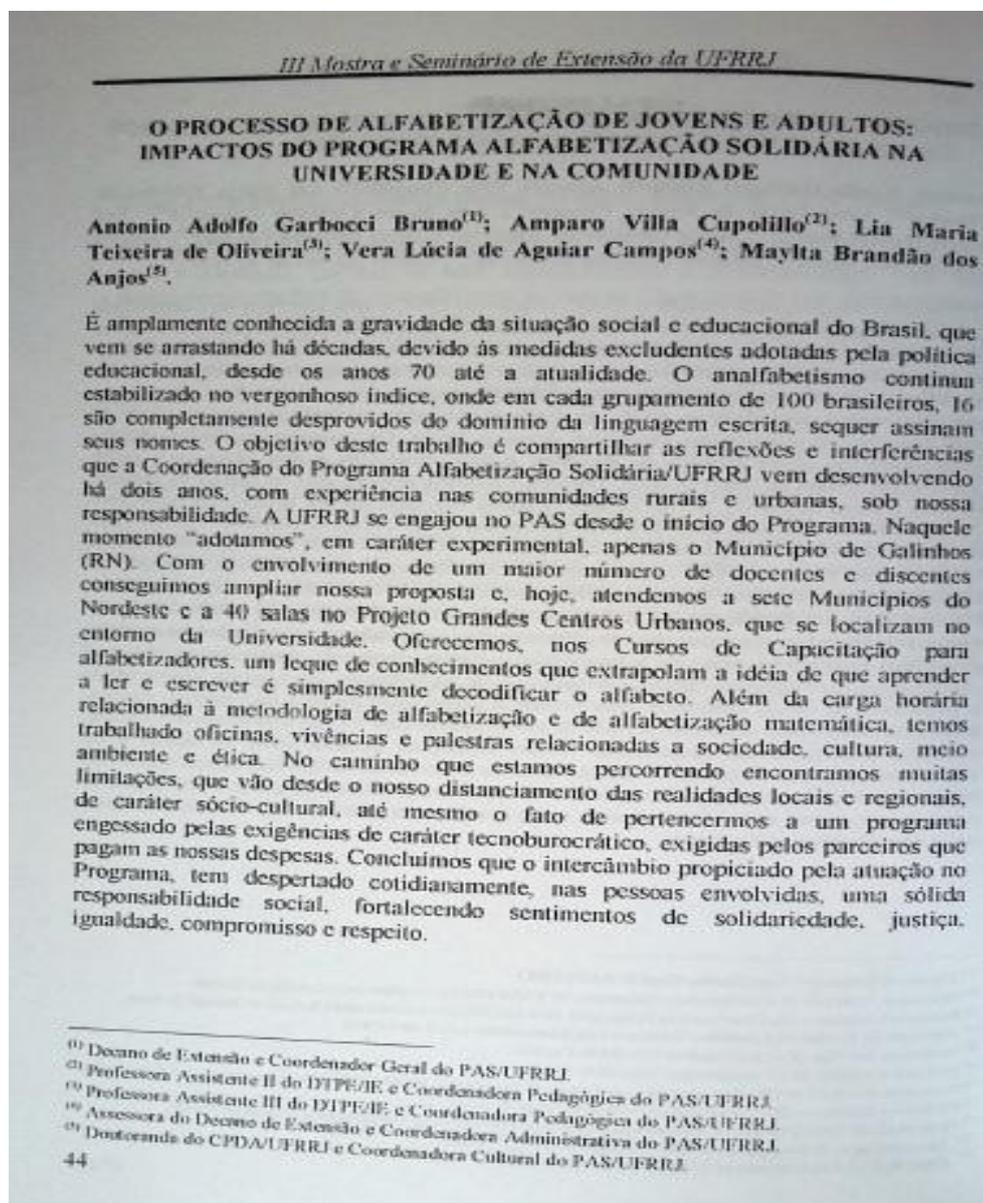
Barreyro (2010, p. 176 e 177) nos traz as seguintes informações sobre o Programa:

O Programa Alfabetização Solidária manifestava como objetivo reduzir os índices de analfabetismo do país, focalizando nos jovens de 12 a 18 anos. Em 1997, priorizava os municípios com taxas de analfabetismo superiores a 55%: os localizados nas regiões norte e nordeste. Em 1999, atingiu os Grandes Centros Urbanos e, em 2002, as regiões Centro-Oeste e Sudeste. Atuava mediante as chamadas “parcerias”: com empresas que custeavam metade dos gastos por aluno (a outra metade era coberta com fundos públicos, advindos do MEC); com universidades, que executavam as ações de alfabetização por meio de coordenadores e alfabetizadores que elas selecionavam e capacitavam; com os municípios, que eram responsáveis por questões operacionais (salas de aula, merenda, convocatórias). Os alfabetizadores eram pessoas do próprio município ou estudantes das universidades que recebiam um curso de capacitação. As aulas estavam organizadas em módulos de seis meses de duração cada um, e os alunos e alfabetizadores apenas podiam participar de um módulo.

Diante da importância do Programa, optamos por selecionar um dos resumos que a ele se referia para análise. Elegemos o resumo elaborado pela equipe de coordenação do

Programa Alfabetização Solidária da UFRRJ, da qual fazia parte também o Decano de Extensão da Universidade.

Foto 25 - 5º Resumo analisado: “O processo de Alfabetização de Jovens e Adultos: impactos no Programa Alfabetização Solidária na Universidade e na Comunidade”



Na análise do resumo do trabalho intitulado “O processo de Alfabetização de Jovens e Adultos: impactos no Programa Alfabetização Solidária na Universidade e na Comunidade”, Foto 25, pudemos identificar além de docentes na Coordenação do Programa e o Decanato de Extensão, o envolvimento de uma doutoranda, que também compunha a equipe de Coordenação.

O texto se inicia com uma reflexão sobre o cenário educacional brasileiro e a relação com o analfabetismo desde a década de 1970. Traz também um breve histórico do Programa, apontando sua ampliação e sinalizando para o avanço com o envolvimento das comunidades no entrono da UFRRJ.

Pudemos constatar a preocupação com a problematização do Programa, a partir de uma reflexão crítica sobre as limitações impostas pela estrutura e exigências tecnoburocráticas, que acabam por engessar as ações. Mas também há uma autocrítica com relação à falta de envolvimento e conhecimento das “realidades locais e regionais”, por parte da UFRRJ.

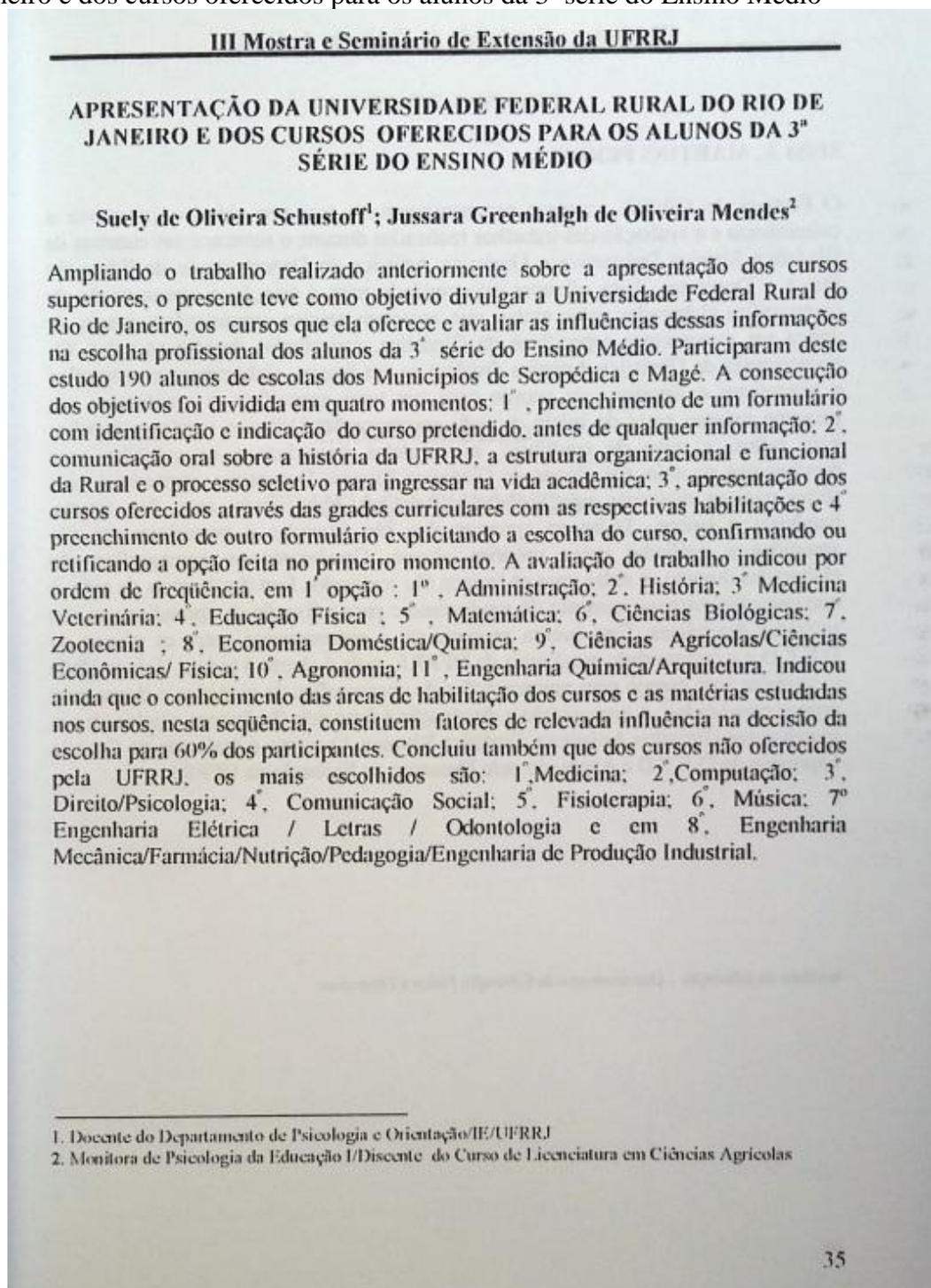
O texto registra a preocupação de que o trabalho das capacitações dos professores e tutores seja desenvolvido de forma interdisciplinar, ou seja, que envolva não só as questões referentes à alfabetização, mas também a reconstrução do conhecimento através de “oficinas, vivências e palestras, relacionadas à sociedade, cultura, meio ambiente e ética” (UFRRJ, 2000, p. 44). O resumo apresenta uma descrição das capacitações que reflete bem a preocupação com uma concepção de alfabetização de jovens e adultos fundamentada nos ensinamentos de Paulo Freire:

Não é possível ensinar técnicas sem problematizar toda a estrutura em que se darão estas técnicas. Não é possível, tampouco, um trabalho de alfabetização de adultos, como pretende sua concepção ingênua, que não esteja associado ao trabalho dos homens, à sua capacitação técnica, à sua visão do mundo. (FREIRE, 1983, p. 59)

O texto do resumo, embasado em Paulo Freire, assim se expressa: “Oferecemos nos cursos de capacitação para alfabetizadores, um leque de conhecimentos que extrapolam a ideia de que aprender a ler e escrever é simplesmente decodificar o alfabeto” (UFRRJ, 2000, p44).

O segundo resumo que elencamos como importante para análise está intitulado de “Apresentação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e dos cursos oferecidos para os alunos da 3ª série do Ensino Médio”, conforme representado na Foto 26. Essa proposta expressa a intenção de apresentar a Universidade Federal do Rio de Janeiro aos alunos da última série do ensino médio. Pretende com isso, proporcionar uma relação da universidade com o ensino médio, um início de interação dialógica, no sentido de transpor os muros da UFRRJ e possibilitar o acesso à universidade.

Foto 26 - 6º Resumo analisado: “Apresentação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e dos cursos oferecidos para os alunos da 3ª série do Ensino Médio”



Refere-se a alguma pesquisa não identificada, que já havia sido realizada, por iniciativa do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, com a participação de uma discente de graduação que também era monitora de uma disciplina do curso. As informações

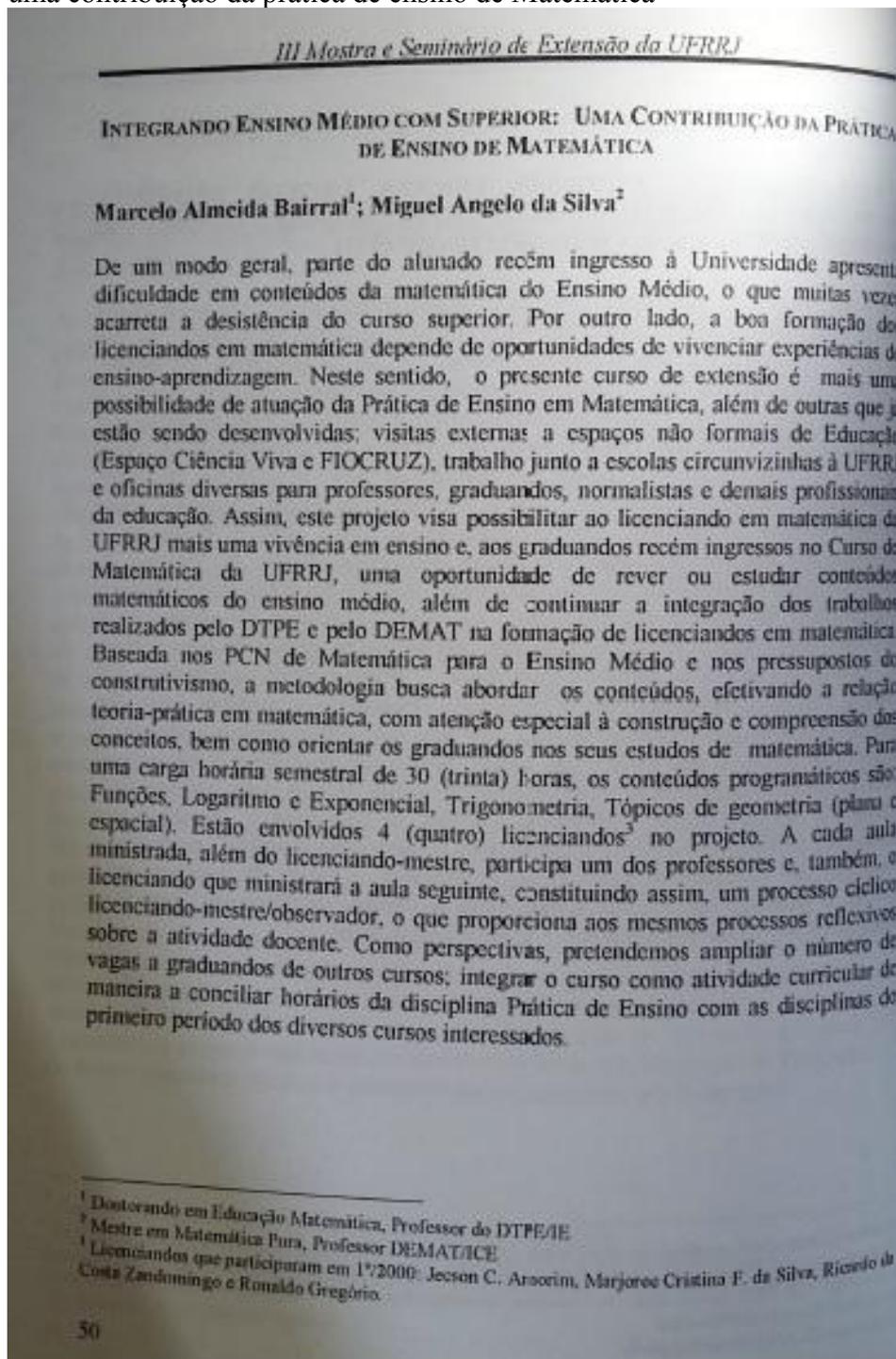
apreendidas permitiram a inferência de haver uma maior indissociabilidade ensino-pesquisa extensão, uma vez que alia as três vertentes da universidade numa só ação.

A atividade foi desenvolvida em dois municípios, Magé e Seropédica, e contou com quatro etapas bem definidas e justificadas. Primeiramente, foi feita uma sondagem, através de um formulário estruturado, para identificar os interesses dos sujeitos. Em seguida, foi apresentada aos interessados a história da instituição, bem como sua estrutura. Após as duas primeiras etapas, os cursos oferecidos pela UFRRJ eram apresentados, para no fim, também através de formulário, fazer uma avaliação da percepção dos estudantes do terceiro ano do ensino médio sobre os cursos e quais seriam suas escolhas.

Mesmo que o texto do resumo da atividade não consiga expressar o que de fato essa ação significou enquanto possibilitadora da função social da universidade, podemos identificar alguns aspectos significantes para a interação dialógica da extensão universitária se fazendo presente. O primeiro passo para um estudante do ensino médio escolher uma instituição de educação superior é conhecê-la. Muitos desses estudantes ainda percebem a UFRRJ como uma instituição que oferece cursos exclusivamente na área agrônômica, em decorrência de sua história de vida. A partir dessa atividade de extensão os possíveis novos alunos já olharão para a Universidade Rural de forma diferente e já terão o conhecimento necessário para a escolha do curso superior. Esse primeiro passo de interação dialógica com a sociedade, portanto, tem uma relevância no processo, que não pode ser desconsiderada.

O último resumo selecionado para análise, não de forma aleatória, mas porque complementa as reflexões e propostas do resumo anterior, traz uma atividade que nos possibilitou identificar uma preocupação para além do acesso à universidade, mas principalmente, sobre a permanência dos estudantes nela. O trabalho tem o título de “Integrando Ensino Médio com Superior: uma contribuição da prática de ensino de Matemática”, Foto 27, e sinaliza a participação de discentes de graduação e doutorado, além do envolvimento com as escolas ao entrono da universidade.

Foto 27 - 7º Resumo analisado: “Integrando Ensino Médio com Superior: uma contribuição da prática de ensino de Matemática”



A proposta traz a extensão como oportunidade de primeiro contato do licenciando com a realidade educacional e a prática docente. Além de possibilitar esse primeiro contato, tem como objetivo contribuir para a integração e permanência dos novos alunos, pois oferece a formação complementar necessária para que eles superem dificuldades trazidas do ensino médio no campo da matemática.

Há sinais de que a atividade extensionista em análise vai muito além do ensino de conteúdos matemáticos isolados e descontextualizados, em interação dialógica com a comunidade. Não se trata mais de somente assegurar o ingresso, mas de procurar garantir a permanência de estudantes que chegam à universidade com graves falhas no ensino da Matemática. Essas falhas podem levar a inúmeras reprovações e à conseqüente evasão dos estudantes mais desfavorecidos, que são aqueles que apresentam maiores dificuldades. A atividade de extensão analisada buscou resolver problemas comuns, antes mesmo que eles acontecessem, em estudo de previsibilidade. Como conseqüência, o curso de matemática terá condições de transcorrer de forma mais tranquila, sem grandes repetências e evasão.

Para entender melhor a proposta, vale destacar que ela leva em conta a relação teoria prática, fundamentada nas orientações dos parâmetros Curriculares Nacionais, conforme vemos a seguir:

Baseado no PCN de Matemática para o Ensino Médio e nos pressupostos do construtivismo, a metodologia busca abordar os conteúdos, efetivando a relação teoria-prática em matemática, com atenção especial à construção e compreensão dos conceitos, bem como orientar os graduandos nos seus estudos de matemática. (UFRRJ, 2000, p.50).

3.6 Análise do Catálogo de Extensão

Passando agora para o ano de 2006, vamos debruçar sobre o Catálogo de Extensão (UFRRJ, 2006). O documento foi organizado de forma coletiva pela comunidade acadêmica da UFRRJ: servidores, docentes, técnicos-administrativos e discentes. Traz uma apresentação e uma introdução, apresentadas nas Fotos nº 28 e nº 29.

É possível perceber na Foto nº 28 que logo na apresentação consta a informação de que o catálogo significa o esforço histórico do corpo social da universidade, revelando que a extensão traz em si o ensino e a pesquisa no movimento de práxis. A apresentação ainda sinaliza, mais uma vez, que a extensão muitas vezes é esquecida dentro da universidade e acontece de forma silenciosa, mesmo que traga muitas riquezas expressas nas contradições que existem nos grupos dos quais ela faz parte.

Reflete também que esse movimento de coletividade, de saída dos profissionais de suas “ilhas” para o encontro com o outro, caracteriza uma construção para uma nova universidade, para um outro olhar sobre a universidade sobre sua função social. Ainda

ênfatiza que, publicar esse catálogo significa ter sonhos e ter objetivos e além de tudo construir uma memória e uma resistência.

Foto 28 - Apresentação do Catálogo de Extensão 2006

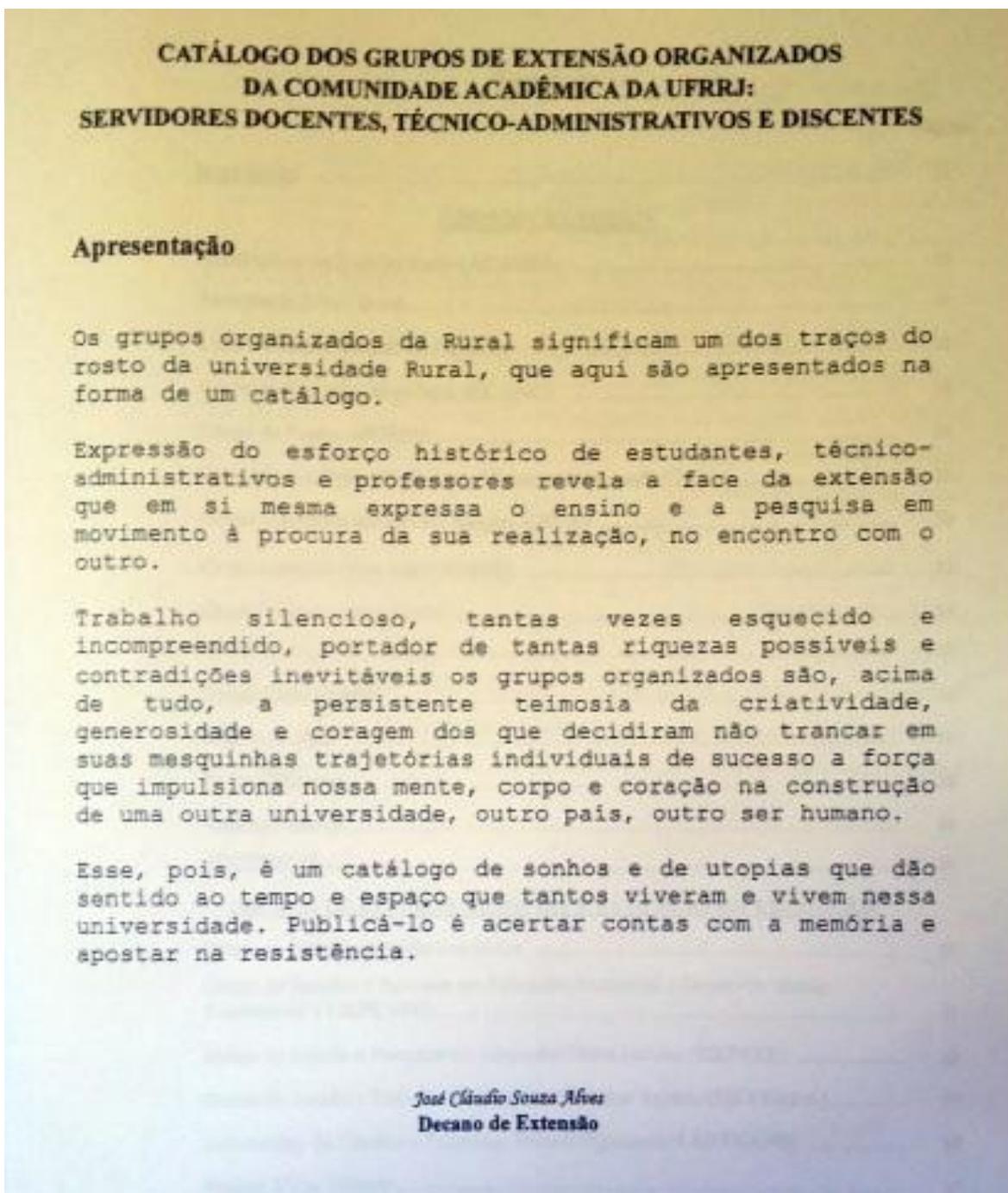
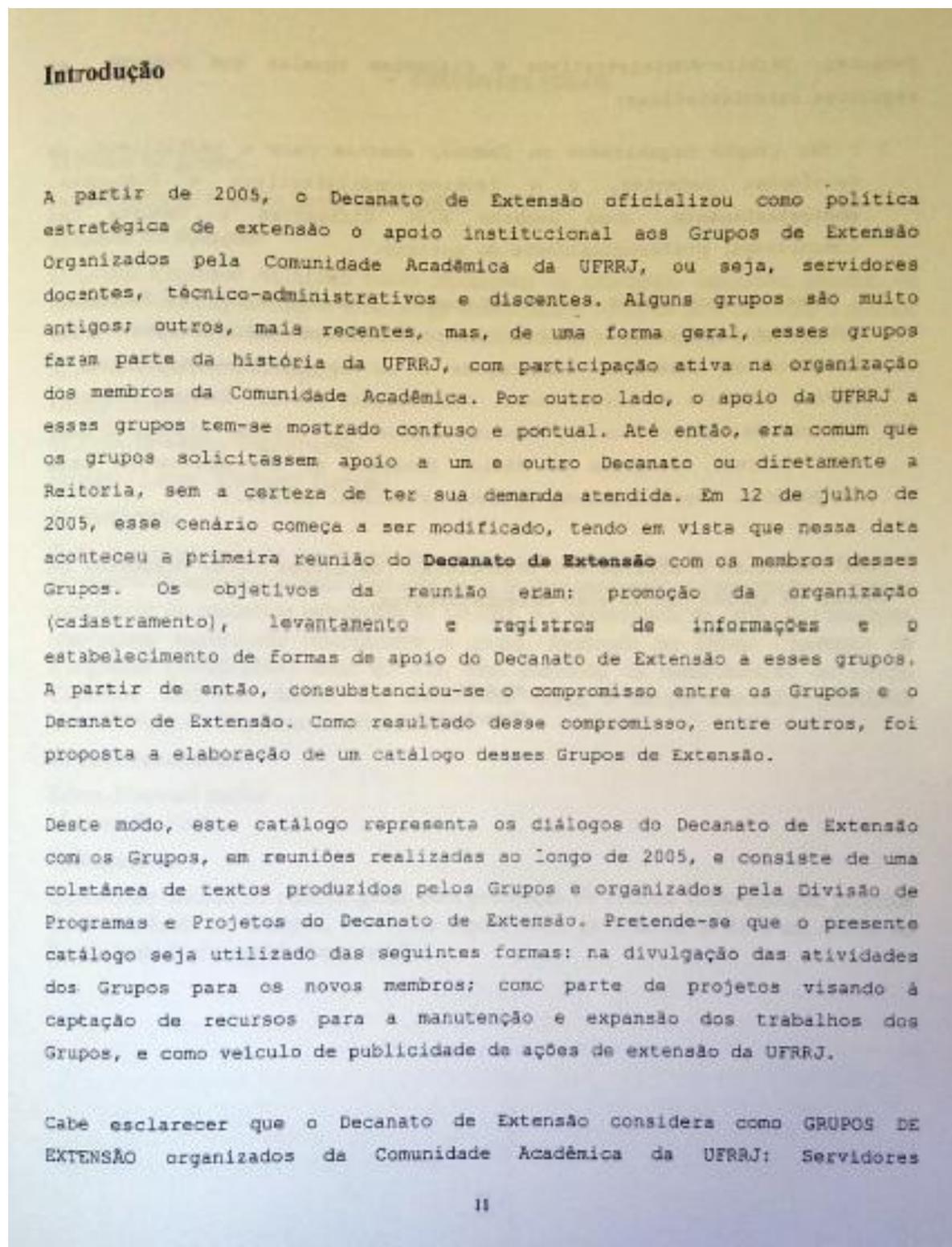


Foto 29 - Introdução do Catálogo de Extensão 2006



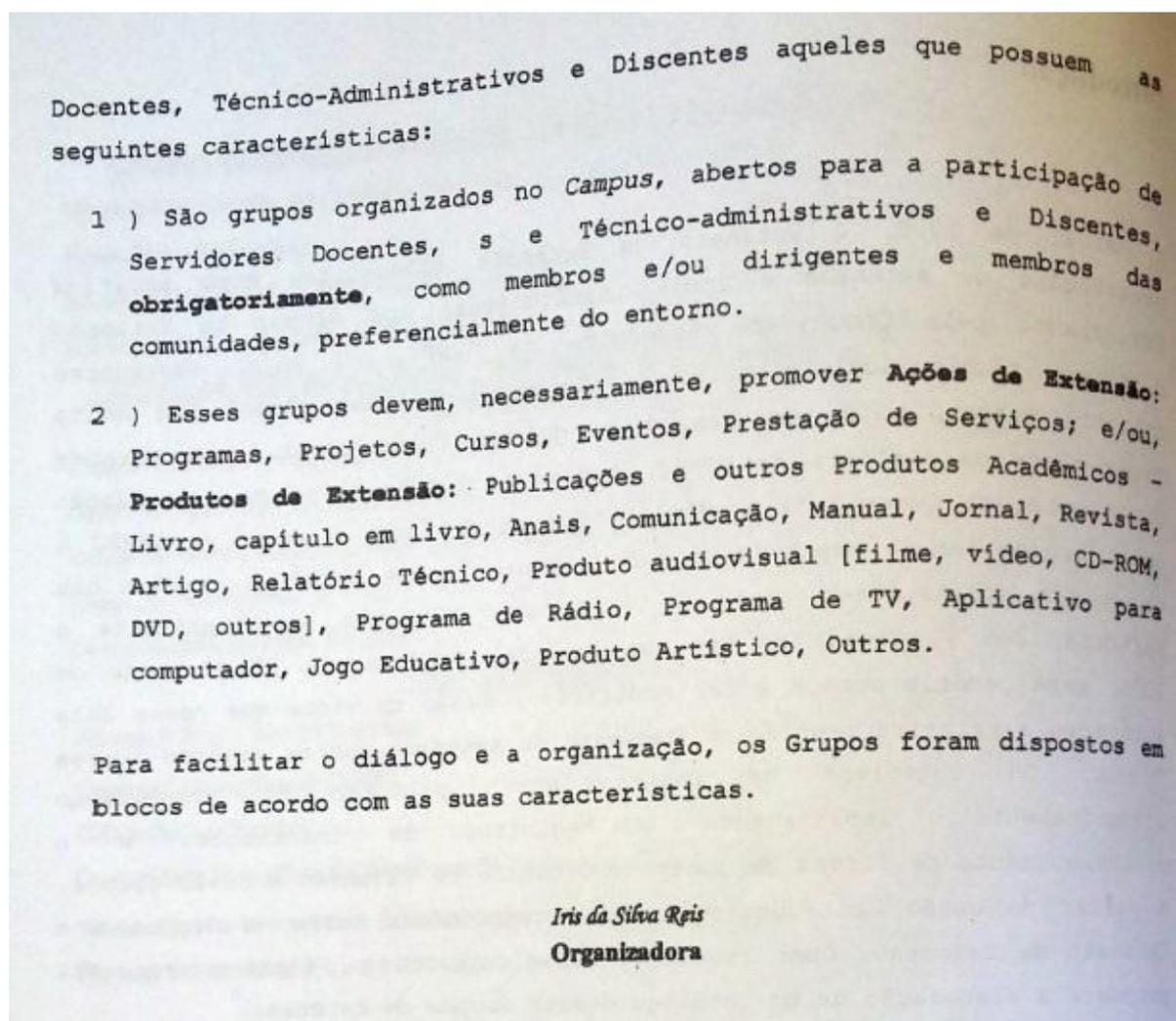
No texto da introdução, Foto nº 29, consta o relato de que o catálogo surgiu do movimento em que o Decanato de Extensão se reuniu com os grupos de extensão, alguns já existentes há muito tempo na UFRRJ, outros mais recentes. A partir desta reunião, os grupos

envolvidos passaram a enxergar o Decanato de Extensão como referência ao apoio dessas ações, que muitas vezes anteriormente não eram atendidas, pois muitos nem sabiam a quem recorrer.

O catálogo tem como objetivo a promoção e organização do cadastramento dessas ações e o fortalecimento da extensão dentro da Universidade. A divulgação das atividades dos grupos, o registro e capacitação de recursos para que as ações possam ser efetivadas, também são apontadas como propostas do catálogo.

No texto ainda da introdução eles apontam duas características principais para que esses grupos, formados por docentes, técnicos administrativos e discentes, sejam registrados como grupos de extensão são elas:

Foto 30 - Características dos Grupos de Extensão da UFRJ, presentes no Catálogo de Extensão 2006



Com relação à área de educação, no catálogo há um índice de “Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação” em que são apresentados os grupos, conforme exposto na Foto nº 31.

Foto 31 - Índice dos Grupos de extensão da área

GRUPOS DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO	
Grupo de Estudos Amazônicos (GEA)	31
Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (GEPEADS)	32
Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física Escolar (GEPEFE)	33
Grupo de Estudo e Trabalho em Ensino e Reforma Agrária (GETERRA)	34
Laboratório de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares (LEPTRANS)	35
Projeto Viver-Melhor	36

Selecionamos dois grupos e sua descrição para análise nesta pesquisa. Trata-se do Grupo de estudos Amazônico (GEA) e do Laboratório de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares (LEPTRANS).

O primeiro grupo selecionado para análise, conforme foto a seguir:

Foto 32 - 1º Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação analisado: Grupo de estudos Amazônico (GEA)

✓ GRUPOS DE ESTUDOS, PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO	
1) Nome do grupo:	
Grupo de Estudos Amazônicos (GEA)	
2) Linha de atuação:	
Grupo de estudos e pesquisas em comunidades ribeirinhas através de vivência, objetivando uma troca de experiências entre os representantes do grupo e as pessoas da comunidade.	
3) Área temática principal:	
Grupo de estudos, pesquisa e vivência.	
4) Área temática secundária:	
Políticas públicas (secundária1), movimentos sociais em geral (secundária2), relações econômicas, sociais, ambientais, política e cultural (secundária3).	
5) Histórico:	
O GEA (Grupo de Estudos Amazônicos), foi idealizado pelos próprios integrantes do grupo, estudantes de graduação de vários cursos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Agronomia, Engenharia Florestal, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Economia Doméstica, Física e Zootecnia), tendo assim um caráter interdisciplinar. A ideia geral do grupo consiste em realizar vivências em regiões distintas da Amazônia, principalmente, em regiões ribeirinhas. O grupo é formado por representantes da própria região Norte, como Pará e Tocantins, além de outros Estados do Sudeste, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.	
6) Coordenadores:	
Edilene dos Santos Portilho Silvio Cruz Rangel	
7) Reuniões:	
Todas as quintas às 19 h no F2-15, sendo abertas ao público.	

A descrição deste grupo nos traz alguns pontos interessantes de análise. Apesar de no título não apresentar indícios de um grupo voltado para a educação, o conteúdo da descrição aponta para uma interdisciplinaridade a partir das experiências vivenciadas pelos sujeitos envolvidos, mostrando a importância da valorização do conhecimento prévio dos sujeitos para a superação do senso comum, como nos ensina Freire:

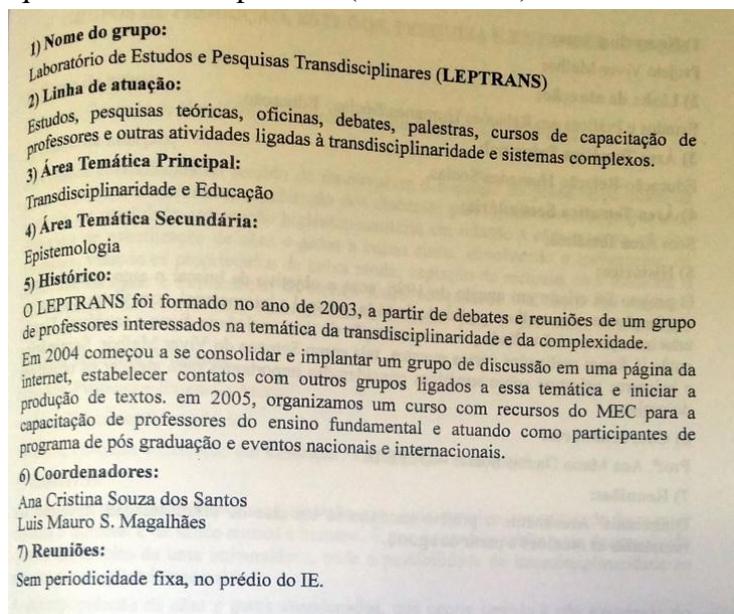
Não há para mim, na diferença e na “distância” entre a ingenuidade e a criticidade, entre o saber de pura experiência feito e o que resulta dos procedimentos metodicamente rigorosos, uma ruptura, mas uma superação. A superação e não a ruptura se dá na medida em que a curiosidade ingênua, sem deixar de ser curiosidade, pelo contrário, continuando a ser curiosidade, se critica. Ao criticizar-se, tornando-se então, permito-me repetir, curiosidade epistemológica, metodologicamente “rigorizando-se” na sua aproximação ao objeto, conota seus achados de maior exatidão. (FREIRE, 1996, p. 31)

Revela-nos, mesmo que de forma tímida, um grupo de extensão que transcende os muros da universidade e a hierarquização de saberes. Além de sinalizar que há um grande envolvimento de discentes em todas as atividades do grupo.

Há ainda na descrição deste grupo, uma preocupação do diálogo entre as políticas públicas e os movimentos sociais, caracterizando assim que há um movimento orgânico de dialogicidade e concretização da práxis.

A descrição do segundo grupo selecionado traz: o nome do grupo; a linha de atuação; área temática principal; área temática secundária; o histórico os coordenadores e reuniões, conforme expresso na Foto nº 33.

Foto 33 - 2º Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação analisado: Laboratório de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares (LEPTRANS)



Trata-se de uma descrição bastante sucinta, mas que demonstra que o laboratório tem relação com a escola e os professores do Ensino Fundamental, através de curso de extensão e o diálogo com outros grupos de extensão dentro da Universidade. Porém não aponta se há envolvimento de discentes nem técnicos administrativos. Os nomes dos coordenadores não indicam qual a função deles dentro da universidade, mas como está registrado que eles participam de Programas de Pós-graduação e vários eventos, inferimos que são ambos docentes da UFRRJ.

3.7 Análise das fontes encontradas no Auditório Gustavo Dutra (Gustavão)

Ainda no transcorrer dessas análises, tivemos conhecimento que na parte superior do Auditório Gustavo Dutra havia caixas que poderiam conter documentos importantes para nossa pesquisa. Logo que foi possível, nos dirigimos àquele local acompanhadas da Pró-Reitora Adjunta de Extensão. A pesquisa no auditório Gustavo Dutra (Gustavão) teve início em junho de 2016. Em primeiro contato foram encontradas caixas boxes de papelão empilhadas e empoeiradas. Foi necessária a utilização de recursos de proteção nas mãos e no rosto, devido ao grande número de poeira e possível proliferação de fungos.

Foto 34 - Manuseio de material encontrado do Gustavão



Na maioria das Caixas o conteúdo era de partituras musicais antigas, apenas as caixas superiores e alguns documentos soltos tinham relação com a memória e história da universidade e da extensão universitária.

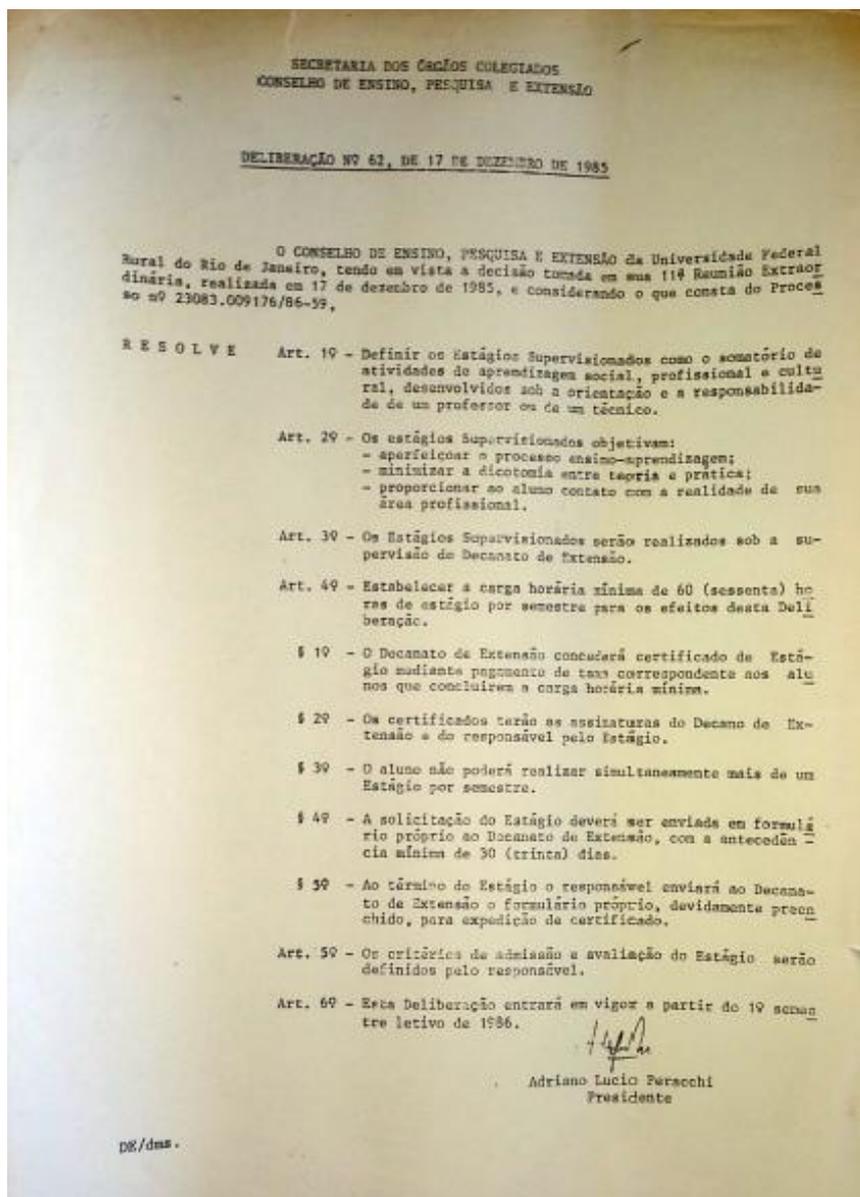
Por considerarmos que os documentos encontrados são todos importantes, mesmo que não o sejam de imediato para esta pesquisa, mas que podem interessar a pesquisadores futuros, trataremos aqui de alguns desses documentos.

Logo de início localizamos, em folha solta, a Deliberação nº 46 de 4 de dezembro de 1985 do CEPE (UFRRJ, 1985). A legislação localizada, fazendo referência ao Artigo 49 do Estatuto da Universidade e à decisão tomada na 43ª reunião ordinária de 4 de dezembro de 1985 e, ainda, considerando o que consta no processo nº 3906/81 do Decanato de Extensão, resolve sobre regras e propostas dos cursos de extensão, definindo em quais propostas os cursos deveriam se encaixar, para que fossem aprovadas pela Câmara de Extensão, desde que fossem aprovados primeiramente pelo Conselho departamental.

A análise desta deliberação permitiu-nos inferir que já havia um movimento interno na Instituição de sistematização e registros, pelo menos dos cursos de extensão. Podemos ainda, na leitura de outros documentos encontrados no Gustavo identificar que há pouca referência a outras ações de extensão como: projetos, programas e prestação de serviços. Nessa época o maior desenvolvimento da extensão era através de cursos.

Também em folha solta, localizamos a Deliberação nº 62 de 17 de dezembro de 1985 (UFRRJ, 1985a), Foto nº 34, CEPE, em decisão tomada na 11ª Reunião Extraordinária de 17 de dezembro de 1985, considerando o que consta no processo nº 23083.009176/86-59, resolve sobre os estágios supervisionados, atribuindo ao Decanato de Extensão a supervisão de estágios supervisionados.

Foto 35 - Deliberação nº 62 de 17 de dezembro de 1985 (UFRRJ, 1985a), Foto nº 34, CEPE



Chamou a nossa atenção o fato dos estágios supervisionados estarem incluídos na extensão universitária. Isso pode demonstrar que, naquela época (1985), a concepção das ações extensionistas estavam ainda muito distantes da forma como é vista na atualidade. Ao analisarmos o texto da deliberação, constatamos que se trata apenas da atribuição, ao Decanato de Extensão, de uma função burocrática.

Foram localizados também: Acordos de cooperação de estágios de 2001 a 2004 e cadernos com muitos termos de compromisso de estágios e pedidos de emissão de certificados de estágios de 2007, que seria uma atribuição do setor de Integração Escola/Governo do Decanato de Extensão. Foi possível, então, constatar que essa atribuição

burocrática do Decanato de Extensão e das próprias atividades de extensão universitária, se prolongaram por um longo tempo.

No livro de portarias expedidas do Decanato de Extensão de 1972 a 1980 (UFRRJ, 1980), há muitas referências ao Campus Avançado de Parintins e do Macapá, nos Estados do Amazonas e Amapá, onde acontecia o Projeto Rondon. O Projeto citado nos é apresentado por Maria das Dores Nogueira (2001, p. 60 e 61):

O projeto Rondon é instituído em nível nacional, por decreto, em 1968, embora já estivesse em funcionamento há cerca de dois anos. Considerando a educação como assunto de segurança nacional, especialmente no ensino superior, o Governo vincula o projeto ao Ministério do Interior e, com apoio das Forças Armadas, realiza-se o intercâmbio de estudantes entre as diversas regiões do País – em especial os do Sul e do Sudeste que se dirigiam à região Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste. Esse movimento tinha, como uma de suas principais finalidades, identificar o universitário com a realidade brasileira, para possibilitar o engajamento e a participação dele no desenvolvimento nacional e comunitário.

Esse dado nos remete mais uma vez à correlação de forças existentes pelo poder hegemônico presente em toda história de nosso país, neste caso, principalmente, pelo regime de ditadura militar que se instaurava na política brasileira. Nos registros podemos identificar diversas Portarias¹⁰ nas quais há designações e destituições frequentes nos cargos de direção e coordenação das ações dos campus avançados. Este fato nos aponta que havia realmente outros interesses nas nomeações, que iam muito além da continuidade das ações.

No Livro do Decanato de Extensão – Câmara de Extensão de 1991(UFRRJ, 1991), encontramos listagens de cursos de extensão, porém o registro é muito sucinto, faltando informações importantes para o desenvolvimento de análises mais profundas. Neles apenas identificamos a qual Instituto os cursos eram vinculados, se havia sido aprovada ou não, e a solicitação de planos de custos. O fato nos aponta mais uma vez para um não registro e sistematização das ações de extensão, pois nem mesmo os cursos, que eram tidos como atividades extensionistas mais frequentes, recebiam um registro adequado e completo.

Em alguns documentos localizados, pudemos identificar menção a algumas ações de extensão voltadas para a área de educação. Porém, não foi possível analisá-las a partir das diretrizes de extensão, pois não havia o texto completo da proposta, apenas o título e o

¹⁰ Exemplos: a) Portaria nº 319 de 29/09/1977. Dispensa o Coordenador de Programa de Educação do Campus avançado do Macapá. Sem maiores explicações; b) Portaria nº 123 de 19/08/1980. Dispensa Diretor do Campus Avançado do Amapá. Sem maiores explicações.

número do processo correspondente. Não houve tempo hábil para localização desses processos junto ao protocolo da UFRRJ. Listamos, a seguir, os documentos relacionados aos projetos mencionados, considerando que poderão ser alvo de futuras análises:

- Folha solta da Deliberação nº 44 de 20 de janeiro de 2000. Homologa o Projeto de Extensão “Reflexões críticas sobre o processo ensino-aprendizagem à luz dos pressupostos teóricos da Educação Progressista e da consciência do ser como educador”. Processo nº 23083.006163/99-04;
- Folha solta da Deliberação nº 149 de 21 de outubro de 1999. Aprova o curso de extensão “Curso complementar para a formação de professores para o ensino fundamental” no município de Japeri. Processo nº 23083.003230/92-02;
- Folha solta da Deliberação nº 158 de 21 de outubro de 1999. Aprova o projeto “Escola viva”. Processo nº 23083.004189/99-19;
- Folha solta da Deliberação nº 194 de 21 de outubro de 1999. Aprova o projeto de extensão “Implementação da Unidade de estágio PROCON – RJ – Agência Campo Grande” – NIEDEF/DED/ICHS (neste não havia o número do processo);
- Folha solta da Deliberação nº 201 de 21 de outubro de 1999. Homologa o projeto de extensão “VII Encontro Nacional de Ensino Agrícola – IV Seminário de Ensino Agrícola. Processo nº 23083.002511/99-39.

Devido à grande dificuldade enfrentada na localização de fontes relacionadas à extensão universitária, que pudessem contribuir para registro da sua história e memória, decidimos apresentar, na presente dissertação o número mais expressivo possível de documentos localizados, até mesmo aqueles que não fizeram parte de nossa amostra analítica. Nosso propósito foi o tentar evitar que outros pesquisadores do tema passassem pelas mesmas dificuldades de localização pelas quais passamos. Assim, uma vez localizado, o documento foi aqui registrado, acrescido da informação do espaço da universidade onde se encontra.

Temos consciência de que parte dos nossos objetivos não foi alcançada, pela falta de condições arquivísticas da Instituição. No entanto, ficamos satisfeitos com o resultado da nossa “garimpagem”, que consideramos ser o primeiro passo de muitos que há de vir no registro da história e memória da extensão universitária da UFRRJ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de registro historiográfico da extensão universitária nos apresentou de forma complexa e enriquecedora, pois houve a necessidade de garimpar documentos, conversar com pessoas, buscar fontes primárias, que não encontramos de forma organizada, além de relacioná-las com os registros do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), e com a legislação pertinente em nível nacional.

Um mergulho da história e memória não só da UFRRJ, mas da Instituição Universidade e da extensão universitária foram de grande importância para que pudéssemos compreender a complexidade na qual estamos inseridos no cotidiano acadêmico, que carrega ranços e avanços das lutas de classes presentes na história de nosso país. Lutas essas que refletem diretamente na educação brasileira, seja em nível básico, médio ou superior.

As primeiras aproximações nos levaram a algumas considerações. A primeira delas diz respeito ao período de análise que, em virtude de termos localizado documentos relacionados à extensão da UFRRJ somente a partir de 1973, e ainda em virtude do tempo exíguo (24 meses) para concluir a Dissertação de Mestrado, não foi possível fazer o recorte temporal que havíamos pensado de início, e sim um recorte por área temática. Levamos em conta em nossa análise toda e qualquer fonte primária encontrada voltada para a área de educação, que pudesse enriquecer não só a nossa pesquisa, mas principalmente a historiografia da UFRRJ.

Em relação ao primeiro capítulo, constatamos que a universidade brasileira é apenas um embrião que foi plantado em nossa sociedade a menos de um século e que carrega em sua história todas as concepções de mundo aqui depositadas por nossos colonizadores. A universidade reflete diretamente a identidade de um povo acostumado a aceitar imposições de classes dominantes, desde quando éramos colônia de exploração e que com o advento da república e do capitalismo só acentua a necessidade de pensarmos a sociedade a partir da luta de classes e de poderes hegemônicos relacionados à cultura, política, educação e sociedade.

Para tanto, precisamos pensar a universidade além do ensino e da pesquisa isolados nos prédios, suas salas de aula, laboratórios e casulos fechados em seu interior. É necessário que pensemos a universidade para fora dela e de fora para dentro dela. Ao olharmos para

nossa história, podemos concluir até aqui, que a universidade é um instrumento valioso para nossa sociedade ainda em desenvolvimento. Ela enfrenta, a cada dia, novos desafios que são o reflexo das necessidades do povo brasileiro. Destacamos a importância da extensão na tomada de consciência do papel social da universidade no interior da sociedade brasileira. A extensão universitária é ferramenta indispensável para a ruptura dos muros que ainda teimam em encastelar os conhecimentos acadêmicos no interior das universidades. A relação dialógica universidade-sociedade tem na extensão seu elemento facilitador.

No que diz respeito às informações registradas no segundo capítulo, tivemos a oportunidade de extrair algumas considerações a respeito da caminhada que a conceituação da extensão universitária tem percorrido. Ainda há uma luta muito árdua para que sua essência seja de fato entendida e incorporada no interior da universidade. A ideia de que a extensão universitária serve somente para levar os conhecimentos produzidos na universidade ao povo que precisa desses conhecimentos para crescer, para ser mais letrado e menos ignorante, tem que ser superada. Somente a troca de saberes entre universidade e sociedade poderá manter a instituição universitária viva e atuante na sociedade em que está inserida. Pudemos constatar, que não só a universidade como um todo mas, principalmente a extensão, precisa ser ainda alvo de muita reflexão e problematização, para que novas iniciativas em prol de uma universidade universal, democrática e popular tenha espaço no cenário educacional brasileiro.

No terceiro Capítulo, a pesquisa de campo, nos permitiu constatar que o caminho para a compreensão da extensão universitária na UFRRJ, está apenas começando. Esperamos que esta pesquisa abra espaço para muitas outras pesquisas sobre o tema no interior da Instituição. Há uma cultura dentro da UFRRJ, que ela não se preocupa em guardar seus registros, mas ao longo do nosso estudo pudemos conferir que cada gestão se preocupou de forma diferente com a memória institucional. Isso dificulta sobremaneira a tarefa do pesquisador.

A trajetória histórica da UFRRJ proporcionou-nos algumas pistas para entender as dificuldades de localização de documentos. Uma delas está relacionada às várias mudanças de sede que podem ter ocasionado perdas de vários registros importantes da Instituição. A outra diz respeito à mudança de vinculação ministerial. A Instituição esteve vinculada desde sua criação, em 1910, como Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), ao Ministério da Agricultura. Se transformou em Universidade, em 1943, ainda vinculada àquele Ministério. Somente durante o Estado de Exceção, durante a Ditadura Militar, no ano de 1967, a UFRRJ foi transferida para o Ministério da Educação. Até esta data, todos os seus

principais registros estavam arquivados no Ministério da Agricultura. Na transferência Ministerial muita documentação pode ter se perdido ou considerada pouco importante. Nos anos mais duros da Ditadura Militar, vários documentos foram destruídos, o que também pode ter contribuído para ampliar a dificuldade de localização de fontes históricas.

Quando estudamos mais profundamente a história de uma instituição temos oportunidade de compreender melhor suas dificuldades, no caso deste estudo, de manter organizado o registro de suas atividades. As indicações históricas mencionadas acima podem justificar as lacunas até um certo período de tempo, mas não conseguem justificar a falta de registros mais organizados após os anos de 1997, 1998 e 1999. Os documentos emanados dessa época permitiram o desenvolvimento de grande parte de nossa análise nesta dissertação. Infelizmente não encontramos a mesma organização e riqueza de detalhes nos anos posteriores. Vale ressaltar que, na atualidade, os processos que dão origem às atividades de extensão estão sendo digitalizados, o que poderá facilitar sobremaneira novas pesquisas sobre o tema.

Os contextos políticos de cada época apontaram para uma caracterização da extensão universitária na UFRRJ, em pleno processo de evolução. Foi perceptível a ampliação da visão de extensão universitária ao longo do processo. Essa análise está fundamentada nos documentos encontrados, mesmo reconhecendo de que o que pôde ser analisado aqui não significa nem um pouco o que de fato habitou o interior da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que não foi possível fazer uma análise mais profunda da conjuntura da extensão na UFRRJ, na atualidade, pois a procura e análise por registros históricos tomaram grande parte do tempo da pesquisa. As análises foram desenvolvidas, principalmente nos Relatórios de extensão de 1997 a 1999 e aos resumos dos cadernos da II E III Mostra e Seminário de Extensão da UFRRJ.

Não poderíamos deixar de refletir sobre os dias atuais, em que o futuro não só das universidades públicas, mas de toda a educação pública em nosso país se encontra ameaçada pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016 - PEC do teto dos gastos públicos.

Terminamos, então, este texto, com uma constatação e uma indagação. Se uma Instituição não se preocupa em cuidar da sua memória, tem dificuldade em definir o momento presente e quiçá as suas diretrizes, em termos de prospecções e projeções. Se uma Instituição não sabe de onde veio, como ela poderá consolidar sua identidade e ter certeza de onde quer chegar?

BIBLIOGRAFIA

BARREYRO, Gladys Beatriz. "Programa Alfabetização Solidária": terceirização no contexto da Reforma do Estado. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 175-191, Editora UFPR, set./dez. 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, nº 248, Seção 1, p. 27.833, 23 dez. 1996.

_____. Congresso Nacional. LEI Nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 10 de jan. 2001.

_____. Congresso Nacional. LEI Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Seção 1, Edição Extra, p. 1, 26 de jun. 2014.

_____. [Constituição de 1988]. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Seção 1, p.1, 5 out. 1988.

_____. Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910. Cria o Ensino Agrônomo e aprova o respectivo regulamento. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Seção 1, p.9139, 02 novembro. 1910.

_____. Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na Republica. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Seção 1, p.2977, 19 março. 1915.

_____. Decreto nº 12.012, de 29 de março de 1916. Transfere as sedes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária Escola Média ou teórico-prática da Bahia e reúne em um só os dois mencionados estabelecimentos de ensino e a Escola de Agricultura anexa ao Posto Zootecnico Federal de Pinheiro, com a denominação de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Seção 1, p.4529, 14 abril. 1916.

_____. Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Seção 1, p.15115, 10 setembro. 1920.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Seção 1, p.7, 4 abril. 2007.

_____. [Reforma Universitária] Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Seção 1, p.10369, 29 novembro. 1968.

COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. *Da universidade surge a cidade, da cidade as escolas: a UFRRJ e a educação pública municipal de Seropédica*. 2014. 265f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

DEMO, Pedro. *O lugar da extensão*. In. FARIA, Dóris Santos de. (Org.) *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Universidade de Brasília: Brasília, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, Editora UFPR. 2006.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 8ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 39 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 45 ed. São Paulo, Paz e Terra. 1987.

_____. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo, Olho d'água. 1993.

FORPREX. *Extensão Universitária: organização e sistematização*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. -- Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

_____. *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC / SESu, 2006.

_____. *Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. – 2ª ed. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007 90 p. (Coleção Extensão Universitária; 5).

_____. *Perfil da Extensão Universitária no Brasil*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Manaus, 2012.

_____. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Coleção Extensão Universitária, FORPROEX, vol.1, 2001.

_____. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Manaus, 2012.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Cia das Letras: São Paulo, 1987.

_____. Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRAMSCI, Antônio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 244 p., 1982.

HISTÓRIA e cultura: conversa com Carlo Ginzburg. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, p. 254 – 263, 1990.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. *A universidade no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, n. 14, mai/ago 2000, p. 131-150.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Avaliação Nacional da Extensão Universitária*. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Brasília: MEC / SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus (BA): UESC, 2001. 98P. Coleção Extensã Universitária; v.3.

NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete. *O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões*. Revista Educar. Curitiba: Editora UFPR, n° 31, p. 169 -189, 2008.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Extensão Universitária no Brasil: uma Revisão Conceitual*. In. FARIA, Dóris Santos de. (Org.) *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina*. Universidade de Brasília: Brasília, 2001.

OTRANTO, Celia Regina. *Entre luzes e sombras: a sobrevivência da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em dois tempos:(1915-1968)*. In: OTRANTO, Celia Regina; FAZOLO, Eliane; GOUVÊA, Fernando. (Org.). *Muito além do jardim: educação e formação nos mundos rurais*. 1ed.Seropédica: EDUR, 2012, v. 1, p. 15-32.

_____. *Uma viagem no túnel do tempo: A Ditadura Militar vista de dentro da Universidade*. Seropédica: Editora da UFRRJ, 2010.

_____. *A Autonomia Universitária no Brasil: dádiva legal ou construção coletiva?* Seropédica: Editora da UFRRJ, 2009.

_____. Do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio ao Ministério da Educação e Cultura: a trajetória histórica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. *Educação (UFSM)*, Universidade Federal de Santa Maria, v. 30, n.2, p. 71-86, 2005.

PAIM, Antônio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: SCHARTZMAN, Simon (Org). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília, DF: CNPq, 1982, p. 7-96.

RENEX. Rede Nacional de Extensão. Renex/FORPOEX, 2016. Criação: UFT Manutensão e hospedagem: UFMG. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/>> acesso em 10/10/2016.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. *Extensão Universitária: momento de aplicação do conhecimento e de intercâmbio de saberes na relação universidade sociedade?* In: THIOLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). *Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas*. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação*. São Paulo: Cortez Editora / EUFC / Autores Associados, 1986.

_____. *A Trajetória da Extensão Universitária do Brasil. Perfil da Extensão Universitária no Brasil*. , Brasília: SESU / MEC, 1994.

SANFELICE, José Luis. História e historiografia de instituições escolares. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.35, p. 192-200, set. 2009.

SAVIANI, Dermeval. *Instituições escolares no Brasil: a questão da reconstrução histórica*. In: SAVIANI, D. *Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2013.

TEIXEIRA, Anísio. *Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras*. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.37, n.86, abr./jun.1962. p.59-79.

THIOLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). *Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas*. Rio de Janeiro, 2003.

UFRRJ. Boletim de Extensão, Ano I, nº 01, fevereiro, 1999.

_____. Catálogo dos grupos de extensão organizados da comunidade acadêmica da UFRRJ: Servidores docentes, Técnico-administrativos e discentes. Agosto, 2006.

_____. Deliberação nº 8, de 28 de agosto de 1973, que aprova o Projeto de Regimento Geral da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e autoriza o encaminhamento do Projeto referido ao Conselho Federal de Educação, nos termos da letra c, do art. 19, do Estatuto da Universidade, 1973.

_____. Deliberação nº 51, de 22 de abril de 1981, que aprova o “Regimento da Reitoria e dos órgãos subordinados” desta universidade, 1981.

_____. Deliberação nº 58/1981, que encaminha o anteprojeto que regulamenta os cursos de extensão e respectiva expedição e registro de certificados, 1981.

_____. Deliberação nº 51 de 22 de abril de 1981, CONSU, aprova o Regimento da Reitoria e dos órgãos Subordinados da UFRRJ, 1981.

_____. Deliberação nº 46, de 4 de dezembro de 1985, que regulamenta os cursos de extensão e respectiva expedição e registro de certificados, 1985.

_____. Deliberação nº 46 de 04 de dezembro de 1985. CEPE. SOC. Resolve sobre os Cursos de Extensão, 1985.

_____. Deliberação nº 62 de 17 de dezembro de 1985. CEPE. SOC. Resolve sobre os estágios supervisionados, 1985.

_____. Deliberação nº 149 de 21 de outubro de 1999. Aprova o curso de extensão “Curso complementar para a formação de professores para o ensino fundamental” no município de Japeri. Processo nº 23083.003230/92-02, 1999.

_____. Deliberação nº 158 de 21 de outubro de 1999. Aprova o projeto “Escola viva”. Processo nº 23083.004189/99-19, 1999.

_____. Deliberação nº 194 de 21 de outubro de 1999. Aprova o projeto de extensão “Implementação da Unidade de estágio PROCON – RJ – Agência Campo Grande – NIEDEF/DED/ICHS, 1999.

_____. Deliberação nº 201 de 21 de outubro de 1999. Homologa o projeto de extensão “VII Encontro Nacional de Ensino Agrícola – IV Seminário de Ensino Agrícola. Processo nº 23083.002511/99-39, 1999.

_____. Deliberação nº 34 de 19 de novembro de 1999. CONSU. Aprova a MISSÃO, VISÃO DE FUTURO E MACRO-DIRETRIZES da UFRRJ, como parte do Programa de Desenvolvimento Institucional, 1999.

_____. Deliberação nº 37 de 08 de dezembro de 1999. Cita o acordo entre a UFRRJ e o CEFET, sobre a implementação do Programa Vida Nova – Cidadania para sua comunidade, 1999.

_____. Deliberação nº 44 de 20 de janeiro de 2000. Homologa o Projeto de Extensão “Reflexões críticas sobre o processo ensino-aprendizagem à luz dos pressupostos teóricos da Educação Progressista e da consciência do ser como educador”. Processo nº 23083.006163/99-04, 2000.

_____. Deliberação nº 125, de 06 de julho de 2006. Aprova a proposta de normatização das atividades de extensão da UFRRJ. Revoga as deliberações nº 46, de 04 de dezembro de 1985 e nº 024, de 29 de abril de 2003 deste conselho, 2006.

_____. Deliberação nº 075, de 05 de outubro de 2007. Aprova o Projeto do Fórum Permanente de Extensão, Arte e Cultura da UFRRJ – FEAC, 2007.

_____. Deliberação nº 18, de 26 de março de 2008 do Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que aprova a criação do Programa de Bolsas de Extensão no âmbito desta Universidade, 2008.

_____. Deliberação nº 015, de 23 de março de 2012. Aprova as modificações ao estatuto da UFRRJ reformado. Aprova a reforma do Regimento Geral da UFRRJ. Revoga as deliberações nº 81/2010, 104/2010 e 014/2011, 2012.

_____. Livro de resumos da II Mostra e Seminário de Extensão da UFRRJ, de 24 a 27 de novembro, 1998.

_____. Livro de resumos da III Mostra e Seminário de Extensão da UFRRJ, de 20 a 24 de novembro, 2000.

_____. Regimento Geral da UFRRJ, 1973.

_____. Relatório de Extensão. Decanato de Extensão, 1997.

_____. Relatório de Extensão. Decanato de Extensão, 1998.

_____. Relatório de Extensão. Decanato de Extensão, 1999.

VÁSQUEZ, Adolfo Sanches. Filosofia da Práxis. São Paulo: Expressão Popular, 2007.